

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO**

**O DISCURSO POLÍTICO DO VIÉS IDEOLÓGICO NA TRANSIÇÃO PARA O  
GOVERNO BOLSONARO (2018-2019)**

**CHAPECÓ**

**2021**

**MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO**

**O DISCURSO POLÍTICO DO VIÉS IDEOLÓGICO NA TRANSIÇÃO PARA O  
GOVERNO BOLSONARO (2018-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira.

**CHAPECÓ**

**2021**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Seraglio, Maruana Kássia Tischer

O discurso político do viés ideológico na transição para o governo Bolsonaro (2018-2019) / Maruana Kássia Tischer Seraglio. -- 2021.

108 f.:il.

Orientador: Doutor Eric Duarte Ferreira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC, 2021.

1. Ideologia. 2. Discurso Político. 3. Discurso Bolsonarista. 4. Guerra Cultural. I. Ferreira, Eric Duarte, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO**

**O DISCURSO POLÍTICO DO VIÉS IDEOLÓGICO NA TRANSIÇÃO PARA O  
GOVERNO BOLSONARO (2018-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 09/07/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira – UFFS  
Orientador



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline Mallmann Schneiders – UFFS  
Avaliadora



---

Prof. Dr. Ricardo Machado – UFFS  
Avaliador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, com muito carinho e alegria, a todos que estiveram comigo nesta caminhada.

Aos meus pais, Valdir e Rosani, à minha irmã, Siluana, e ao meu irmão, Kelvin, pelo suporte, incentivo e amor sempre constante.

Ao Prof. Eric, orientador desta pesquisa, por aceitar pesquisar sobre o tema, pelos valiosos ensinamentos, pelas conversas, pela paciência e pelo estímulo às leituras e às reflexões.

Aos professores da banca, Prof.<sup>a</sup> Caroline Mallmann Schneiders e Prof. Ricardo Machado, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento da pesquisa, e ao Prof. Saulo Gomes Thimoteo, por aceitar ser membro suplente das bancas de qualificação e de defesa.

Aos professores e professoras da linha de pesquisa *Práticas Discursivas e Subjetividades* do PPGEL, pelos ensinamentos e pelos diálogos nos corredores. Por me ensinarem o que é a Análise de Discurso, base da minha pesquisa.

À coordenadora Prof.<sup>a</sup> Aline Gravina e aos demais membros do colegiado do PPGEL, pela oportunidade em atuar enquanto representante discente e pelos conhecimentos adquiridos, e também ao meu colega Luan de Mattos, pela parceria durante o período de representação.

Aos meus queridos colegas e amigos, Aline Morbach, Alexandre Petry, Darlise Vaccarin e Luan de Mattos, pela grande parceria e amizade que construímos no decorrer de todo o processo do mestrado, pela motivação, pelo suporte, pelas conversas, pela troca de experiências e pela escuta ativa.

À UFFS, pela oportunidade em realizar o meu mestrado nesta instituição que tanto tenho orgulho, e à Coordenação e à Secretaria do curso, pelo suporte em todos os encaminhamentos burocráticos necessários durante o período do curso.

À turma do 3º semestre do curso de Letras da UFFS em 2020.1, pela atenção e pela participação nas aulas de Linguística Textual no período em que atuei como estagiária.

À minha amiga e colega de graduação, Ana Cristina Agnoletto, pelas dicas preciosas durante o processo seletivo do mestrado e em tantos outros momentos decisivos no decorrer do curso, pela parceria e pelo incentivo mútuo durante essa caminhada.

Ao meu amor e parceiro de vida, Dilian, pela motivação e pela compreensão de sempre.

A todos os meus amigos que, sem exceção, estavam torcendo por mim.

À CAPES, pelo fomento à pesquisa e pelo auxílio financeiro durante o mestrado.

“As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. *A árvore das ideologias está sempre verde*. Além do mais, como já foi diversas vezes demonstrado, não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise” (BOBBIO, 1995, p. 33, grifos nossos).

## RESUMO

Na transição para o governo Bolsonaro (2018-2019), verifica-se a presença frequente de discursos contra uma suposta ordem doutrinadora, denominada *viés ideológico*. Esta dissertação tem orientação teórico-metodológica na Análise de Discurso e, com base em Michel Foucault, em Michel Pêcheux e em outros autores, busca analisar a formulação e o funcionamento do objeto discursivo compreendido sob o escopo da nomeação do *viés ideológico*. Considerando esse contexto, os *corpora* de análise são os pronunciamentos do presidente Jair Messias Bolsonaro na cerimônia de posse e na cerimônia de recebimento da faixa presidencial em Brasília, em 1º de janeiro de 2019. A escolha dos *corpora* se justifica pelo acontecimento em torno dos pronunciamentos, nos quais o presidente reafirma à população brasileira o compromisso de lutar contra o *viés ideológico*. Como problema de pesquisa, busca-se compreender como é elaborada a crítica bolsonarista à ideologia, a qual é associada a ideias da esquerda do campo político brasileiro. Assim, os objetivos específicos desta pesquisa são: adentrar no debate sobre uma arqueologia da ideologia; identificar o lugar da ideologia, de acordo com o discurso bolsonarista; e investigar pontos de deriva nos discursos dos *corpora* e que se relacionem com o objeto de discurso sob estudo. Ao explorarmos algumas das diversas noções sobre o conceito de ideologia, utilizamos as perspectivas de Thompson (2011), de Althusser (1985), de Pêcheux (1997, 2014), entre outros autores. E, ao transitarmos no campo político, dialogamos com Levin (2017), Bobbio (1995), Laclau (2018), Cruz, Kaysel e Cudas (2015), Castro Rocha (2021) e outros pesquisadores. As análises realizadas indicam que a ideologia é caracterizada nos *corpora* com sentido negativo, devendo ser combatida pelo povo e pelo Estado. O discurso bolsonarista carrega traços da nova direita e dispõe de elementos do universo semântico da religião, defendendo concepções tradicionais e conservadoras e combatendo conceitos progressistas, como a teoria de gênero. A metáfora de guerra é constante nos pronunciamentos analisados, ocorrendo nomeação de inimigos a serem eliminados. Entre estes adversários são incluídas, principalmente, a esquerda brasileira do espectro político, o petismo e as noções comunistas e socialistas. Bolsonaro se apresenta como messias salvador das práticas ideológicas que conduziram o país a crises, instigando o apoio popular a partir da narrativa do medo. Assim, o discurso político do viés ideológico na transição para o governo Bolsonaro aponta para enunciações que constituem um dos pilares do que pode ser chamado de “guerra cultural” bolsonarista, uma guerra travada na e pela linguagem.

**Palavras-chave:** Ideologia. Discurso Político. Discurso Bolsonarista. Guerra Cultural.

## ABSTRACT

In the transition to Bolsonaro's government (2018-2019), there is a frequent presence of speeches against a supposed doctrinal order, called *ideological bias*. This study has its theoretical-methodological orientation in Discourse Analysis and, based on Michel Foucault, Michel Pêcheux and other authors, it seeks to analyze the information and the functioning of the discursive object understood under the scope named as *ideological bias*. In this context, the *corpora* of analysis are the pronouncements of President Jair Messias Bolsonaro in the inauguration ceremony and in the ceremony of receiving the presidential ribbon in Brasília, on January 1st, 2019. The choice of the *corpora* is justified by the events surrounding the pronouncements, in which the president reaffirms to the Brazilian population the commitment to fight against the *ideological bias*. As a research problem, we seek to understand how the Bolsonaro's critique of ideology, which is associated with left-wing ideas in the Brazilian political field, is elaborated. Thus, the specific objectives of this research are: to enter the debate on an archeology of ideology; to identify the place of ideology, according to Bolsonaro's speech; and to investigate drift points in *corpora* speeches that relate to the object of discourse under study. When exploring some of the several notions on the concept of ideology, we use the perspectives of Thompson (2011), Althusser (1985), Pêcheux (1997, 2014), among other authors. Also, as we move through the political field, we dialogue with Levin (2017), Bobbio (1995), Laclau (2018), Cruz, Kaysel and Codas (2015), Castro Rocha (2021) and other researchers. The analyses indicate that the ideology is characterized in *corpora* with negative sense, and should be combated by the people and the State. Bolsonaro's speech carries traces of the new right-wing and disposes of elements of the semantic universe of religion, defending traditional and conservative conceptions, besides fighting progressive concepts, as the theory of gender. The metaphor of war is constant in the pronouncements analyzed, including the nomination of enemies to be eliminated. Among these opponents are included, mainly, the Brazilian left-wing of the political spectrum, the *petismo* and the notions of communism and socialism. Bolsonaro introduces himself as the savior messiah from the ideological practices which led the country to crises, instigating popular support based on a narrative of fear. Thus, the political discourse of the ideological bias in the transition to the Bolsonaro's government points out enunciations that constitute one of the pillars of what can be called Bolsonaro's "cultural war", a war fought in and by language.

**Keywords:** Ideology. Political Discourse. Bolsonaro's Speech. Cultural War.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Concepções críticas e neutras de ideologia .....	21
Quadro 2 - Modos de operação da ideologia .....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
CP	Condição de Produção
FD(s)	Formação(ões) Discursiva(s)
FDB	Formação Discursiva Bolsonarista
FI(s)	Formação(ões) Ideológica(s)
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SD(s)	Sequência(s) Discursiva(s)
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>POR UMA ARQUEOLOGIA DA IDEOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
2.1	IDEOLOGIAS CRÍTICAS E NEUTRAS E RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO....	18
2.2	OS APARELHOS REPRESSIVOS E IDEOLÓGICOS DE ESTADO .....	26
2.3	A INTERPELAÇÃO DO SUJEITO PELA IDEOLOGIA .....	28
<b>3</b>	<b>A ANÁLISE DISCURSIVA EM MOVIMENTO .....</b>	<b>33</b>
3.1	A ANÁLISE IDEOLÓGICA E O POSICIONAMENTO FOUCAULTIANO ....	33
3.2	A FORMAÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO .....	41
3.3	A CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA .....	47
3.4	PONTOS DE DESLIZAMENTO DE SENTIDOS E DE DERIVA.....	50
<b>4</b>	<b>TRANSITANDO POR ESPAÇOS POLÍTICOS .....</b>	<b>53</b>
4.1	FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA: DIREITA E ESQUERDA.....	53
4.2	O RENASCER DA “NOVA DIREITA” .....	57
4.3	A GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL .....	61
<b>5</b>	<b>O OBJETO DE DISCURSO SOB OLHAR INVESTIGATIVO.....</b>	<b>65</b>
5.1	ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA MISSÃO DE BOLSONARO .....	66
5.2	ANÁLISE DO DISCURSO DE RECEBIMENTO DA FAIXA: IDEOLOGIAS NEFASTAS E A DISCURSIVIZAÇÃO DO MEDO .....	76
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>
	<b>ANEXO A – Discurso de posse .....</b>	<b>101</b>
	<b>ANEXO B – Discurso de recebimento da faixa presidencial.....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante o período eleitoral em 2018 no Brasil, para escolha, entre outros cargos, do novo Presidente da República, foram presenciados intensos debates e confrontos entre múltiplos posicionamentos políticos, além de promessas de candidatos sobre mudanças no cenário econômico, social e político no país. Considerando a conjuntura política brasileira desde a eleição presidencial de 2002, o Brasil foi governado majoritariamente por representantes mais à esquerda do espectro político. A ascensão da esquerda se iniciou em 2003 com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e que governou o país durante dois mandatos. Sua sucessora petista, Dilma Rousseff, foi eleita em 2010 e reeleita em 2014. Ao longo dos governos petistas, ocorreram denúncias e escândalos de corrupção envolvendo partidos políticos<sup>1</sup>, inclusive filiados ao PT. Esses eventos promoveram o aumento da impopularidade e de desgastes à imagem do partido. Em meados de 2016, o primeiro grande sinal de ruptura na hegemonia do PT ocorre: a então presidente Dilma Rousseff sofre processo de impeachment e o vice-presidente, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assume o cargo. A quebra da soberania petista seria reafirmada no resultado do pleito presidencial de 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, filiado naquele período ao Partido Social Liberal (PSL)<sup>2</sup>, considerado como um partido de direita<sup>3</sup>.

As duas reeleições de presidentes petistas – Lula e Dilma – evidenciavam a força que o partido tinha no país, mesmo com os escândalos envolvidos. Em 2018, buscando romper esse predomínio de governantes mais à esquerda, os candidatos à presidência, com exceção do candidato petista Fernando Haddad, tinham como norte em seus discursos críticas ao PT e busca ao fim dessa hegemonia, gerando como consequência uma ampliação de discursos antipetistas pautados por uma reivindicação urgente de alternância. Apesar desse movimento anti-PT, Bolsonaro, eleito em segundo turno em 28 de outubro de 2018, teve o candidato petista como principal adversário.

Assim, a proposta desta pesquisa nasce da inquietação a respeito do que parece ser uma regularidade presente na fala do atual Presidente da República, a qual trata de uma necessidade

---

<sup>1</sup> Mais informações sobre escândalos de corrupção envolvendo os governos petistas estão disponíveis em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/internacional/1543009671\\_306516.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/internacional/1543009671_306516.html). Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>2</sup> Em novembro de 2019, Bolsonaro divulgou à imprensa seu desligamento do PSL, assim como o projeto de fundação de um novo partido sob sua liderança, intitulado Aliança pelo Brasil. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-assina-desfiliacao-do-psl/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

<sup>3</sup> Teixeira, coordenador nacional da campanha de filiação de Jair Messias Bolsonaro afirmou que “O PSL é o único partido de direita”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/unico-partido-de-direita-psl-quer-1-milhao-de-filiados-ate-fim-de-2020/>. Acesso em: 21 set. 2020.

de lutar contra o que é denominado como *viés ideológico*. O surgimento do combate às ideologias no discurso de transição do governo parece se situar no contexto do que é apresentado como uma necessidade de mudanças e de renovações, e da eliminação de ideais anteriores associadas ao PT. Isso pode ser observado no discurso de posse do presidente, no qual afirma ter a “missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica” (BOLSONARO, 2019a, n.p). Esse dizer parece funcionar como mecanismo de crítica às ações e às características de governos anteriores considerados de esquerda, afinal, o governo atual não compartilharia dessas noções. Nesse sentido, o discurso bolsonarista percebe a ideologia como uma ameaça ao Brasil.

Isto posto, parece haver nos discursos de posse do presidente um indicativo de críticas ao que foi denominado como *viés ideológico*, visto que esses discursos constroem para o sujeito que fala, para o mandatário da nação, uma imagem de que ele teria como compromisso a defesa de valores e de costumes tradicionais, bem como a libertação dos indivíduos de um suposto grupo de esquerda, que representaria noções comunistas e/ou socialistas. No entanto, a preservação de valores e de costumes tradicionais não abrange o conceito de pós-modernidade elaborado por Hall (2015), no qual os modos de viver localizados pela ação da pós-modernidade livram os indivíduos de todos os tipos tradicionais de ordem social. Esse movimento de rompimento com a tradição é uma das características da pós-modernidade pois, conforme Santos (2012), esse deslocamento rompe princípios, regras, valores, práticas e realidades, provocando o recuo da tradição, da religião e da moral, ditando novos valores mais livres, urbanos e atrelados ao progresso social.

Além disso, em decorrência do aumento ao acesso das tecnologias e das redes sociais que permitem a divulgação de informações em massa, atualmente, as pessoas têm mais alcance à posicionamentos sobre os mais diversos assuntos. Entretanto, esse processo também acarreta na propagação de informações falsas, que, somada à falta de interesse pela procura de fontes confiáveis, desinforma e gera precárias discussões sobre determinados assuntos, principalmente os considerados polêmicos. A eleição presidencial de 2018 foi marcada pela disseminação dessas informações falsas – denominadas *fake news* – por meio de redes sociais<sup>4</sup>, o que inclusive

---

<sup>4</sup> “Fake news sobre candidatos inundam redes sociais em período eleitoral”, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/um-dia-da-eleicao-fake-news-sobre-candidatos-inundam-redes-sociais>. Acesso em: 29 set. 2020.

levou o Tribunal Eleitoral Superior (TSE) a produzir vídeos aos eleitores para esclarecer algumas das notícias errôneas que circulavam pelo ambiente digital<sup>5</sup>.

Todavia, é interessante notar que esse fenômeno já ganhava força nas eleições de 2014, mas naquele período os meios de comunicação denominaram as *fake news* como “boatos”<sup>6</sup>. Contudo, após a eleição presidencial dos Estados Unidos da América em 2016, a qual elegeu Donald Trump e foi marcada por *fake news*<sup>7</sup>, o Brasil importou o termo e seus mecanismos de funcionamento. Assim, durante o período para escolha dos novos representantes no Brasil em 2018, diversos tópicos foram debatidos e muitas *fake news* se propagaram. Entre esses tópicos, a ideologia esteve presente, porém, o grande problema é que muitas pessoas debateram sobre esse assunto, como se fosse algo homogêneo e único, sem ter conhecimento sobre a origem e o leque de definições, de conceitos e de sentidos que esse termo mobiliza.

Com o passar do tempo, conceitos, valores e crenças são contestados, atualizados e transformados, e o conceito de ideologia como prática discursiva é um exemplo disso. Esse conceito foi adotado por analistas sociais e políticos, chegando até a população e sendo incorporado na cultura. De acordo com Thompson (2011), com a chegada dos meios de comunicação em massa, houve novas rupturas e transformações, contribuindo para que o termo ideologia fosse utilizado como uma arma nas disputas políticas no campo da linguagem. Estudar ideologia, nas palavras do autor, não é simplesmente estudar conjuntos de crenças, mas estar interessado “se, em que medida e como – se for o caso – as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 2011, p. 18).

A presença de discursos sobre ideologia na transição para o governo Bolsonaro parece estar situada num ambiente favorável para seu (re)aparecimento. Isso se daria em função das críticas ao que foi denominado como *viés ideológico* começarem a ser utilizadas por representantes políticos que relacionaram esse viés à imagem do último grupo político que

---

<sup>5</sup> No site do TSE, há uma página específica dentro das eleições 2018 com esclarecimentos sobre informações falsas veiculadas durante o período eleitoral. Esses vídeos estão disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/esclarecimentos-informacoes-falsas-eleicoes-2018/index.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

<sup>6</sup> “Os boatos e a desinformação acontecem em todas as campanhas eleitorais e não foi diferente no pleito de 2016. Ocorre que, naquela época, o termo *fake news* não era utilizado e as notícias falsas [...] foram classificadas como ‘boatos’. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/315065/o-surgimento-do-termo-fake-news-nas-eleicoes-brasileiras--comparando-a-campanha-de-2016-e-2018--e-o-que-esperar-para-a-campanha-de-2020>. Acesso em: 16 out. 2020.

<sup>7</sup> “Várias notícias falsas sobre as eleições presidenciais nos Estados Unidos tiveram mais alcance no Facebook do que as principais histórias eleitorais de 19 grandes fontes de notícias”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/noticias-falsas-sobre-eleicoes-nos-eua-superam-noticias-reais.html>. Disponível em: 16 de out. 2020.

esteve no poder, visto como mais à esquerda, o que traduziria o desejo da população por renovação política. Para Foucault (2017), existe um conjunto de relações que estabelecem a emersão de um objeto discursivo. Logo, entendemos que o objeto discursivo viés ideológico parece não ter sido produzido durante a campanha eleitoral ou no período de transição do governo, mas que emergiu como questão nos discursos do presidente num ambiente favorável de desejo por mudança política. Além disso, Cruz, Kaysel e Cudas (2015, p. 08) salientam que é possível verificar na América Latina um “reagrupamento de forças no campo do conservadorismo, com a emergência de novas caras, a atualização do discurso e o emprego de estratégias e táticas novas”. Assim, observamos, mesmo que precipitadamente, que o governo Bolsonaro parece exibir traços dessa nova direita.

Os discursos de Bolsonaro, durante o período eleitoral e após sua posse, foram marcados pela abordagem de temas conservadores, pela busca do combate à corrupção e pela tentativa de pôr fim ao que foi denominado como *viés ideológico*, como pode ser observado no discurso de posse ao tratar da economia no país: “[...] que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico” (BOLSONARO, 2019a, n.p). Nesta dissertação, o objetivo geral é analisar como esse objeto de discurso, viés ideológico, é formulado e funciona no discurso dos *corpora*, mobilizando sentidos ligados às ordens do discurso bolsonarista. Detalhando o objetivo geral, faremos um gesto de leitura com ênfase na análise de como a ideologia, enquanto objeto de discurso, se constrói a partir do deslocamento de sentidos que carregam especificidades que possam ser denominadas como uma possível Formação Discursiva Bolsonarista (FDB). A pesquisa tem como objetivos específicos (a) adentrar no debate sobre uma arqueologia da ideologia, (b) identificar o lugar da ideologia, de acordo com o discurso bolsonarista e (c) investigar pontos de deriva nos discursos dos *corpora* e que se relacionem com o objeto de discurso sob estudo. Enquanto problema de pesquisa buscamos compreender como é elaborada a crítica bolsonarista à ideologia.

Com a intenção de atender aos objetivos estabelecidos, essa dissertação tem orientação teórico-metodológica ancorada na Análise de Discurso (AD) ligada à escola franco-brasileira, cujos autores basilares são Pêcheux e Foucault, além de seus comentadores e críticos. Os *corpora* de análise selecionados são os discursos proferidos pelo presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, durante a cerimônia de posse no Congresso Nacional e durante a cerimônia de recebimento da faixa presidencial no parlatório do Palácio do Planalto em Brasília, ambos em 1º de janeiro de 2019, dia de sua posse. Os *corpora* foram escolhidos por se tratarem de um evento em que Bolsonaro, como novo presidente brasileiro, reafirma à população brasileira o

compromisso assumido em sua campanha eleitoral, o qual trata da luta contra o denominado *viés ideológico*. Logo, é importante entender o funcionamento desses discursos.

Com o propósito de compreender a formulação do discurso do viés ideológico, as referências metodológicas contemplam a noção de Formação Discursiva – doravante FD – e a de objeto de discurso, conforme os estudos de Foucault (1997, 2014b, 2017) e Courtine (2014; 2016). Já nos estudos sobre deslize de sentidos e pontos de deriva, consultados Pêcheux (2014; 2015), Orlandi (2015; 2017), entre outros autores. Ademais, ao propormos pesquisar com Foucault, Benevides (2016) afirma ser necessário nos colocarmos em uma posição de não saber e, portanto, nos abrimos ao objeto de discurso e a novas formas de acessar o saber dentro dele. Ademais, ao analisar um objeto com respaldo em Foucault, Benevides (2016, p. 267, grifos no original) sinaliza que “o saber é *perspectivo* (depende de um ponto de vista), *agonístico* (implica em relações de poder, de luta e de conflito) e *múltiplo* (não-passível de unificação)”, isto é, o que se pesquisa não é a verdade sobre determinado objeto e esse processo está dentro de relações de poder. Benevides (2016) afirma que devemos eleger o objeto, mas não se tem conhecimento sobre ele, ou seja, é preciso tomá-lo como *x*, desconhecer o objeto e ser o mais claro possível durante as análises. A partir dessas perspectivas, buscaremos também nos desvencilharmos de julgamentos e de noções pré-concebidas, pois, com a pesquisa que se produz, não se propõe descobrir uma (única) verdade. Afinal, o objeto é tomado sob uma perspectiva de análise elegida por nós, e, portanto, produzirá perspectivas e formas de entendimento a partir do recorte adotado.

A fim de compreender alguns dos diversos sentidos que emergem da noção de ideologia, abordamos nesta dissertação concepções de autores como Pêcheux (2014) e Althusser (1985), responsáveis direta e indiretamente por trazerem discussões sobre ideologia para a área da AD; e Thompson (2011), por discutir a respeito do que o autor denomina enquanto “noções críticas e neutras” da ideologia. Com relação aos posicionamentos políticos, as discussões se iniciam com Laclau (2003, 2018), Bobbio (1995), Levin (2017) e Castro Rocha (2021), ao abordarem sobre especificidades da direita e da esquerda do espectro político, além de uma nova direita que estaria emergindo após certo predomínio de governos mais à esquerda no continente Americano. Já Foucault (2008, 2018c) auxilia no entendimento das características da governamentalidade liberal, a qual se insere no modelo teórico econômico do liberalismo, traço presente nos governos considerados de direita.

A pesquisa fará um movimento metodológico constante entre teorias e análises, a partir do que Petri (2013) denomina como movimento pendular. É nesse movimento pendular, “no movimento de ir e vir (da teoria para análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos



de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise” (PETRI, 2013, p. 42). Na teoria do pêndulo, é esse deslocamento que estimula a produção de sentidos sobre o material que se analisa. Petri (2013) propõe que o analista de discurso construa um dispositivo analítico próprio ao material que está analisando, logo, cada análise é singular e contempla a incompletude e a contradição que o movimento constante provoca.

Frisamos que as delimitações feitas nessa pesquisa não encerram as discussões sobre a ideologia no discurso bolsonarista, pois o discurso está aberto a outras perspectivas e a outras análises, a partir também de novos *corpora* e de novos recortes temporais, visto que a AD compreende investigar um mesmo objeto de pontos de vista diferentes, buscando esgotar o objeto de pesquisa e trazer novas interpretações para debate. Assim como afirma Petri (2013, p. 41-42), “a metodologia da Análise de Discurso existe, mas não para, está em suspenso, em movimento, (de)pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto”. Além disso, os discursos de transição do governo têm peso e refletem sobre a visão, os valores e os objetivos do atual governo, e produzem impactos, principalmente, sobre a população e o desenvolvimento do país.

Além disso, esta dissertação faz parte de um projeto mais amplo denominado *O último Foucault: ética, Cristianismo e neoliberalismo*, coordenado pelo Professor Dr. Eric Duarte Ferreira e integrado à linha de pesquisa *Práticas Discursivas e Subjetividades* do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó.

Esclarecidas essas considerações iniciais, apresentamos a organização da pesquisa, a qual é dividida em quatro capítulos. Apresentamos algumas SDs dos *corpora* no decorrer dos capítulos, a fim de orientar e de familiarizar o leitor sobre os discursos, além de contribuir na compreensão das discussões com fundamentação mais teórica sobre o tema. Apesar disso, as principais análises e a apresentação dos trechos investigados ocorrem no capítulo final, após a construção teórica das demais partes da pesquisa.

O capítulo inicial trata sobre a proposta de uma arqueologia da ideologia, ao realizarmos a investigação de alguns dos inúmeros conceitos que (trans)formam o universo ideológico. O segundo capítulo faz referência às noções foucaultianas no campo discursivo, apresentando o posicionamento de Foucault sobre a análise ideológica, a construção do objeto de discurso e da FD, observando suas respectivas emergências, contextos, relações e referências. Ainda neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre a noção de deslize de sentido e de ponto de deriva com base em Pêcheux. No terceiro capítulo discutimos sobre a dicotomia direita-esquerda do

espectro político, com retomada histórica da formação desses posicionamentos antagônicos, além da apresentação de um movimento político considerado como renovação das noções de partidos considerados mais à direita e das características da governamentalidade liberal que se conecta ao modelo econômico do liberalismo. Por fim, no quarto capítulo, analisamos sequências discursivas – doravante SDs – dos *corpora*, identificando o lugar da ideologia de acordo com o discurso bolsonarista, verificando os pontos de deriva que se relacionam com o objeto de estudo e, conseqüentemente, os sentidos associados ao denominado *viés ideológico*. Ademais, estabelecemos diálogo constante com as construções teóricas realizadas no decorrer dos capítulos anteriores, a fim de investigá-las e de relacioná-las com as SDs selecionadas do discurso de posse e de recebimento da faixa.

## 2 POR UMA ARQUEOLOGIA DA IDEOLOGIA

Iniciamos este capítulo esclarecendo que não objetivamos fazer uma arqueologia profunda e fechada sobre ideologia, mas escrevemos na tentativa de adentrar – e por isso o uso de “por uma” – e de contribuir nas discussões sobre o tema. Assim, está aberto para outros pesquisadores seguirem por esse caminho – e por outros –, almejando uma maior compreensão sobre o universo ideológico.

O campo da ideologia é sinônimo de heterogeneidade. As concepções que rodeiam o termo são inúmeras, assim como a história e a memória conectadas quando utilizada a palavra ideologia. Nesse sentido, um movimento arqueológico de escavação e de penetração nesse campo é necessário para compreendermos, mesmo que sucintamente, algumas noções sobre a ideologia. Destacamos que uma história concisa e linear sobre a ideologia é inexistente e impraticável, pois um termo tão plural não poderia ser limitado à uma narrativa sequencial. Contudo, é possível apresentarmos recortes de algumas concepções que constituem o campo ideológico. Como dito anteriormente, quando o termo ideologia é utilizado diversos autores e conceitos são mobilizados e, em muitos casos, sem que o próprio sujeito que enuncia saiba desses movimentos. A partir disso, no primeiro capítulo desta dissertação, faremos um percurso teórico buscando uma proposta de um conjunto de parâmetros para uma arqueologia da noção de ideologia, na tentativa de mostrar a impossibilidade de restrição de conceitos, visando uma arqueologia da ideologia.

Essa caminhada começa levando em conta o diálogo com autores que sinalizam para os inúmeros conceitos relacionados ao termo. Essa conversa é organizada a partir de três grupos. Estes grupos abordam, respectivamente, os posicionamentos de Thompson (2011), elucidando sobre o que o autor define como ideologias críticas e ideologias neutras; de Althusser (1985, 1996), ao discutir sobre os Aparelhos Repressivos e Ideológicos de Estado; e de Pêcheux (1997, 2014), o qual oferece destaque à ideologia na AD e desenvolve a noção de Formações Ideológicas – doravante FI –, além de dialogar com Althusser sobre a interpelação do indivíduo em sujeito. Para estabelecer diálogos ou críticas com essas concepções, outros autores são investigados ao longo desse percurso.

### 2.1 IDEOLOGIAS CRÍTICAS E NEUTRAS E RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO

Estudar ideologia, nas palavras de Thompson (2011), não envolve apenas o estudo de conjuntos de crenças, mas estar interessado se e como as ideologias servem para “estabelecer e

sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 18) nos cenários em que são produzidas e absorvidas. Para o autor, ao longo do tempo, conceitos são contestados e transformados, assim como o conceito de ideologia. Com a chegada dos meios de comunicação em massa, houve novas rupturas e transformações, tornando o conceito de ideologia uma arma nas disputas políticas, o qual foi adotado por políticos que promoveram o contato do termo com a população e sua incorporação na cultura (THOMPSON, 2011).

A primeira menção à noção de ideologia, de acordo com Thompson (2011) em sua obra *Ideologia e Cultura Moderna*, foi elaborada ao final do século XVIII, na França. O termo foi utilizado por Destutt de Tracy para descrever seu projeto sobre uma ciência que se interessava por uma análise sistemática das ideias e das sensações. Assim, a ideologia tinha sentido de uma ciência das ideias, a qual tornaria possível compreender a natureza humana e reestruturar a sociedade em seu âmbito social e político. De Tracy argumentava que não podemos conhecer as coisas em si mesmas, mas as ideias formadas pelas sensações que temos delas. Ao analisar essas ideias e sensações, haveria conclusões de cunho mais prático para o bem da sociedade.

De acordo com Thompson (2011), Napoleão Bonaparte foi responsável por introduzir um novo sentido para o termo ideologia. De Tracy compartilhava pressupostos políticos com republicanos e como Napoleão esteve no poder por um longo período de tempo por meios não democráticos, via esses pensadores como ameaças ao seu reinado. Por isso, Napoleão os intitulou de ideológicos, os quais possuíam uma doutrina especulativa abstrata. Logo, todos os pensamentos religiosos ou políticos que iam contra o interesse de Napoleão, eram condenados como ideologia. A população, por influência desse discurso, adotou o termo ideologia e seus derivados com um sentido totalmente negativo e pejorativo. Como consequência dessa intriga entre De Tracy e Napoleão, a ideologia deixou de se referir somente a uma ciência das ideias e a um modo positivo do Iluminismo, passando a ter conotação de ideias erradas e não ligadas à realidade social e política. O posicionamento de Napoleão deixou resquícios nos pensamentos de autores futuros, entre eles, o mais famoso, Karl Marx.

Marx contribuiu de modo muito particular ao incorporar os conceitos principais de Napoleão, mas, principalmente, por transformar o conceito, “incorporando-o a um marco referencial teórico e a um programa político que eram profundamente dependentes do espírito do Iluminismo” (THOMPSON, 2011, p. 49). Na perspectiva de Thompson (2011), os conceitos de ideologia de Marx podem ser divididos em três categorias: polêmica, epifenomênica e latente.

Na primeira – polêmica –, Marx manteve os critérios de Napoleão ao atacar a especulação filosófica dos jovens hegelianos, pois entendia que estes jovens alemães estavam

travando uma guerra das ideias e que isso não fazia sentido. Na obra *Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam que ideologia seria uma doutrina teórica, na qual se olha de maneira errada as ideias como autônomas e eficazes, e que, portanto, não conseguiria compreender a vida sócio histórica em suas condições reais. Conforme Marx passou a olhar para as relações de classe, desenvolveu o segundo conceito de ideologia – epifenomênica. Essa concepção entende a ideologia como algo que depende e deriva de condições econômicas, de relações de classe e de produção de classe. Nessa perspectiva, ideologia seria um sistema de ideias que expressaria interesses de uma classe dominante, mas faria isso de modo ilusório. Portanto, essa concepção ainda carrega a ideia de que ideologia é algo ilusório, como na primeira concepção, mas ocorre agregação dos interesses das classes dominantes. Já na terceira concepção – latente –, ideologia seriam ideias ilusórias e sistemas de representação que enganam e por isso, mantêm relações de dominação. A ideologia faria isso, pois orientaria as pessoas para o passado, escondendo as relações de classe e desestimulando a busca por mudanças. Nessa concepção, Marx dá mais destaque sobre ilusões e não tanto sobre o termo ideologia, o que acaba por provocar superstições e preconceitos.

A partir disso, Thompson (2011) discute sobre uma sociologia do conhecimento. Lenin, no contexto da Rússia, argumentou a favor de uma ideologia socialista que combateria uma ideologia da burguesia, pois o proletariado não desenvolveria sozinho uma ideologia. Logo, ideologia para Lenin e também para Lukács seriam ideias que expressariam e promoveriam os interesses das principais classes engajadas no conflito. E por fim, Thompson (2011) faz uma análise profunda dos estudos de Mannheim e propõe a existência de duas concepções de ideologia em sua trajetória. Na primeira, intitulada formulação geral, Mannheim estaria interessado em desenvolver uma maneira de estudar o conhecimento e o pensamento em suas condições sociais. Assim, ideologia seriam sistemas de pensamento e de experiência partilhados por pessoas. Como seu objetivo era desenvolver um modo de estudo, ideologia não é uma arma – como em Lenin e em Lukács –, mas uma metodologia. Já na segunda concepção de Mannheim, a restrita, ideologia seria quando os indivíduos expressam ceticismo sobre ideias e opiniões propostas por adversários, logo, são ideias que não dizem respeito à realidade e não podem ser concretizadas na prática.

Com base nessa caminhada elaborada por Thompson (2011), o autor produz uma dicotomia dentro do termo ideologia ao organizá-la entre ideologia crítica e ideologia neutra. Os autores discutidos anteriormente servem como base para construir e caracterizar essas duas concepções. Nas palavras de Thompson (2011), concepções neutras de ideologia seriam as que

[...] tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular. Ideologia [...] é um aspecto da vida social [...] entre outros, e não é nem mais nem menos atraente ou problemático que qualquer outro (THOMPSON, 2011, p. 72).

A partir dessa definição, compreendemos que ideologias neutras não carregam traços negativos, ou seja, não buscam alienar o sujeito para benefício de grupos específicos. Ademais, podemos sinalizar que programas políticos que sigam questões revolucionárias ou tradicionalistas, por exemplo, podem ter traços ideológicos, independente do lado em que se encontrem, afinal, a ideologia está disponível para qualquer “combatente” que tenha capacidade de utilizá-la (THOMPSON, 2011). Já as concepções críticas de ideologia,

[...] são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo [...] o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos (THOMPSON, 2011, p. 73).

Dentro desta concepção de ideologia, Thompson (2011) argumenta que existem algumas características que predominam e identificam os autores que a utilizam. Assim, nessa perspectiva, autores que possuem concepções críticas de ideologia compartilham de ao menos dois dos seguintes “critérios de negatividade” (THOMPSON, 2011): ideologia é conceito abstrato e/ou impraticável; ideologia é algo errôneo e/ou ilusório; ideologia é expressão de interesses das classes dominantes; e ideologia é o que sustenta as relações de dominação.

Posto isso, observamos no Quadro 1 que a noção crítica de ideologia é qualificada por Thompson (2011) a partir dos quatro critérios anteriormente mencionados, enquanto que a noção neutra é antagônica a essas características.

Quadro 1 – Concepções críticas e neutras de ideologia

IDEOLOGIA CRÍTICA	IDEOLOGIA NEUTRA
(a) Abstrata ou impraticável. (b) Errônea ou ilusória. (c) Expressa interesses dominantes. (d) Sustenta relações de dominação.	(a) Não é, necessariamente, enganadora e ilusória. (b) Não está relacionada a grupos e a interesses específicos. (c) Aspecto comum da vida social.

Fonte: Os autores (2020) com base em Thompson (2011)

Assim, retomando os autores discutidos por Thompson (2011), estes podem ser classificados dentro das duas concepções de ideologia. As concepções de ideologia

desenvolvidas por De Tracy, Lenin, Lukács e Mannheim – formulação geral – compartilham das características gerais da ideologia neutra, pois “elas não possuem, necessariamente, um sentido negativo, pejorativo, e não implicam, necessariamente, que ideologia é um fenômeno que deve ser combatido e, se possível, eliminado” (THOMPSON, 2011, p. 73). Já Napoleão, Marx e Mannheim – concepção restrita – possuem concepções críticas, afinal, todas “possuem um sentido negativo e supõem que os fenômenos caracterizados como ideologia são susceptíveis de crítica” (THOMPSON, 2011, p. 73).

Além disso, Thompson (2011), ao refletir sobre a interação entre sentido e poder, identifica alguns modos de operação geral da ideologia. Assim, são distinguidos cinco modos gerais por meio dos quais a ideologia pode – e não necessariamente irá – operar: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Estes modos e suas respectivas estratégias e funções são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Modos de operação da ideologia

MODOS	ESTRATÉGIAS	FUNÇÃO
<b>Legitimação</b>	Racionalização	Cadeia de raciocínio que justifica a construção e a elaboração de uma ideologia, bem como o seu apoio.
	Universalização	Interesses de alguns são disfarçados como um interesse de todos.
	Narrativização	A ideologia é elaborada como se fosse uma tradição, que ultrapassa as gerações, os conflitos e as diferenças.
<b>Dissimulação (Ocultação)</b>	Deslocamento	Um termo é deslocado para um novo termo, preservando suas características positivas e negativas.
	Eufemização	Ações, instituições e relações sociais são escritas ou reescritas para terem critérios positivos.
	Tropo	Por meio de metáforas, de metonímias e de sinédoque, os termos são produzidos e figurados para dar outras características às expressões, aos eventos, aos sujeitos, etc.
<b>Unificação</b>	Estandardização (Padronização)	Várias formas simbólicas são produzidas e ganham um caráter padrão, para ter uma fundamentação compartilhada e única.
	Simbolização da unidade	Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas.
<b>Fragmentação</b>	Diferenciação	É dado ênfase às características que dividem um grupo e que impedem a constituição de um poder para enfrentar a ideologia.
	Expurgo do outro	Construção de um inimigo, interno ou externo, que promove aos indivíduos resistir ou expurgá-lo.
<b>Reificação</b>	Naturalização	Relações de dominação são tratadas como se fossem um procedimento natural.
	Eternalização	Fenômenos sócio históricos são tratados sem suas noções históricas e como recorrentes.
	Nominalização / Passivização	Transformação e direcionamento do tema para um foco específico para retirar a atenção de outros.

Fonte: Os autores (2021) com base em Thompson (2011)

Ademais, Thompson (2011) enfatiza que estas não são as únicas maneiras de operação da ideologia ou que essas maneiras sempre operam independentemente das outras, mas “esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras” (THOMPSON, 2011, p. 81).

Apresentamos, a partir de definições gerais de Thompson (2011), os modos de operação da ideologia ilustrados no Quadro 2. Na legitimação, as relações de dominação são apresentadas como legítimas, isto é, são representadas como justas e merecedoras de apoio. Na dissimulação, segundo modo operante, as relações de dominação se estabelecem e são sustentadas por ser ocultas e obscuras, ou então, por serem representadas de modo que desviem a atenção. Na unificação, é construído, no nível simbólico, uma forma de união – ou de unidade – que conecta os indivíduos dentro de uma identidade comunitária, coletiva. Já na fragmentação, ocorre o oposto: não há unificação, os indivíduos são fragmentados e podem ser desafiantes para os grupos dominantes, “dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador” (THOMPSON, 2011, p. 87). E por fim, na reificação, uma situação entendida como transitória ou histórica é retratada como permanente ou natural.

A partir dessa construção de características da ideologia ao longo do tempo apresentadas e dos seus modos de operação, Thompson (2011) desenvolve sua própria concepção de ideologia, interessando-se pelos modos de entrecruzamento das formas simbólicas com relações de poder. Nesse sentido, o autor reelabora os conceitos de ideologia e dos meios de comunicação, e busca “repensar a teoria da ideologia à luz do desenvolvimento dos meios de comunicação (THOMPSON, 2011, p. 11). Por isso, o autor compreende que ideologia se refere a modos que permitem ao sentido estabelecer e manter relações de dominação, nas quais o sentido estaria a serviço do poder.

O poder associado à ideologia também é abordado por Eagleton (1997) em *Ideologia*. Segundo o autor, ideologia é “um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, [...] é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado” (EAGLETON, 1997, p. 15). Também dá indícios da correlação entre ideologia e poder ao afirmar que o termo não faz referência somente a sistemas de crenças, mas a movimentos relacionados com o poder, sendo que a ideologia auxilia para que os processos de poder permaneçam no campo do significado. Com relação à falsa consciência, entende que as ideologias necessitam ser mais do que ilusões, pois para terem efeito precisam ter relação com a realidade social dos sujeitos, fazendo com



que não sejam rejeitadas. Afinal, afirmar que determinado enunciado é ideológico, quer dizer que ele “está carregado de um motivo ulterior estreitamente relacionado com a legitimação de certos interesses em uma luta de poder” (EAGLETON, 1997, p. 28).

Além disso, Eagleton (1997) afirma que a qualificação de algo como ideológico ou não, também diz respeito ao indivíduo que fala, ao assunto, ao destinatário e à finalidade. Logo, uma única fala pode ser considerada ideológica em determinada situação, mas não ideológica em outra, pois “a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social” (EAGLETON, 1997, p. 22). Em diálogo com essas análises sobre ideologia, Bosi (2010) reflete, a partir da epígrafe de sua obra *Ideologia e Contra Ideologia*, sobre o quão difícil é redescobrir o que já sabemos e elabora a hipótese de que há “uma esfera de significado comum aos vários conceitos que já se propuseram para definir o termo *ideologia*. Trata-se da noção de *condição*. A ideologia é sempre modo de pensamento condicionado, logo relativo” (BOSI, 2010, p. 11, grifos no original).

Ademais, após desenvolver uma retomada histórica do conceito de ideologia, Bosi (2010) discorre sobre duas vertentes do conceito. Na primeira, há predomínio do pensamento como sempre falso, o qual deve ser combatido e desvendado. Enquanto que na segunda vertente, esse mesmo predomínio de pensamento deve ser estudado com relação a fatores sociais, históricos, culturais, entre outros, ou seja, a ideologia é historicizada. O autor defende que qualificar qualquer produção ou pensamento enquanto ideologia é abusivo, mesmo que tenha determinada influência ou valor. Assim, aborda autores que trabalham no sentido contra ideológico e contempla também a religião como fator que pode funcionar como desalienação do sujeito.

Ao citar Weil (1955 apud BOSI, 2010, p. 168), o autor percebe a contraideologia próxima da utopia, “no sentido estrito de imagem de um mundo diferente do que aí está, e afasta-se da acepção negativa que lhe dera Engels”, sendo que a ideologia buscaria libertar o operário das erudições que o reduzem à indústria. Ainda sobre utopias, Bosi (2010) afirma que a utopia não seria um sonho que nunca se realizaria, mas um pensamento oposto à forma assumida pela sociedade. Desse modo, utopia, para o ideólogo da classe dominante, seria o projeto de adversários, enquanto que para o revolucionário/utópico, ideologia é o pensamento dos que detém o poder. Nesse sentido, “para o conservador, utopia é palavra negativa, que desclassifica o adversário; para o revolucionário a pecha recai de preferência no termo ‘ideologia’” (BOSI, 2010, p. 138). Assim, ideologia e utopia se enfrentam enquanto discursos viciosos, os quais influenciam o sujeito que não interpreta o que vem de fora.

Em *Linguagem e Ideologia*, Fiorin (1998, p. 28) define ideologia como “esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. E, portanto, de acordo com o autor, a ideologia é falsa consciência, pois é constituída a partir de formas fenomênicas da realidade<sup>8</sup>, as quais ocultam a ordem social. Dessa forma, Fiorin (1998) entende ideologia enquanto uma alteração da realidade e que seu conceito, em sentido mais amplo, seria uma visão de mundo: a perspectiva de uma classe com relação à realidade. Ao relacionar os estudos sobre a ideologia com as questões econômicas – a ideologia não surge do nada, por isso é determinada pelo nível econômico –, deixa claro que existem diversas ideologias – visões de mundo –, pois existem diversas classes sociais. Contudo, a ideologia dominante sempre será a ideologia da classe dominante.

Já na obra *O que é ideologia*, Chauí (2008, p. 24) defende que “uma ideologia não possui um poder absoluto que não possa ser quebrado e destruído”, pois uma classe pode tomar consciência sobre sua realidade e, ao se organizar, transformar a sociedade, quebrando a ideologia. Nesse sentido, compreenderá ideologia enquanto “sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores [...] não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência” (CHAUÍ, 2008, p. 63). Na visão da autora, ideologia seria um movimento subjetivo e involuntário fabricado por condições da existência dos indivíduos, ou seja, os indivíduos não percebem estarem presos dentro daquele movimento e acreditam que sua realidade é resultado de seu esforço e não de questões históricas de dominação de uma classe sobre outra. Ao final da obra, a autora esclarece que ideologia são normas que “indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUÍ, 2008, p. 108-109). Contudo, a ideologia também proporciona à sociedade um sentimento de identidade social, o qual provoca um apagamento das diferenças entre as classes.

Com base nessa construção teórica, identificamos uma possível origem do emprego do termo ideologia e alguns dos sentidos mobilizados a partir desse uso inicial. Como abordado pelos autores consultados, a noção de ideologia geralmente envolve discussões relacionadas com poder e com dominação, dos quais os sujeitos são assujeitados – domesticados – ou

---

<sup>8</sup> Para Fiorin (1998) existem dois níveis de realidade: essência (profundo) e aparência (superficial). O primeiro nível seria algo que não se pode ver, e o segundo, fenomênico (perceptível).

passíveis de libertação. Assim, para dar continuidade à temática, partimos para a próxima seção, na qual discutimos, principalmente, a perspectiva althusseriana de ideologia.

## 2.2 OS APARELHOS REPRESSIVOS E IDEOLÓGICOS DE ESTADO

Trazendo a discussão para a área da AD, é inviável falar sobre ideologia sem mencionar Althusser, visto que as suas concepções tiveram grande impacto nos estudos elaborados por Pêcheux, o qual é reconhecido como patrono da AD. Althusser (1985), em sua obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*, aborda a ideologia como um imaginário que media a relação do sujeito com a sua condição de existência, logo, “a ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1985, p. 69). Sobre a relação econômica, entende que, por efeito da ideologia, os sujeitos se veem livres e por isso podem buscar novas posições dentro da hierarquia social. Todavia, esses mesmos sujeitos não percebem que o sistema capitalista os determina a realizar sempre a mesma função na relação de produção.

Althusser (1996) entende ser preciso construir, mesmo que de modo inicial, uma teoria da ideologia (geral) e enfatiza abordar uma noção geral de ideologia, uma vez que, independente das particularidades das ideologias, todas sempre remetem a posições de classe. Ao propor esse projeto, de uma teoria da ideologia em geral, ressalta: “*a ideologia não tem história*” (ALTHUSSER, 1996, p. 124, grifos no original). Althusser (1996) esclarece que essa mesma noção – ideologia não tem história – é abordada por Marx, em *A ideologia alemã*, mas em um sentido negativo, no qual a ideologia é fruto de sonhos e não tem história, pois não significa nada. Todavia, mesmo adotando os mesmos termos de Marx, a tese althusseriana é diferente, pois as ideologias têm história própria, mas a ideologia em geral não tem. Entretanto, essa inexistência de história é em um sentido positivo, afinal é composta por funcionamento e estrutura imutáveis, ou seja, está presente do mesmo modo na história. Desse modo, o autor enfatiza o sujeito e compreende a ideologia por intermédio de dois princípios: “1. não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela; 2. não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 1996, p. 131). Esses princípios conduzem ao principal conceito elaborado por Althusser (1985), no qual a ideologia interpela indivíduos em sujeitos. Nesse sentido, a ideologia não é externa e nem age sobre o sujeito, mas intrínseca a todos, e que, por estar interpelado, o sujeito não percebe que está sob efeito da ideologia.

Além disso, o Estado é entendido como uma “máquina de repressão” (ALTHUSSER, 1985, p. 31) que possibilita e assegura o controle das classes dominantes sobre as classes

operárias. Com base nisso, Althusser (1985) desenvolveu a concepção de Aparelhos (Ideológicos) de Estado, que se diferenciam do Aparelho (Repressivo) de Estado da teoria marxista. Este último funciona predominantemente pela violência e pelo domínio público, enquanto o outro funciona, principalmente, por meio da ideologia e do domínio privado, mas pode abranger instituições públicas também.

Ao tratar sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante AIE), Althusser (1985, p. 68) entende esses aparelhos como “certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Dentro desses aparelhos, podem ser citados o aparelho religioso, escolar, político, familiar, jurídico, cultural, entre outros. Conseqüentemente, a ideologia sempre existirá dentro de um aparelho e funcionará a partir de suas práticas. Porém, o autor esclarece que as ideologias não nascem dentro dos AIE, mas das classes sociais que se envolvem na luta de classes, das suas práticas, das suas experiências de luta, das suas condições de existência. Desse modo, os AIE representam a forma como as ideologias se realizam, ou seja, correspondem à materialização dos interesses das classes sociais.

Ao propor uma investigação sobre as noções de ideologia e dos AIE, Althusser (1996) sinaliza que existe apenas um Aparelho (Repressivo) de Estado, o qual pertence ao domínio público, enquanto que existem vários AIE, os quais fazem parte, em sua grande maioria, do domínio privado. Sobre essa distinção, entre público e privado, o autor ressalta que o domínio escapa do Estado, “por estar ‘além do Direito’: o Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição para qualquer distinção entre o público e o privado” (ALTHUSSER, 1996, p. 115, grifos no original). Ademais, esclarece que a materialização desses aparelhos públicos e privados não é de grande relevância, pois o principal a se investigar é o funcionamento dos aparelhos.

Assim, o Aparelho (Repressivo) do Estado funciona majoritariamente pela violência, enquanto que os AIE funcionam principalmente pela ideologia, sendo que nenhum aparelho é puramente repressivo ou ideológico. As escolas, as igrejas ou as famílias, por exemplo, funcionam principalmente pela ideologia, mas dispõem de métodos de punição, de seleção, de expulsão, entre outros (ALTHUSSER, 1996). Nesse sentido, o papel da ideologia é, de acordo com Althusser (1996), estabelecer uma harmonia entre esses aparelhos – o repressivo e os ideológicos. Enquanto que o Aparelho (Repressivo) de Estado assegura as circunstâncias necessárias para reproduzir relações de produção, além de garantir as condições políticas para atuação dos AIE.

Em ensaio que aborda a ideologia, Hall (2011) afirma que Althusser promoveu uma crítica da ideologia proposta pelo marxismo. De acordo com o autor, Althusser se opôs à noção de que “a posição ideológica de uma classe social sempre corresponderá à sua posição nas relações sociais de produção” (HALL, 2011, p. 169), ou seja, entende que nem sempre as concepções dominantes se equiparam às classes dominantes. Para Hall (2011), Althusser também recusou a noção de falsa consciência, pois o termo pressupõe a existência de uma ideologia única e verdadeira para cada classe. Além disso, o registro material da ideologia, segundo o autor, se dá na linguagem e no comportamento, que ocorrem no campo social relacionados a aparelhos sociais e, portanto, “é por isso que devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológico ali inscritos” (HALL, 2011, p. 173).

Ademais, Hall (2011) sinaliza que Althusser define ideologia enquanto sistemas de representação em que homens e mulheres vivem, no sentido da vida enquanto experiência, em uma cultura. Além disso, não é possível viver no real e dar um fim à ideologia, pois precisamos de sistemas para representar o real. Logo, “a noção de que nossas cabeças estão lotadas de ideias falsas que, entretanto, podem ser totalmente dissipadas quando nos abrimos para o ‘real’ como um momento de absoluta autenticação é provavelmente a concepção mais ideológica de todas” (HALL, 2011, p. 182). O autor afirma que, além de reproduzir relações sociais de produção apontadas por Althusser (1985), a ideologia limita a sociedade para que ela se reproduza de modo tranquilo, fácil e funcional. Todavia, Althusser (1996) enfatiza que os AIE não são apenas espaços para assegurar a ideologia dominante ou o alvo das lutas de classe, mas também é local da luta de classes. Desse modo, mesmo sendo lugar para preservar relações de poder e força, ainda é possível encontrar caminhos para expressar resistência.

Assim, abastecidos das noções de Althusser sobre o tema, partimos para a próxima seção, na qual nos debruçamos sobre os estudos de Pêcheux. Lembramos que o autor fundador da noção dos AIE exerceu grande influência nas pesquisas e nos conceitos de Pêcheux e, conseqüentemente, na área da AD. Para estabelecer diálogo com Pêcheux, consultamos outros autores que circulam nesse mesmo campo de entendimento sobre a ideologia.

### 2.3 A INTERPELAÇÃO DO SUJEITO PELA IDEOLOGIA

Ao nos deslocarmos para os estudos pêcheuxtianos, observamos que o autor construiu seus pressupostos teóricos sob três pilares: materialismo histórico, linguística e psicanálise. Para discutir, principalmente, sobre o materialismo histórico, Pêcheux faz uma releitura e se

apropriada de diversos conceitos trazidos por Althusser (1985). O autor busca compreender as condições ideológicas de reprodução e de transformação de produção, entendendo que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2014, p. 82). A partir disso, é possível perceber que tanto Althusser (1985) quanto Pêcheux (1997) caracterizam a ideologia enquanto instância que possui existência material e que se articula com o campo econômico (SILVA, 2009).

Dentro do materialismo histórico, Pêcheux e Fuchs (1997), na obra *Por uma análise automática do discurso*, afirmam que há uma compreensão do que eles chamam de teoria das ideologias. Assim, desenvolvem análises mobilizando a formação social, a ideologia e o discurso, abordando uma superestrutura ideológica ligada aos modos de produção que determinam determinada formação social. A reprodução das relações de produção consiste na denominada interpelação, “de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Essa reprodução estará ligada aos AIE formulados por Althusser (1985).

Em consequência disso, Pêcheux e Fuchs (1997) elaboram o conceito de FIs, pois em suas perspectivas, ao longo da história, ocorrem conflitos ideológicos e políticos dentro das relações de reprodução das classes nos AIE. Nesse sentido, FI “constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Nessa perspectiva, os AIE não expressam a ideologia dominante, mas são o local e o meio para que ocorra a realização da dominação. Nas palavras de Pêcheux (2014, p. 131, grifos no original),

Os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...], mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante...”.

A partir disso, será discutida a relação entre ideologia e discurso. Pêcheux e Fuchs (1997) enfatizam que não é possível identificar ambos, mas o aspecto discursivo é material do que é intitulado como materialidade ideológica. Assim, o discursivo pertence ao que foi intitulado como “gênero” ideológico, ou seja, as FIs comportam várias FDs. Uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). Nesse sentido, não é possível haver discursos que não sejam ideológicos, e além disso, “só há prática através de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”

(PÊCHEUX, 2014, p. 135). Em vista disso, as FDs determinam o dizer a partir de certa relação interior aos AIE e inscritas em relações de classe. Como consequência, é entendido que a interpelação dos indivíduos em sujeitos não acontece de modo geral, mas por meio de um completo conjunto “determinado de *formações ideológicas* que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 167, grifos no original).

As noções de FI e FD desenvolvidas são utilizadas por outros pesquisadores. Para Silva (2009), o estudo sobre FI e FD esclareceu como ideologia e discurso estão interligados, mas que na ótica da AD, os discursos sempre estão inseridos em alguma FD e pertencentes a alguma FI. Logo, não existem discursos que não sejam ideológicos. Contudo, a autora destaca que na AD é preciso considerar a ideologia e o discurso como campos diferentes, ou seja, eles se interligam com frequência, contudo não se confundem. Enquanto que para Fiorin (1998), “uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (FIORIN, 1998, p. 32). E, como essa visão de mundo não pode ocorrer desvinculada da linguagem, toda FI diz respeito a uma FD, “que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo” (FIORIN, 1998, p. 32). Essa FD é ensinada aos sujeitos durante o processo de aprendizagem da língua, no qual a imposição do que pensar parte da FI e a determinação do que dizer da FD. Logo, tanto a ideologia quanto o discurso dominante são os da classe dominante.

Ainda sobre definições de ideologia, Pêcheux (2014), ao ler Althusser (1985), também faz uma distinção entre Ideologia e ideologias – ou uma ideologia. Ideologia em geral não tem história, pois sua estrutura e funcionamento se mostram imutáveis na história e é lugar de pensar o homem enquanto “animal ideológico” (PÊCHEUX, 2014, p. 138), portanto, a Ideologia é eterna dentro do processo natural do humano na história. Já as ideologias possuem uma existência histórica particular e concreta, que se dá dentro dos AIE. Transpondo isso ao discurso, o autor ressalta que o sentido da palavra não está em si mesma e sim nas posições ideológicas mobilizadas no processo sócio histórico em que a palavra é pronunciada. Deste modo, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifos no original). Logo, o autor entende que uma mesma palavra ou expressão não possui sentido próprio, pois pode receber sentidos diferentes de acordo com a FD que ocupa.

Em 1967, dois anos antes de escrever a obra *Por uma análise automática do discurso*, Pêcheux produziu um ensaio sob o pseudônimo de Thomas Herbert, intitulado *Observações para uma teoria geral das ideologias* (1967). Neste ensaio, o autor tem como proposição principal que “toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca” (HERBERT, 1995, p. 64), entendendo que, enquanto base material do discurso, é na e pela língua que ilusões são produzidas, colocando o sujeito enquanto ser da consciência individual e ator social. Pêcheux (HERBERT, 1995) distingue duas formas de ideologia, que funcionam por ilusões e esquecimentos. A Ideologia A – empírica – corresponde a relação entre significação e realidade. Enquanto que a Ideologia B – especulativa – diz respeito à articulação existente entre as significações, nas quais o esquecimento ocorre pelo desconhecimento entre efeito de linguagem e efeito de sociedade. Sintetizando, “diremos que a forma empírica da ideologia coloca em jogo uma *função semântica* – a coincidência do significante com o significado –, enquanto que sua forma especulativa coloca em jogo uma *função sintática* – a conexão de significantes entre si (HERBERT, 1995, p. 71, grifos no original). Essa diferença entre os dois tipos de ideologia se traduz na existência dos dois modos de produção, as forças produtivas e as relações de produção.

Entendemos que Pêcheux (HERBERT, 1995) busca abranger o estado das ciências, as quais consideram a vida humana como natural, e se abstém do materialismo histórico. O pensador sinaliza que uma teoria geral das ideologias é possível e necessária por alguns motivos, os quais se constroem sob as ciências naturais e sociais. As ciências naturais estariam rodeadas da forma empírica da ideologia, reproduzindo a ilusão da possibilidade em acessar a natureza de modo direto, ao descobrir e formalizar os dados observados. Já as sociais reproduziriam as ideologias especulativas, considerando as relações sociais como necessidades naturais e biológicas de indivíduos que se reconhecem parte de uma comunidade. Além disso, o processo ideológico pode ser entendido enquanto combinação de efeitos metafóricos e metonímicos. O metafórico “consiste em um deslocamento de significações que desempenham um papel no ‘sistema de base’” (HERBERT, 1995, p. 83), ou seja, as significações são produzidas, deslocando-as. E o efeito metonímico, “produz uma racionalização-autonomização de cada nível estrutural considerado, que aparece então como dotado de ‘coerência interna’” (HERBERT, 1995, p. 83).

Com base em todas as concepções apresentadas no decorrer das seções deste capítulo, concluímos esta primeira parte destacando a importância e a necessidade de refletirmos sobre o universo da ideologia. Reforçamos que, na busca por auxiliar na construção de uma arqueologia da ideologia, não objetivamos definir um conceito único ou ideal de ideologia, até



porque entendemos não haver um. Ao longo do tempo, concepções são estudadas, rearranjadas e transformadas a partir da influência das mudanças ocorridas nas sociedades. O campo ideológico comporta conceitos que são discutidos, criticados, reformulados e adaptados, seja para tentativas de compreensão do funcionamento da sociedade ou para discussões e mecanismos de ataque no campo político. A partir disso, no capítulo seguinte, abordamos o posicionamento foucaultiano sobre o uso da ideologia nos estudos discursivos, além de demais noções da AD que contribuem para as análises posteriores.

### 3 A ANÁLISE DISCURSIVA EM MOVIMENTO

A linguagem é produzida pelo sujeito em determinadas condições, as quais são investigadas pelo analista de discurso na busca pelos processos de produção. Desse modo, a AD abrange diversas noções teóricas, as quais contribuem como base para as inúmeras perspectivas de análise de um mesmo objeto. Refletindo sobre isso, o segundo capítulo desta dissertação aborda algumas das principais noções teóricas do campo discursivo, as quais servem de suporte para nossa investigação.

Dialogando com a proposta da arqueologia da ideologia do capítulo anterior, exploramos o posicionamento foucaultiano relativo à noção de ideologia e ao que, segundo o autor francês, o campo ideológico remete. Em seguida, a partir das noções de Foucault (1977, 2014b, 2017, 2018b), discutimos sobre os conceitos de objeto discursivo e de FD, além de um projeto de defesa deste último conceito. Algumas obras de Courtine (2014; 2016) também servem como mecanismos de alicerce para as discussões teóricas desenvolvidas. Ademais, estabelecemos diálogo constante com Benevides (2013, 2016), auxiliando na compreensão dos estudos foucaultianos. Além disso, consultamos Pêcheux (2014; 2015), Orlandi (2015; 2017) e outros pensadores da AD, para discorrer sobre os conceitos de deslize de sentido e de ponto de deriva.

#### 3.1 A ANÁLISE IDEOLÓGICA E O POSICIONAMENTO FOUCAULTIANO

Na AD, a palavra ideologia e suas representações são geralmente relacionadas aos conceitos marxistas da ideologia e aos estudos que Pêcheux (1997, 2014) desenvolveu fundamentado em Althusser (1977), abordados anteriormente nesta pesquisa. No entanto, a AD propõe estudar um mesmo objeto sob pontos de vista diferentes, os quais busquem esgotar o objeto de pesquisa e trazer novas perspectivas para debate. Uma dessas possibilidades é o estudo com Foucault, que durante sua trajetória acadêmica rejeita análises no campo da ideologia e promove o desenvolvimento de um dispositivo que também proporciona estudo, mas a partir de outras perspectivas. A rejeição foucaultiana ao trabalhar com o conceito de ideologia, bem como o conjunto de noções geralmente associadas a ela – como alienação, falsa consciência, mistificação –, caracteriza um dos mais famosos recortes políticos nas pesquisas do autor francês, que trabalha com ferramentas relacionadas a um pensamento operante com a verdade. Dito de outro modo, esta recusa tem relação com uma maneira de perspectivar a verdade, ou seja, não se trata de renomear a ideologia, mas de analisá-la a partir de outro ângulo.

Baseado nisso, propomos uma caminhada teórica visitando algumas das principais obras de Foucault que tratam sobre o tema: *Microfísica do Poder* (2018b), *Do governo dos vivos* (2014b), *A sociedade punitiva* (2015) e *Arqueologia do Saber* (2017). Para nos amparar nessa tarefa, recorreremos a Benevides (2013; 2016), que pesquisa sobre ideologia e verdade a partir de Foucault, assim como sugere aspectos metodológicos ao pesquisar com o autor francês. Desse modo, traçamos uma linha de pensamento que explora os esquivos de Foucault ao uso da ideologia e quais as alternativas apresentadas para esse tipo de análise. Observamos que essa recusa tem relação com o modo com que a verdade é entendida por Foucault e também pela sua visão particular sobre a ideologia, uma vez que, de acordo com Eagleton (1997), não existe uma única teoria ou acordo sobre o significado e uso do termo ideologia.

Em *A sociedade punitiva* (FOUCAULT, 2015), na aula final do curso ministrado, Foucault (2015) se questiona sobre o sistema de poder em que a prisão funciona. A partir disso, investiga o poder de modo geral e o poder disciplinar. Sobre o primeiro, estabelece quatro esquemas teóricos relacionados com análises sobre o poder, dos quais o autor busca se afastar, entre eles, a ideologia.

Primeiramente, recusa a noção de que o poder é algo que se possui e de que algumas pessoas o detém e outras não. Foucault (2015) afirma que o poder é exercido e se faz presente em todas as superfícies sociais, e, portanto, não se localiza em um lado, não existem sujeitos com poder que o exercem sobre sujeitos sem poder. Em seguida, rejeita o esquema de localização do poder, principalmente de que o poder está essencialmente nas instituições do Estado. Para o autor francês, o aparato estatal é um espaço de apoio para o poder, o qual vai muito mais além do Estado, pois abrange a família, o emprego, a moradia, as relações sexuais, entre outros focos de poder. Depois, rejeita o esquema de subordinação, no qual o poder reproduziria ou manteria modos de produção. Foucault (2015) afirma que o poder é um elemento constitutivo, mas não o que garante os modos de produção. E por fim, o quarto esquema teórico que o autor recusa diz respeito à ideologia, “o esquema da ideologia segundo a qual, na ordem do conhecimento, o poder só pode produzir efeitos ideológicos, ou seja, o poder ou funciona mudo na violência ou discursivo e falador na ideologia” (FOUCAULT, 2015, p. 206). Para Foucault (2015), o poder não deve ser reduzido a essa dicotomia, ser puramente operado pela violência ou escondido no discurso ideológico. Assim, defende que o exercício do poder ocorre num lugar de formação de saber, sendo que esse saber garante e possibilita o funcionamento do poder. Nesse sentido, “*o exercício do poder não é lugar de formação de ideologia, mas de saber; todo saber possibilita o exercício de um poder [...]*” (FOUCAULT, 2015, p. 206, grifos no original).

Visando a elucidação dessa concepção, Foucault (2015) discute sobre a vigilância administrativa. A partir da Revolução Francesa, o agente do poder passa a ser um agente da constituição do saber, pois todo agente – como governadores, agentes policiais, procuradores, etc. – deve fornecer informações dos efeitos produzidos por aquela ordem por meio de relatórios, os quais relacionam poder e saber. Além disso, o autor francês também analisa um fenômeno inverso ao citado, o qual seria a abertura do poder a núcleos de saber autônomos. Desse modo, o saber deveria funcionar com certa quantidade de poder. Refletindo sobre o campo acadêmico, o autor observa como os graus do saber são definidos e calculados, conferindo poder ao saber do sujeito que transita por esse espaço. Foucault (2015) conclui que, por exemplo, o sistema penal nos termos ideológicos é opaco e confuso com temas ideológicos diversos. Já na formulação do poder, o sistema penal parece mais claro para o autor, não no sentido de que o campo social é transparente, mas é preciso nos desvencilhar de “opacidades fáceis” (FOUCAULT, 2015, p. 215).

Ao longo das obras foucaultianas mencionadas no início desta seção, identificamos que o autor francês esclarece com certa frequência os motivos pelos quais não se interessa e se recusa a utilizar o que envolve ideologia em suas análises. Essa constante recusa, encontrada de modo claro em algumas de suas obras, com o decorrer do tempo, também demonstra a busca pela atualização de suas críticas e análises para com a ideologia, desenvolvendo conceitos e dispositivos diferentes com o decorrer de seu “amadurecimento” teórico. O autor não repousa em seus conceitos, mas ao retomar constantemente a recusa, afirma: “espero ter efetuado cada vez um ligeiro e pequenino deslocamento” (FOUCAULT, 2014b, p. 70).

No primeiro capítulo de *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2018b), são elencados três motivos pelos quais o autor considera improvável a utilização da noção de ideologia em suas pesquisas.

A primeira é que queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros, nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc. (FOUCAULT, 2018b, p. 44).

A partir do primeiro motivo, Foucault (2018b) deixa claro sua visão sobre o que é ideologia, ou seja, algo que está em oposição à verdade e, portanto, não é útil, visto que busca entender como são produzidos os efeitos de verdade dentro dos discursos. O autor aponta que

o interesse não é em definir num discurso o que há de científico e de verdadeiro e revelar algo outro, mas entender como, historicamente, os efeitos de verdade se articulam dentro dos discursos. O segundo motivo seria a vinculação da ideologia com alguma coisa que represente o sujeito, mas não o sujeito em si. E o terceiro motivo diz respeito à condição secundária da ideologia com relação a alguma realidade, estrutura, mundo material, ou seja, a ideologia precisa de uma infraestrutura para funcionar.

O autor francês retoma novamente a recusa do campo da ideologia na obra *Do governo dos vivos*, na qual declara que “mais uma vez, torno ao que não parei de tornar, isto é, a recusa da análise em termos de ideologia, a recusa de analisar em termos de ideologia do pensamento o comportamento e o saber dos homens” (FOUCAULT, 2014b, p. 70). Assim, a rejeição em realizar análises em termos de ideologia envolve pesquisas com relação ao saber e ao comportamento dos sujeitos. Ao tratar a ideologia como algo que está em oposição à verdade, o autor tem como base a concepção negativa de ideologia definida por Thompson (2011), ou seja, as que possuem certo sentido negativo, ilusório e enganador. Essa concepção o leva à construção de três objeções sobre análise no campo da ideologia, ao mesmo tempo em que a entende a partir dessas perspectivas.

Em primeiro lugar, ela [ideologia] postulava uma teoria malfeita, ou uma teoria nada feita, da representação. Em segundo lugar, essa noção era indexada, pelo menos explicitamente, a uma oposição entre o verdadeiro e o falso, entre a realidade e a ilusão, entre o científico e o não-científico, entre o racional e o irracional – e aliás sem poder se livrar dela de forma clara. Enfim, em terceiro lugar, com a palavra “dominante” a noção de ideologia dominante driblava todos os mecanismos reais de sujeição e se livrava da bola, passava a bola, dizendo-se: afinal cabe aos historiadores saber como e por que numa sociedade uns dominam os outros (FOUCAULT, 2014b, p. 12-13).

Assim, para Foucault (2014b), a ideologia é entendida como uma representação, ou seja, a ideologia não é em si uma realidade, ela apenas representa uma realidade. Ela também é posicionada entre o verdadeiro e o falso, o real e o imaginário, dificultando o saber sobre se libertar dela, logo, é uma representação falsa. E por fim, ao se nomear uma ideologia como dominante, não se produz questionamentos sobre isso, cabe a outros entendê-la, como por exemplo, historiadores, assim como cita o autor. A ideologia é reproduzida por estruturas de dominação. No entendimento de Foucault (2014b), seria um erro eleger a ideologia como mecanismo que iniciou a promoção de relações de barbárie e de dominação.

Com base nesses argumentos, o autor propõe a análise da relação entre verdade e poder, visto que “é preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’” (FOUCAULT, 2018b, p. 53). Logo, a

própria verdade não existe fora ou sem o poder, ela é o próprio poder. Ademais, o poder não ocorre exatamente no plano da consciência – como em Marx –, mas sobre o corpo das pessoas, isso porque, o domínio por parte da sociedade para com os indivíduos não ocorre apenas pela ideologia ou pela consciência, mas se inicia no corpo e com o corpo. Para Althusser (1985), o poder se mostra sutilmente através da ideologia, enquanto que em Foucault (2018b), a sutileza proporciona ao poder o seu sucesso e a sua efetivação, produzindo sujeitos cada vez mais dóceis, os quais não percebem esse processo em suas vidas.

A partir de seus estudos, Foucault (2014a) identifica um fortalecimento na sociedade por uma vontade de verdade, a começar no século VII, produzindo uma dicotomia entre discursos verdadeiros e discursos falsos. Essa vontade passa por campos como o sistema penal, a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a sociologia, fazendo com que a própria lei só pudesse ser autorizada se embasada em um discurso de verdade. Desse modo, a ruptura que o autor produz, ao se afastar da noção de ideologia e eleger a verdade e o poder, gera o desenvolvimento e a análise do funcionamento de um dispositivo, o dispositivo da verdade. Isso porque, a ilusão, a alienação ou a ideologia não dizem respeito à questão política que interessa Foucault (2018b), mas a própria verdade. Assim, não se investiga o discurso para ultrapassá-lo buscando a verdade, mas se analisa os procedimentos de produção de verdade no interior do discurso.

Para compreender o dispositivo da verdade, é preciso, primeiramente, entender o que é verdade para Foucault. Segundo o autor, é necessário entender o conceito de verdade como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados” (FOUCAULT, 2018b, p. 54). Por exemplo, os mecanismos jurídicos constroem a verdade sobre o crime ou o criminoso. Ademais, a verdade está ligada ao poder, a determinados sistemas que criam e suportam a verdade e também a efeitos de poder que ela motiva e faz com que se reproduzam. Nesse sentido, o poder e a verdade se relacionam, pois não é possível que haja o primeiro sem o outro. Nas palavras de Foucault (2014b, p. 10),

Onde há poder, onde é preciso que haja poder, onde se quer mostrar efetivamente que é lá que reside o poder, é preciso haver o verdadeiro. E onde não houvesse verdadeiro, onde não houvesse manifestação de verdadeiro, é que o poder não estaria ali, ou seria fraco demais, ou seria incapaz de ser poder. A força do poder não é independente de algo como a manifestação do verdadeiro, e muito além do que é simplesmente útil ou necessário para bem governar.

À vista disso, Foucault (2014b) investigará o governo e como se compreende a ideologia dentro dele. O autor reflete que muito se acredita que o exercício do poder, a verdade em sua forma subjetiva e a salvação para cada um são os efeitos da ideologia e isso significaria que

enquanto as pessoas estivessem preocupadas com a sua salvação, permaneceriam em silêncio e seriam mais facilmente manipuladas e governadas. Contudo, o autor se nega a aceitar isso, pois ocorreram determinados eventos ao longo da história que provam o contrário e, “por conseguinte, o problema não é talvez tão simples e não é talvez do lado dessas análises em termos de ideologia que se deveria conduzir a análise” (FOUCAULT, 2014b, p. 70). Desse modo, como afirma Benevides (2013), a verdade não é independente, tomada em si própria, mas é aquilo que se caracteriza dentro da política e do regime da verdade. Regime de verdade é entendido como “o que determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro”, ou seja, o que constrange e obriga os indivíduos a atos de verdade (FOUCAULT, 2014b, p. 85).

Percebemos que Foucault (2014b) entende a história humana como práticas e discursos condizentes com a realidade, nos quais as práticas determinam aquilo que o objeto é de fato, suas transformações e significações. Logo, seria equivocados atribuir à ideologia o entendimento dos eventos históricos, pois a ideologia promove o entendimento vago de objetos que determinam os discursos e as práticas, e não o contrário, como proposto pelo autor. Assim, propõe que não há sociedade sem relações de poder, as quais funcionam como jogos estratégicos na busca por guiar a conduta dos sujeitos.

A partir do curso transcrito na obra *Do governo dos vivos*, é desenvolvida a noção de anarqueologia como sendo oposta a uma análise no campo da ideologia. A citação a seguir é longa, mas esclarece sobre essa perspectiva:

O problema seria estudar os regimes de verdade, isto é, os tipos de relações que vinculam as manifestações de verdade, com seus eventualmente, objetos. O que implica, por conseguinte, que não se faça uma divisão binária entre o que seria a ciência, de um lado, em que reinaria a autonomia triunfante do verdadeiro e de seus poderes intrínsecos e, de outro, todas as ideologias em que o falso, ou o não-verdadeiro, deveria se armar ou ser armado de um poder suplementar e externo para tomar força, valor e efeito de verdade, e [isso] abusivamente. *Tal perspectiva arqueológica exclui absolutamente portanto a divisão entre o científico e o ideológico.* [Ela] implica, ao contrário, que *se leve em consideração a multiplicidade dos regimes de verdade* [e] o fato de que todo regime de verdade, seja ele científico ou não, comporta formas específicas de vincular, de [maneira] mais ou menos constrangente, a manifestação do verdadeiro e o sujeito que a opera. E, enfim, em terceiro lugar, essa perspectiva implica que a especificidade da ciência não seja definida em oposição a todo o resto ou a toda ideologia, mas seja simplesmente definida entre muitos outros regimes de verdade ao mesmo tempo possíveis e existentes (FOUCAULT, 2014b, p. 91-92, grifos nossos).

Logo, não é considerado o que pode ser dito do poder a partir do vínculo voluntário que se tem com a verdade, mas “dada a minha vontade, a decisão e o esforço de desfazer o vínculo que me liga ao poder, como ficam o sujeito de conhecimento e a verdade” (FOUCAULT, 2014b,

p. 71). Portanto, é preciso realizar o movimento de se desprender do poder para que isso sirva como um ato de revelação e transformação do sujeito além da sua relação com a verdade. Benevides (2013) aponta que a partir disso podemos refletir sobre o que digo sobre a verdade, o que posso dizer e o que sobra da verdade ao se recusar o poder. Ademais, Foucault (2018a) entende que o poder é onipresente, ou seja, surge de diversos locais. Logo, não é possível se desvencilhar do poder como um todo, mas de uma relação de poder.

Benevides (2013) ressalta que na crítica à ideologia o sujeito está ligado ao poder de modo involuntário e à verdade de maneira voluntária, enquanto que “na anarqueologia o sujeito percebe estar involuntariamente ligado à verdade na tentativa voluntária de desvencilhar-se do poder” (BENEVIDES, 2013, p. 98). Na primeira concepção, se busca a verdade para se desprender do poder, enquanto que na segunda, se recusa o poder para ver a verdade e refletir o que se pode fazer a partir dela. Na anarqueologia, a afirmação de que a verdade é poder é recusada, mas se entende que onde há poder, há verdade e onde há verdade, há poder.

Como dito anteriormente, essa atitude anarqueológica consiste no movimento de analisar o sujeito e a verdade afastado do poder. Na obra *Arqueologia do Saber*, Foucault (2017, p. 224) enfatiza que “deveremos mostrar, então, como a prática discursiva que deu lugar a tal positividade funcionou entre outras práticas que podiam ser de ordem discursiva, mas também de ordem política e econômica”. Deste modo, é necessário analisar a FD que deu origem a tal relação ideológica.

Ainda na obra em que Foucault (2014b) inicia essa perspectiva de análise, especificamente na aula de 30 de janeiro de 1980, o autor descreve de modo oposicional, atitudes, propósitos e teses do polo da crítica à ideologia e da anarqueologia. Este contraste ocorre a partir da retomada de algumas análises, elaboradas por ele, sobre a loucura. A citação é extensa, mas elucida sobre ambas.

Enquanto uma análise em termos de ideologia consistiria em se perguntar: dado o que é a loucura – posição universalista –, dado o que é a natureza humana, a essência do homem, o homem não alienado, a liberdade fundamental do homem – posição humanista –, indagar-se a partir dessas posições, universalista e humanista, a que motivo e a que condições obedece o sistema de representação que levou a uma prática do encerramento que sabemos quão alienante é, em que medida se deve reformá-la. É isso que teria constituído um estudo, digamos, de tipo ideológico. O estudo de tipo anarqueológico consistiu, em vez disso, em considerar a prática do encerramento em sua singularidade histórica, isto é, em sua contingência [...] E era a partir daí que se tratava de procurar que tipo de relações de conhecimento se achava, por essa prática mesma, fundado, com seus efeitos estruturantes e determinantes, no campo do saber, da teoria, da medicina, da psiquiatria, mas também com seus efeitos na experiência do próprio sujeito considerado doente ou não (FOUCAULT, 2014b, p. 73-74).



Desse modo, entendemos que uma análise no campo da ideologia é facilmente confundível como uma crítica à ideologia, visto que dizer que algo é ideológico geralmente condiz com uma crítica a esse objeto. Como consequência desse contraste entre análise ideológica e análise anarqueológica, o autor elenca etapas que representam o primeiro modo de análise – ideológica – e a partir delas, outros passos que caracterizam a análise anarqueológica.

Em outras palavras, à série categoria universal-posição humanista-análise ideológica e programação de reforma, se opõem uma série que seria a série recusa dos universais [...], logo, recusa dos universais-posição anti-humanista-análise tecnológica dos mecanismos de poder e, em vez do programa de reforma, remeter para mais longe os pontos de não-aceitação (FOUCAULT, 2014b, p. 74).

Sintetizando, a análise em termos de ideologia delimita um grupo universal, assume um posicionamento humanista, analisa o funcionamento do poder por um viés ideológico e propõe mudanças sobre o assunto analisado. Contudo, Foucault (2014b) elenca oposições a cada uma dessas etapas e Benevides (2013) também esclarece as quatro atitudes que se constituem como posicionamentos anarqueológicos: recusar a delimitação de grupos universais, ou seja, não tomar a loucura, por exemplo, como algo já dado, mas vê-la como algo que não explica nada e portanto é necessário explicá-la, entendê-la novamente; não assumir um posicionamento humanista, pois não há natureza ou essência humana, não há nada invariável nos indivíduos; analisar os mecanismos de poder de modo tecnológico, e nesse sentido, analisar as estratégias do poder que são utilizadas para fazer com que se produza aquilo que é essencial aos indivíduos; e formar agenciamentos de resistência, logo, recusar a manutenção de procedimentos de poder que criam as identidades e as relações dos indivíduos.

Assim, esse novo dispositivo de análise proposto por Foucault (2014b) permite estudar as diferentes formas de dominação e de assujeitamento de modo distinto, não tanto como uma distorção da verdade imposta pela ideologia, mas no sentido de dominação por intermédio de um poder da verdade. Logo, a tarefa do pesquisador é a de ocupar um lugar no dispositivo da verdade, não enquanto sujeito que conscientiza os outros em nome da verdade, mas como aquele que resiste ao poder da verdade. Esses pressupostos vão ao encontro das orientações metodológicas definidas por Benevides (2016) para o pesquisador que analisa com base foucaultiana. Entre elas, o autor sinaliza que a pesquisa deve partir de pressupostos no sentido de “partir de algum lugar”, mas correr riscos, transformar esse conhecimento já dado, investigar além do que já foi pensado e dito sobre o objeto. Esse movimento analítico permite a criação de novas territorialidades para o objeto de estudo, se libertando das unidades do saber e

consequentemente, rompendo com a forma-pesquisa, pois todas as regras que circulam nesse meio acabam por limitar a pesquisa.

Considerando a caminhada teórica realizada, percebemos que Foucault, ao recusar a análise no campo da ideologia, desenvolve uma análise a respeito da verdade e do poder que, consequentemente, constrói o dispositivo da verdade. O autor não busca analisar um fenômeno em uma perspectiva política, mas a partir da política ver o que ela tem a dizer sobre determinado fenômeno. Existem alguns pressupostos que caracterizam uma pesquisa foucaultiana, porém, como o próprio autor francês busca esclarecer em suas aulas, não há uma forma-pesquisa única e homogênea. Cada pesquisador deve eleger teorias e métodos específicos para sua pesquisa, de modo a investigar seu objeto de pesquisa com um olhar que o atravessa.

### 3.2 A FORMAÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO

Inicialmente, gostaríamos de enfatizar que ao se pesquisar com base foucaultiana, é necessário se esquivar de valores, de opiniões e de pré-conceitos, além de entender que existem diversas possibilidades de caminhos teóricos no processo de investigação. Benevides (2016), enfatiza que o pesquisador deve se colocar em uma posição de não-saber, e, portanto, se abrir ao texto e a novas formas de acessar o saber dentro do texto. Além de ter conhecimento de que a pesquisa que estamos realizando não esgota as possibilidades de análise sobre esse objeto, e nem mesmo as teorias utilizadas são as únicas possíveis.

Em nosso recorte teórico, o processo de formação do objeto é investigado por meio de obras de Foucault, *Arqueologia do Saber* (2017) e *O Nascimento da Clínica* (1977), em diálogo com Courtine (2014; 2016) e outros autores. Entendemos que o espaço político envolve diversos objetos discursivos, sendo sempre possível a emersão de novos objetos, nos quais alguns são reformulados ou suprimidos. Isto posto, o que se encontra nas duas obras foucaultianas possibilita a análise da formação do objeto de discurso estudado.

Na *Arqueologia do Saber*, a partir das reflexões de Foucault (2017) sobre as unidades do discurso, entendemos que essas unidades envolvem aspectos que vão além da história e de conjuntos homogêneos de objetos, de modos de enunciação, de conceitos e de temas. De acordo com o autor, o enunciado é um acontecimento estranho, entre outros motivos, por estar ligado a enunciados anteriores e posteriores, e, ao mesmo tempo, a situações e a consequências que provocam alterações no próprio enunciado. Contudo, o que interessa na análise discursiva é a compreensão das regras de formação, que são “as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição

discursiva” (FOUCAULT, 2017, p. 47). Assim, o autor define regras de formação do objeto discursivo.

O que se fala recebe status de objeto, no qual se nomeia e se descreve. Contudo, as superfícies de emersão desse objeto se modificam em diferentes períodos de tempo, sociedades e formas discursivas. O aparecimento do objeto ainda passa por instâncias de delimitação e de especificação, em que a primeira distingue e instaura o objeto e a segunda concerne a sistemas de classificação dos objetos do discurso. Todavia, o autor ainda ressalta que para formação de um objeto, este deve atravessar um conjunto de relações discursivas. Essas relações se encontram no limite do discurso e determinam o conjunto de relações que o discurso deve realizar para nomear, analisar, classificar e explicar os objetos. Destaca-se ainda que os objetos, seus domínios e pontos de imersão, não se mantêm constantes, “mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados” (FOUCAULT, 2017, p. 57).

Assim, na formação do objeto discursivo é preciso identificar o relacionamento que define a prática discursiva. No entanto, essa caracterização não é definida na observação do significado das palavras. Percebemos que, para Foucault (2017), o que importa não são as palavras e seus significados e origens, ou o que está para além do discurso. Foucault (2017) adverte sobre a não constituição do discurso enquanto mera junção de coisas e palavras, mas enquanto conjunto de práticas que formam os objetos discursivos, ou seja, os objetos de que falam os discursos. Dessa forma, não se trata o discurso enquanto conjunto de signos, mas como prática que, de modo sistemático, possibilita a emersão do objeto de que se fala. Retomamos Benevides (2016) para lembrar que quando se pesquisa com base foucaultiana elegemos o objeto, mas não sabemos o que é o objeto. Logo, nos colocamos em uma posição investigativa buscando as relações que o delimitam.

No livro *O nascimento da clínica*, Foucault (1977) discute sobre as mudanças e as transformações na medicina e sobre o discurso racional e científico que se fala e o que se deseja conhecer. O autor destaca o olhar juntamente com a linguagem, os quais fazem emergir o que está abaixo do visível. Desse modo, o olhar provoca e dá objetividade ao objeto permitindo a organização na linguagem. O dito se encontra na escuridão, mas o olhar, tomado em consciência, ilumina essas coisas ditas, permitindo contato com novos dizeres que podem ser transformados, pois os discursos e o saber são mutáveis. Os discursos são acontecimentos e fragmentos que formam um sistema. Aliás, é necessário extrair desses discursos suas condições históricas, sem oposição de um saber ao outro.

Ao tratar sobre as epidemias, Foucault (1977) ressalta que o olhar do médico se interessa pelo que é invisível, pois ele observa o visível – paciente – que oculta a visibilidade – doença. Esse olhar clínico penetra o paciente, de modo qualitativo e apurado para constatar a doença. Pela distinção, o médico utiliza uma metodologia complexa para estudar a questão epidêmica, se atentando às singularidades. E assim,

[...] reencontrar, sob os signos gerais, o processo singular, variável segundo as circunstâncias, de uma epidemia a outra que, dá causa à forma mórbida, tece em todos os doentes uma trama comum, mas singular, em um momento do tempo e em determinado lugar do espaço (FOUCAULT, 1977, p. 26).

Desse modo, a epidemia possui uma singularidade histórica, sendo necessário descrever essa singularidade para entender o que ela possui de imprevisto e de acidental. Portanto, o médico, a partir de seu método complexo de observação, examina o que existe de histórico das práticas e que pode ser deslocado para tratar as doenças das quais se debruça no momento da observação e aplicação de suas práticas e métodos.

Ao tratar sobre o olhar do médico – e podemos mencionar também o olhar do analista –, o autor francês esclarece que o que constitui esse olhar não se resume ao saber completo, mas a um olhar formado por “esta totalização aberta, infinita, móvel, sem cessar, deslocada e enriquecida pelo tempo que ele percorre sem nunca poder detê-lo” (FOUCAULT, 1977, p. 32). Ademais, seu suporte não é resumido aos conhecimentos individuais sobre aquele paciente, mas ao que Foucault (1977, p. 32) chama de uma “consciência coletiva”, a qual carrega todas as informações interligadas. Antes, o médico questionava o paciente sobre o que ele sentia, mas com essa transformação de práticas, o médico pergunta ao paciente onde a dor está localizada. Essa ação indica um deslocamento de métodos da prática médica, ou seja, o olhar do médico busca novos cenários.

Com descobertas e novos saberes no âmbito clínico, a consciência dos indivíduos com relação aos conhecimentos médicos é requisitado, pois garante valor ao objeto, afinal, é no coletivo que habita o entendimento da importância do objeto. Assim, “o lugar em que se forma o saber [...] é uma consciência médica generalizada, difusa no espaço e no tempo, aberta e móvel, ligada a cada existência individual, mas também à vida coletiva da nação” (FOUCAULT, 1977, p. 35). Desse modo, compreendemos que, ao que foi denominado como *luta contra o viés ideológico* e que transita pelos discursos do governo Bolsonaro, ganhou gradativamente espaço nas opiniões de parte dos eleitores brasileiros, conferindo a esse discurso verdade e valorização.

O hospital era inicialmente visto como o local da morte, mas com mudanças nas práticas médicas e de incentivos por parte do Estado e da iniciativa privada, passa a ser o local da cura. Como resultado, o espaço hospitalar recebe legalização para validar a doença e assim “estabelecer a existência de uma verdadeira arte de curar” (FOUCAULT, 1977, p. 21). Logo, a doença encontra no hospital residência na verdade. Deslocando esses sentidos para nosso objeto, o governo Bolsonaro parece proclamar a concretização desse papel, no qual deixa de ser o local onde o viés ideológico circula e passa a ser o lugar da verdade de dizeres sobre a ideologia, sobre a luta contra o viés ideológico.

Foucault (1977) reflete sobre as inúmeras razões do surgimento das doenças. Elas variam conforme os lugares e as épocas, sendo algumas relacionadas ao modo de vida, às práticas físicas, à alimentação, à comodidade, aos prazeres e aos excessos vindos com a evolução tecnológica e das práticas de vida. Com relação a essas mudanças, Hall (2015) nos mostra que, desde o final do século XX, mudanças estruturais vêm transformando as sociedades, “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2005, p. 09), caracterizando a pós-modernidade. Para Santos (2012), a pós-modernidade passeia por uma sociedade de sujeitos individualistas que são seduzidos pelo consumo, poder e prazer da compra de bens e serviços. O homem pós-moderno flerta com o vazio, com a falta de sentido para a vida.

Um deslocamento destacado por Harvey (2017), diz respeito à instantaneidade e à descartabilidade: o indivíduo pós-moderno se desfaz facilmente de bens produzidos, valores, estilos de vida, relacionamentos, modos e opiniões. Isso constrói um contexto que permite a diversificação de valores em uma sociedade totalmente fragmentada. Compartilhamos do entendimento de Santos (2012) de que essa redefinição de conceitos e valores respinga na constituição das famílias, pois o foco da existência dos indivíduos não é mais a família, afinal “sai-se cedo de casa, casa-se tarde, descasa-se com facilidade e, sobretudo, reproduz-se pouco” (SANTOS, 2012, p. 93).

Contudo, observamos que o discurso bolsonarista busca a defesa de uma concepção de família com amparo bíblico e de certo modo, ilusório, a qual se encontra, principalmente no contexto atual, enfraquecida nesse novo momento histórico: a família tradicional ou família nuclear. Essa concepção de família é “composta por um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, tendo pelo menos um filho” (BRYM *et al.*, 2008, p. 358). Por consequência, o discurso da luta contra o viés ideológico contemplaria

também a defesa de um conjunto de práticas e valores tradicionais abalados. De acordo com Vilhena (2004, p. 06-07),

O que observamos então é que a família, herdeira do individualismo, sente a refração em si mesma deste mesmo individualismo exacerbado, fazendo com que cada vez mais se façam ouvir os clamores, muitas vezes nostálgicos, pela volta dos valores tradicionais, pelo respeito aos mais velhos, pelo compromisso com o outro.

Assim, o campo da pós-modernidade pode atingir tanto o corpo físico, como colocado por Foucault (1977), quanto redefinir valores, conceitos e crenças, abalando estruturas tradicionais e promovendo novas visões e possibilidades sobre diversas situações.

A partir dessas mudanças na área clínica, entendemos que não foram as concepções e os modos de reconhecer as doenças que mudaram, mas a relação da doença com o olhar. São incorporados novos objetos aos saberes médicos, fazendo com o que o olhar do médico não seja de mera observação, mas devendo “aprender as cores, as variações, as ínfimas anomalias, mantendo-se sempre à espreita do desviante” (FOUCAULT, 1977, p. 101). Esse olhar não se contenta com o visível, mas busca o invisível que transparece pelos sintomas. O que o autor francês chama de desviante, podemos relacionar com o que se dissemina das FDs, pois é nesse distanciamento que o novo emerge das sombras.

Tem-se que o pensamento clínico conduz para uma descrição exaustiva, que correlaciona o visível e o enunciável. A clínica não lê o visível, mas descobre segredos e esse olhar é guiado até a verdade. É preciso estabelecer os acontecimentos patológicos e os conhecimentos pedagógicos para formulação da ordem de sua verdade. Desse modo, “é a descrição, ou melhor, o labor implícito da linguagem na descrição, que autoriza a transformação do sintoma em signo, a passagem do doente à doença, o acesso do individual ao conceitual” (FOUCAULT, 1977, p. 129). Portanto, nessa nova perspectiva clínica, há transformação na linguagem que produz novos saberes e conceitos, bem como regras que fazem emergir a verdade. Logo, tem-se

Um olhar que escuta e um olhar que fala: a experiência clínica representa um momento de equilíbrio entre a palavra e o espetáculo. Equilíbrio precários, pois repousa sobre um formidável postulado: que todo o *visível e enunciável* e que é *inteiramente visível*, porque é integralmente *enunciável* (FOUCAULT, 1977, p. 131, grifos no original).

A partir disso, entendemos que um dos aspectos principais que o autor francês busca salientar são essas transformações no campo clínico e que remetem a um olhar em busca das verdades. Esse olhar é correlacionado ao fogo em uma combustão, em que se queima para desprender, separar as verdades. Assim, é inútil buscar no pó, depois da chama. O olhar clínico

tem sua importância durante a combustão, pois “é no ato de ver, e na viva clareza que ele difunde sobre os fenômenos, que a verdade se revela” (FOUCAULT, 1977, p. 136). Logo, o olhar clínico queima até a verdade.

Dando sequência à análise desse olhar que busca revelar a verdade, o autor esclarece que o desenvolvimento desse método clínico permitiu mais clareza no contato com o objeto, detalhando seus segredos, assim como promoveu no observador um olhar sem ilusões, as quais obstruem o caminho até a verdade. As mudanças que permitiram o surgimento da medicina anátomo-clínica vão além do contato entre o médico e o objeto, mas o olhar para ele próprio, portanto, é “a disposição mais geral do saber, que determina as posições recíprocas e o jogo mútuo daquele que deve conhecer e daquilo que é cognoscível” (FOUCAULT, 1977, p. 157). Os conhecimentos da anátomo-clínica não são formados do mesmo modo que na clínica geral. É algo que atinge a disposição do saber, não é algo reformulado, adaptado, mas sim algo outro.

As práticas da anatomia patológica escapam de preconceitos e de valores morais e religiosos, como por exemplo ao uso de cadáveres. Assim, há um movimento de reorganização do pensamento clínico, que passa por uma renovação nos saberes considerados essenciais. No fim do século XVIII, a mudança no saber médico é caracterizada principalmente pela aproximação do médico ao doente, resultado desse novo olhar aos conhecimentos. Com base nisso, temos que o movimento de compreensão do objeto passa por uma análise encontrada no próprio corpo.

A obra *O nascimento da clínica* (FOUCAULT, 1977) mostra o surgimento de um novo discurso científico, não somente no sentido metodológico, mas também ao dizer sobre o homem enquanto objeto de saber. Esse olhar do médico dá objetividade e possibilita uma reorganização, conduzindo a um discurso de estrutura científica. Desse modo, Foucault (1977, p. XIII, grifos no original)<sup>9</sup> mostra que “foi esta reorganização *formal e em profundidade*, mais do que o abandono das teorias e dos velhos sistemas, que criou a possibilidade de uma *experiência clínica*”. Percebemos que na clínica, o objeto do discurso passa por um processo de organização. Olhando para o objeto dessa pesquisa, observamos que no discurso bolsonarista há um deslocamento do estatuto acadêmico-científico do objeto discursivo, denominado *viés ideológico*, para reconhecimento de uma nova abordagem deste e que condiz com as principais propostas do novo governo<sup>10</sup>. Dito de outro modo, no discurso dos *corpora*, a ideologia é

---

<sup>9</sup> A paginação no prefácio da obra é em números romanos.

<sup>10</sup> Com base no plano de governo, na educação, “Bolsonaro quer que conteúdo e método de ensino ‘precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce’”, já na economia, “o plano de Bolsonaro prevê aprofundamento da integração ‘com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditadura’ e países ‘sem viés ideológico’”. Disponível em:

relacionada a conceitos – de esquerda, do comunismo – que estariam impedindo o progresso do país. Consequentemente, entende-se que os discursos do presidente produzem efeitos de sentido de que a ideologia, que estaria anteriormente camuflada nos discursos da esquerda e exercendo influência nos sujeitos, não existiria mais no discurso bolsonarista, sendo agora nomeada como inimiga para despertar nos governantes e na população o desejo pelo combate ao viés ideológico.

O objeto do discurso, independente de qual seja, precisa passar pela clareza do olhar do analista. A discursividade parte de sujeitos historicamente constituídos e de diversas experiências discursivas que o constituem, dado que o indivíduo se torna sujeito no discurso. A nova relação entre o visível e o invisível permitiu uma reestruturação sob um novo olhar e uma nova linguagem. As novas palavras relacionadas a novos saberes emergem pelo desviante, pela descrição e pela nomenclatura, questões primordiais para autorizar o discurso científico do objeto. Desse modo, o conhecimento sobre a historicidade dos discursos em meio a pluralidade de conceitos é tarefa do analista de discurso.

Assim, fundamentados das discussões promovidas por intermédio de Foucault, definimos a adoção de um material de análise (*corpus*) a partir do que Courtine (2014, p. 54) estabelece enquanto “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP<sup>11</sup> do discurso”. Assim, a construção de um *corpus* consiste em uma operação que elabora hipóteses. Desse modo, ao definirmos as condições de produção do discurso, as sequências discursivas funcionam como filtros para delimitar o campo de referência a ser analisado (COURTINE, 2014). Ademais, o autor afirma que se tem a presença de invariantes em uma SD – “que são recorrentes no conjunto de sequências discursivas de um *corpus*” (COURTINE, 2016, p. 36, grifos no original) – e que essas co-ocorrências dentro das SDs servem de material de análise.

### 3.3 A CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA

Tendo em vista que propomos o estudo sobre especificados de uma possível FDB a partir das análises dos *corpora*, desenvolvemos essa seção para discutir sobre a construção de uma FD. Para isso, dialogamos com algumas obras de Foucault (2017), além de autores como Baronas (2005) e Courtine (2016) que contribuem para a compreensão do tema. Destacamos

---

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-propostas-de-governo-de-jair-bolsonaro>. Acesso em 26 out. 2020.

<sup>11</sup> Abreviação de “condições de produção” do discurso (COURTINE, 2014).



que esta seção possui traços mais teóricos, sendo que aspectos mais específicos dos *corpora* serão apresentados no último capítulo da dissertação.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2017) sinaliza sobre a existência de um nível no qual são revelados, em uma obra, aspectos históricos, de experiência, de pensamento, de imaginação, e outros. Este nível se constitui como operação interpretativa, pois a obra não deve ser considerada como uma unidade certa, homogênea e imediata (FOUCAULT, 2017). O autor esclarece a importância de se atentar aos acontecimentos do discurso, que levam o pesquisador a questionar o aparecimento de determinado enunciado e não outro. Assim, “trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma” (FOUCAULT, 2017, p. 33-34). Deste modo, na análise discursiva buscamos entender o enunciado na sua singularidade, nas suas condições de existência, nos seus limites, nas suas relações com outros discursos e o que esse enunciado elimina (FOUCAULT, 2017).

O enunciado é acontecimento impossível de ser esgotado, tanto na língua quanto na memória, pois, conforme sinaliza Foucault (2017), esse enunciado está ligado à articulação e à escrita da palavra, mas tem sua existência na memória, sendo único em seu acontecimento. Porém, é também passível de ser repetido, modificado, estando conectado a enunciados anteriores e posteriores. Nesse sentido, Foucault (2017) propõe a descrição de sistemas de dispersão quando,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (FOUCAULT, 2017, p. 47, grifos no original).

Assim, a utilização de uma FD evitaria a utilização de palavras como ciência, ideologia e teoria, as quais carregam efeitos, por vezes, inadequados (FOUCAULT, 2017). Essa escolha do autor evidencia mais uma vez a substituição de termos e de metodologias para a dispersão do termo ideologia. Além disso, Foucault (2017) define como regras de formação as condições de existência dos enunciados em determinada repartição.

No entanto, no espaço acadêmico, existem críticas e diálogos a respeito da FD desenvolvida pelo autor francês. Ao adotarmos a noção de FD na pesquisa, julgamos necessário

estabelecer uma defesa desse posicionamento. Nesse sentido, Baronas (2005) estuda Foucault (2017) e, a partir de uma (re)leitura da noção, entende que os enunciados sérios – os que manifestam vontade de verdade – se relacionam com outros do mesmo tipo e são condicionados a um sistema, denominado FD. Dentro desse sistema são estabelecidas regras, as quais definem o caráter identitário e de sentido dos enunciados, ou seja,

É a própria formação discursiva como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes, que por sua vez instauram os objetos sobre os quais ela fala, os sujeitos que legitima para falar sobre esse objeto, definem os conceitos com os quais operará e as diferentes estratégias que serão utilizadas [...] (BARONAS, 2005, p. 733).

Além disso, Baronas (2005) realiza um percurso em busca do nascimento da FD, investigando obras de Pêcheux e de Foucault. Com base nessa trajetória, observa que regularmente se atribui a noção de FD à Foucault, com a obra *Arqueologia do Saber* (2017), com publicação original em 1969, quando na verdade, o termo foi mencionado primeiramente por Pêcheux e Fuchs em artigo de 1968. Assim, a noção de FD é compartilhada por ambos pensadores, Pêcheux e Foucault, mas com algumas diferenças. Para Foucault, a FD é conjunto de enunciados não reduzidos a objetos linguísticos, mas que são submetidos a uma regularidade semelhante, a qual é encontrada na forma de ciências, de teorias, entre outros. Já para Pêcheux, o conceito de FD tem conexão com o marxismo e determina o que pode e deve ser dito de acordo com a posição social dada dentro daquela conjuntura. Além de que, a exemplificação, para Pêcheux, ocorre com discursos ideologicamente marcados, com ênfase na luta política. Enquanto que em Foucault, a exemplificação tem base na história das ciências, investigando as condições que legitimam determinados discursos como verdadeiros para uma época específica (BARONAS, 2005). Desse modo, ao reinterpretar a noção de FD, Baronas (2005) busca uma desconexão à conceitos fechados que limitam os discursos para possibilitar a investigação dos discursos atuais a partir de um novo olhar. Embora tenhamos discutido brevemente sobre FD a partir da perspectiva pecheuxtiana, enfatizamos ao leitor que adotamos a noção elaborada por Foucault (2017).

Segundo Courtine (2016), a FD dentro do campo da AD regula a noção de interpelação e de assujeitamento – do indivíduo em sujeito –, justificando sujeitos estarem de acordo ou em desacordo sobre os sentidos mobilizados em determinada situação linguística. Desse modo, a FD não expressa uma linguagem única para todos ou única para cada sujeito, mas “*as linguagens em um mesmo*” (COURTINE, 2016, p. 39). Ademais, compartilhamos da noção de Courtine (2016), na qual uma FD é heterogênea nela própria, ou seja, suas fronteiras se

deslocam devido questões ideológicas, não constituindo a FD como um limite. Assim, considera-se a FD com base no interdiscurso, entendido como “um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior” (COURTINE, 2016, p. 40, grifos no original). Logo, o interdiscurso controla os deslocamentos nas fronteiras da FD.

De acordo com Gregolin (2005), o conceito de FD é um espaço de relação entre Pêcheux e Foucault. Ademais, a autora entende que Courtine tem papel fundamental no desenvolvimento de uma noção de FD heterogênea. Assim, podemos considerar novos conceitos e transformações na FD, principalmente com os estudos de Pêcheux sobre deslize de sentidos e pontos de deriva.

### 3.4 PONTOS DE DESLIZAMENTO DE SENTIDOS E DE DERIVA

A partir da construção do conceito FI, é produzida uma reformulação na noção de FD, trazendo para discussão a materialidade do interdiscurso. Pêcheux (2014) entende ser preciso explicar a complexidade e a contradição da FD numa situação dada, a qual está sob dominação das FIs. Gregolin (2005) afirma que a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso são os processos discursivos, enquanto que a língua é o lugar material em que ocorrem esses efeitos de sentido. Logo, todo discurso é duplo: ele é determinado por FIs que aludem este discurso a formações definidas e, ao mesmo tempo, ele é determinado pela autonomia da língua.

Considerando essa instabilidade e essa heterogeneidade das FDs, Pêcheux propõem discutir os atravessamentos nos discursos. Tomando o conceito de memória discursiva, os conceitos de interdiscurso e de intradiscurso passam a ser buscados, refletindo sobre a presença de outros discursos no próprio discurso. Em *Discurso, estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2015) apresenta a noção de ponto de deriva:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de *tornar-se outro*, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para *derivar para um outro* (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de *pontos de deriva* possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÉCHEUX, 2015, p. 53, grifos nossos).

Desse modo, o novo e o velho se misturam no discurso e os sentidos estão à deriva, podendo ser compreendidos porque se atualizam e se (des)estabilizam na memória discursiva

(GREGOLIN, 2005). Logo, ao entendermos que as FDs são complexas, podemos dizer que os discursos dispõem de significações estabilizadas e de espaços discursivos de transformação dos sentidos. Além disso, ao discutirmos sobre os efeitos de sentido, mobilizamos o conceito de equívoco, pois todo discurso é “fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um *discurso-outro*. A possibilidade de interpretar existe exatamente por causa dessa alteridade nas sociedades e na história, que possibilita a ligação, a identificação, a transferência” (GREGOLIN, 2005, p. 15, grifos no original). Assim, o equívoco é o lugar onde os pontos de deriva são instaurados. Ademais, os pontos de deriva não pertencem ao sujeito, pois são aberturas – fissuras – do assujeitamento deste sujeito que enuncia.

Ao refletirmos sobre os pontos de deriva, somos levados ao conceito de deslize de sentidos. No deslize são produzidos efeitos de sentido e, no trabalho da memória, enunciados se incorporam a outras redes e constituem outros sentidos. Ao mencionar Pêcheux, Orlandi (2015, p. 42) destaca que “as palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso à sua literalidade. [...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição”. É a partir desse relacionamento que os elementos linguísticos se revestem de sentido e é pela referência à FD que compreendemos os diferentes sentidos atrelados ao funcionamento discursivo (ORLANDI, 2015).

Ainda, é preciso tomarmos o conceito de metáfora. Pêcheux (2014, p. 277), grifos no original) oferece indícios sobre o lugar que a metáfora ocupa nos estudos discursivos:

Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que o “sentido” é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência de um sentido. Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...).

Neste fragmento, Pêcheux (2014) indica que a linguagem é metafórica. Logo, não há, nos estudos discursivos, o entendimento de uma linguagem literal e uma origem para o sentido. O sentido é produzido por meio de um efeito, o ideológico. Como o autor cita, no ritual há falhas e nestas falhas há interpelação, levando ao deslize de uma posição para outra, de uma FD para outra. Orlandi (2017, p. 103) – assim como Pêcheux (2014) – recorre a Lacan para definir metáfora como “uma palavra por outra”, entendida como um processo discursivo que, por meio dos efeitos metafóricos, realiza substituição e, conseqüentemente, produz deslizamentos,

derivas, sentidos por outros. Para Souza (2011, p. 108), “a metáfora designa a maneira com que, pelo movimento deslizante das palavras, pode-se descrever a ação discursiva que constitui o sujeito e o sentido”. De acordo com Orlandi (2017), a metáfora é responsável para que ocorram deslizamentos dos sentidos. Ademais, todo dizer é uma posição em relação a uma memória, a um já-dito. Logo,

Não há dizer que para fazer sentido não se inscreva na memória. Não há dizer que não se faça a partir da repetição. No entanto, na repetição histórica, *há deslocamento, deriva, transferência, efeito metafórico*. E o efeito metafórico é retomada e esquecimento, *deslize para outro lugar de sentido*, novo gesto de interpretação (ORLANDI, 2017, p. 173, grifos nossos).

Dito isto, Orlandi (2017) refere-se ao deslizamento de sentidos como algo próprio de toda língua. Conforme Souza (2011), nenhuma forma linguística está presa a um sentido imutável, isto é, por mais que as palavras tenham um sentido literal na história, este sentido entra em deriva a cada vez que é empregado.

Desse modo, as noções de efeitos de sentido e de pontos de deriva corroboram para o entendimento da AD como um dispositivo de interpretação. Assim, os analistas de discurso não buscam o verdadeiro sentido, mas o sentido real a partir da materialidade linguística e histórica do objeto de estudo. Portanto, a definição de Pêcheux sobre pontos de deriva é tão pertinente para as análises dos *corpora* desta pesquisa, afinal, é a partir de uma série de pontos de deriva no enunciado que se oferece lugar à interpretação. Logo, “[...] a linguagem não se dá como evidência, oferece-se como lugar de descoberta. Lugar do discurso” (ORLANDI, 2015, p. 94).

Assim, abastecidos das discussões realizadas e dos conhecimentos até aqui construídos, nos encaminhamos para a próxima etapa desta pesquisa. Neste novo percurso, investigamos discussões políticas que dizem respeito a uma suposta divisão entre direita e esquerda, a emersão de um movimento denominado como *nova direita* e a estudos foucaultianos sobre governamentalidade liberal.

## 4 TRANSITANDO POR ESPAÇOS POLÍTICOS

Os debates políticos giram em torno de dois grandes pólos: direita e esquerda. Todas as ações tomadas por representantes políticos são associadas a um desses pólos. Ademais, os partidos políticos, por terem suas bandeiras e características específicas, são organizados dentro desse espaço. Tem-se também um campo político considerado mais neutro/moderado, o centro, o qual, de certo modo, dialoga com ambos os pólos<sup>12</sup>. Além disso, existem os extremos da direita e da esquerda, vistos como mais radicais. Todavia, os debates em torno da política são frequentemente caracterizados pela falta de informação a respeito dos termos, dos sentidos, da memória e da historicidade envolvidos.

Assim, por tratarmos de uma pesquisa que envolve discursos políticos e pelo discurso bolsonarista ser carregado de referências à denominada direita e esquerda política, investigamos o surgimento dessa dicotomia no campo político. Para isso, dialogamos, principalmente, com obras de Levin (2017) e Bobbio (1995) e examinamos estudos sobre uma denominada *nova direita* que emergiu na América Latina e que pode estar refletida nas práticas do governo atual. Para identificarmos características dessa nova direita, dispomos de obras de Laclau (2018), Cruz, Kaysel e Cudas (2015) e Castro Rocha (2021). Ademais, investigamos as características do que Foucault (2008, 2018c) define como governamentalidade liberal, a qual aborda o modelo teórico econômico neoliberal, adotado pelo presidente Bolsonaro.

### 4.1 FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA: DIREITA E ESQUERDA

Na obra *O grande debate*, Levin (2017) aponta que Edmund Burke e Thomas Paine iniciaram os debates políticos sobre direita e esquerda, respectivamente. Ao final do século XVIII, aconteceram a Revolução Americana e a Revolução Francesa, que ofereceram campo propício para a dicotomia direita e esquerda. Burke foi defensor da Constituição Inglesa e crítico do radicalismo da Revolução Francesa, enquanto Paine foi favorável à independência americana. Para Levin (2017), Burke trazia traços do conservadorismo reformador e Paine do progressismo restaurador.

---

<sup>12</sup> O Centrismo é localizado no centro do espectro político. Com relação à direita e à esquerda é caracterizado com posicionamentos mais moderados, incorporando “bandeiras” particulares de ambos os lados. Entende-se que o centro desempenha um papel de diálogo, mas também de conveniência, pois dependendo do partido que está no poder, os interesses do centro podem variar. Disponível em: <https://www.direito2.com.br/o-centro-na-politica/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

De acordo com Levin (2017), Burke acreditava que as formas e as tradições deveriam ser nortes para o funcionamento do governo. As sociedades estariam em constante transformação, logo, as leis deveriam acompanhar essas mudanças, mas sempre de modo gradual, possibilitando estabilidade e respeito aos costumes e às instituições, e evitando alterações radicais. Esses pensamentos definiram Burke como um reformador e cauteloso em relação às mudanças radicais. Já Paine, tinha conhecimentos sobre o Iluminismo e defendia os direitos individuais, visto que o governo deveria realizar a função de protetor destes. Assim, o governo precisava garantir a segurança e a liberdade de cidadãos iguais e caso falhasse, deveria ser substituído. Desse modo, caso o governo fracassasse era preciso destruí-lo e reconstruí-lo do início.

Sobre questões relacionadas ao liberalismo, Paine defendia a pensão aos pobres, a gratuidade na educação aos filhos e os benefícios aos pais, bem como maior representatividade parlamentar das classes mais baixas. Acreditava que um governo liberal iluminista desenvolveria essas mesmas concepções no âmbito religioso. Para Burke, a religião existia para consolar os pobres sobre suas situações e o Estado não deveria conduzir a sociedade para alguma condição justa, mas dar suporte para que a população usufrua de sua liberdade e de seus benefícios. O governo não deveria assumir cuidados com relação aos pobres, sendo isso de obrigação de instituições privadas e não públicas. Burke não buscava por igualdade social, afinal, ao defender princípios amparados pela herança, tinha conhecimento de que o capital iria se concentrar em determinadas famílias. Contudo, segundo Levin (2017), Burke não defendia a manutenção da condição social, mas, por acreditar na igualdade entre os homens, considerava que alguns são mais adequados para o poder do que outros. Enquanto que para Paine, qualquer homem tem a mesma origem que outro, logo, o mesmo direito.

No que tange à economia, Levin (2017) afirma que tanto a direita quanto a esquerda tinham grandes expectativas sobre o capitalismo, mesmo tendo noções diferentes sobre como esse sistema econômico agiria na sociedade. Paine acreditava que o livre comércio – sem restrição de relações – permitiria a difusão de seus pontos de vista, buscando eliminar conflitos sociais e políticos. Já Burke entendia que a influência do governo na economia envolveria ações complexas, longe da compreensão da sociedade e do Estado. Assim, a economia não deveria sofrer intervenção, sendo que ao ser livre, a economia auxiliaria no equilíbrio da sociedade e suas riquezas.

Paine era contrário aos governos regidos pela hereditariedade, como o governo inglês. Acreditava que governos ilegítimos – os que não são escolhidos pelo povo – eram os causadores dos problemas existentes na terra. Assim, ao eleger a sociedade naturalista como mais antiga e

mais importante que o governo, defendia que a revolução era uma forma de voltar para a sociedade natural e instituir um novo governo, o qual seria melhor e mais justo. Contrário a isso, Burke entendia que um governo é legitimado ao longo do tempo e não de aspectos trazidos da natureza. Ademais, os regimes seriam resultados de mudanças e de reflexões ao longo do tempo e não necessariamente de uma mesma regra. Logo, o natural não é essencial para o aprimoramento da sociedade e dos governos, levando Burke a defender que não é possível reiniciar o mundo (LEVIN, 2017).

Sobre a própria política, Levin (2017) ressalta que Burke e Paine possuíam visões distintas. Na opinião de Paine, a formação da sociedade e do governo foi uma escolha livre dos indivíduos e cada pessoa tem o direito de fazer o que quiser, sem interferir nas liberdades e nos direitos dos outros. Contudo, caso isso aconteça, é papel do governo interferir. Assim, “a política é fundamentalmente uma arena para o exercício da escolha e nossas únicas obrigações políticas reais são respeitar as liberdades e escolhas alheias” (LEVIN, 2017, p. 91). Já para Burke, a natureza humana deveria ser entendida dentro das relações sociais, pois ninguém escolhe a sociedade em que nasce e vive, logo, somos determinados pelas relações que nos foram impostas. Para Burke, “a política deve reforçar os laços que nos mantêm unidos, permitindo que sejamos livres dentro da sociedade, em vez de definir a liberdade com exclusão da sociedade, e que cumpramos nossas obrigações para com as gerações passadas e futuras” (LEVIN, 2017, p. 91-92).

Em 1796, surgem dois novos partidos: o partido da conservação e o partido dos jacobinos, os quais se tornariam, respectivamente, os partidos de Burke e Paine. Para Levin (2017), essa divisão de partidos e de visões sobre o mundo representa o início de uma direita e de uma esquerda. Ao final de sua obra, Levin (2017) esclarece que mesmo a direita e a esquerda fazendo uso de disposição básicas de Burke e de Paine, ambas sofreram modificações, sendo que a esquerda tem buscado maneiras mais tecnocráticas de liberdade e a direita tem procurado proteger as heranças sociais e culturais, com medidas mais populistas.

Em *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, Bobbio (1995) afirma que os termos direita e esquerda têm sido usados para contrastar ideologias e movimentos que os dividem no campo das ações e dos pensamentos políticos. Por considerá-los antitéticos, o autor caracteriza-os enquanto excludentes e exaustivos, sendo que,

[...] são excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla [...] uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda (BOBBIO, 1995, p. 31).



Bobbio (1995) considera a dicotomia direita e esquerda como termos divergentes, ou seja, termos que se opõem. Ademais, com relação às ideologias, afirma que a redução dos termos a uma mera disputa ideológica seria simplista demais. Nesse sentido, os termos “indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações [...] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (BOBBIO, 1995, p. 33).

Em sociedades cada vez mais plurais, se discute sobre uma possível não distinção entre os termos, por se entender que em sociedades democráticas seriam tolerados diversos grupos. Safatle (2012), em sua obra *A esquerda que não teme dizer seu nome*, provoca o leitor de que frequentemente escutamos que a dicotomia direita e esquerda não faz mais sentido em nossa realidade, mesmo existindo posições políticas antagônicas. Quando na verdade, para o autor, essa construção discursiva é utilizada para convencer o sujeito de que mudanças não são possíveis, “de que *nenhuma ruptura radical está na pauta do campo político*” (SAFATLE, 2012, p. 14, grifos no original).

Bobbio (1995) defende que a dicotomia entre direita e esquerda não pressupõe a exclusão de posições intermediárias, mas que, exatamente por existirem dois extremos, é possível a manutenção de outros posicionamentos, afinal, “entre o branco e o preto pode existir o cinza [...] mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto” (BOBBIO, 1995, p. 36). Além disso, o centro, ao negar sua definição enquanto de direita ou de esquerda, presume a existência de ambos. O traço constante que divide direita e esquerda para Bobbio (1995) seria a tradição. A característica principal da esquerda seria o conceito de liberdade, enquanto que o da direita seria a tradição, com uma defesa do passado e das heranças. Assim, as diversas esquerdas e direitas existentes (de)penderiam para seus respectivos conceitos de liberdade e de tradição.

Direita e esquerda são distinguidas por Bobbio (1995) entre ideologias clássicas e românticas. Sobre a direita, haveriam duas românticas – tradicionalismo e fascismo – e uma clássica – conservadorismo –, enquanto que na esquerda haveria uma romântica – anarco-liberalismo – e uma clássica – socialismo científico –, além de o liberalismo ser uma ideologia clássica pertencente tanto à direita quanto à esquerda. Sobre isso, Bobbio (1995, p. 91-92) destaca que

“Direita” e “esquerda” não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do “espaço político”. Representam uma determinada topologia

política, que nada tem a ver com a ontologia política [...]. Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações.

Ademais, os deslocamentos da direita e da esquerda produzem os fenômenos conhecidos como “esquerdismo” e “direitismo”, nos quais o deslocamento para posições extremas gera a aproximação das dicotomias originais. Por exemplo, “o extremismo de esquerda desloca a esquerda mais a direita, assim como o extremismo de direita desloca a direita mais para a esquerda” (BOBBIO, 1995, p. 93).

A tese defendida por Bobbio (1995) é de que um dos critérios que se mantém é a distinção de direita e de esquerda sobre o ideal de igualdade. Ao distinguir doutrina igualitária como redução de desigualdades sociais e igualitarismo como igualdade que todos têm em tudo, o autor afirma ser preciso ter cuidado ao classificar a esquerda como igualitária e a direita como inigualitária. Assim, a esquerda não busca eliminar todas as desigualdades e a direita conservá-las todas, mas entende que a primeira é mais igualitária e a outra inigualitária. Desse modo,

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (BOBBIO, 1995, p. 105).

Nesse sentido, a direita estaria mais disposta a aceitar o que é natural e de segunda natureza, como a tradição. Enquanto que a esquerda buscaria um denominado artificialismo, por não aceitar as desigualdades naturais. O autor conclui que o que distingue a esquerda é o igualitarismo, não como busca por uma sociedade sem desigualdades, mas “a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, [...] a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995, p. 110). Ademais, Bobbio (1995) aborda que a maioria das discussões políticas são sobre o futuro da esquerda e o renascer da direita. Esse renascer da direita é discutido mais profundamente na próxima seção deste capítulo, buscando identificar os traços característicos desse reaparecimento.

#### 4.2 O RENASCER DA “NOVA DIREITA”

Iniciamos esclarecendo o uso do pleonasma *renascer da nova* no título dessa seção. Assim como será discutido e apresentado no decorrer dos próximos parágrafos, observamos que, no decorrer dos anos, quando acontece predomínio de governos de esquerda, surgem direitas intituladas como novas, pois, aparentemente, trazem mudanças em suas concepções.

Contudo, como esse movimento de surgimento ocorre não apenas uma vez e como a direita se nomeia – e é nomeada – como nova, verificamos essa ambiguidade: supostos renasceres de supostas novas direitas. Posto isso, partimos para um desbravamento do mais recente reaparecimento da direita na América.

Observando as mudanças políticas ocorridas nos últimos dez anos na América do Sul, verifica-se que nas eleições presidenciais até 2011, a maioria dos países desta localidade era governada por partidos considerados mais à esquerda do espectro político. Todavia, esse cenário sofreu mudanças a partir dos últimos pleitos, elegendo representantes considerados mais à direita<sup>13</sup>. Em *Direita, Volver*, Cruz, Kaysel e Codas (2015) ressaltam a renovação e o reagrupamento de campos conservadores, com novas caras, novos discursos e novas estratégias, colocando em discussão recentes conquistas sociais relacionadas à esquerda. No Brasil, é possível identificar que as manifestações antipetistas se desdobram sobre a luta contra a corrupção no sistema político e a oposição a programas sociais criados durante as gestões petistas, além de haver associação do partido ao comunismo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Cruz (2015) explica que a direita não corresponde a um tipo de pensamento particular, como fascismo ou comunismo, por exemplo. Assim, “podemos dizer de um conservador, ou de um comunista, que ele está à direita ou à esquerda de algum de seus pares, mas não faria o menor sentido dizer de alguém de esquerda ou de direita que ele é mais fascista, ou socialista do que um outro qualquer” (CRUZ, 2015, p. 15).

Além disso, Kaysel (2015) enfatiza que existe no cenário brasileiro atual, tanto na população em geral quanto nos meios partidários, um “orgulho direitista” e que o temor ao comunismo é parte do imaginário da direita desde 1920. Ademais, o apoio à ditadura era a principal característica que definia alguém como de direita, antes da transição democrática. Depois dessa transição, o atributo básico seria a defesa de políticas neoliberais, ou seja, de liberdade econômica, “assim, a direita se reorganizava e se reinventava para responder à ofensiva da esquerda” (KAYSEL, 2015, p. 68). De acordo com Codato, Bolognesi e Roeder (2015), a nova direita carrega traços da velha direita na América Latina, como o modelo econômico do capitalismo e a manutenção dos valores morais, enquanto que também “reconhece e aceita as vantagens políticas das *políticas sociais* implementadas pela esquerda

---

<sup>13</sup> “Mapa da mudança política nos países da América do Sul na última década. A maioria dos governos eram de esquerda em 2011, cenário que terá mais governos de direita ou centro-direita a partir de 2020”. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/>. Acesso em: 30 out. 2020.

na região, ao mesmo tempo que procura se desvincular da memória dos regimes ditatoriais militares apoiados pelos partidos da velha direita”<sup>14</sup> (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 121, grifos no original).

Sobre as novas direitas, Villazón (2015) destaca que a família tradicional defendida pela direita está ameaçada por todas as mudanças sociais e culturais ocorridas nos últimos anos, logo, o reconhecimento legal de relações que fujam desse padrão amedrontam essa constituição de família. Por isso, são formadas bancadas pró-família nos congressos, que rejeitam o que foi denominado como *ideologia de gênero* ou *agenda gay*, as quais supostamente desmantelam a família. A defesa dessas concepções pró-família é observada no discurso dos *corpora*, quando o presidente afirma, por exemplo, que irá “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (BOLSONARO, 2019a, n.p).

Assim, direcionando nosso olhar para o Bolsonarismo, na obra *Guerra cultural e retórica do ódio*, Castro Rocha (2021, p. 118, grifos no original) afirma que a origem e a forma do bolsonarismo é a guerra cultural<sup>15</sup>, no sentido de que a “[...] *guerra cultural implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso*”. Todavia, para o autor, a guerra cultural será, ao mesmo tempo, a razão do fracasso do governo Bolsonaro. A partir disso, o autor elabora a hipótese de que

*A guerra cultural bolsonarista, que se beneficia de uma técnica discursiva, a retórica do ódio, ensinada nas últimas décadas por Olavo de Carvalho, conduzirá o país ao caos social, à paralisia da administração pública e ao déficit cognitivo definidor do analfabetismo ideológico, outro conceito novo que apresento, e com o qual descrevo a negação da realidade e o desprezo pela ciência que estruturam o bolsonarismo* (CASTRO ROCHA, 2021, p. 15-16, grifos no original).

De acordo com Castro Rocha (2021), a eleição presidencial de 2018 supôs um retorno ao passado – autoritário e cruel – da ditadura militar. Segundo o autor (2021), podem ser apontados quatro eventos que contribuíram para a emersão do bolsonarismo no Brasil, isto é, o renascimento da “nova direita”. O primeiro elemento seria a ação de Olavo de Carvalho a iniciar na década de 1990, “ampliando o repertório bibliográfico e fortalecendo a musculatura da direita por meio de polêmicas estratégicas contra ícones da esquerda” (CASTRO ROCHA,

---

<sup>14</sup> Enfatizamos que os polos direita e esquerda são heterogêneos, assim como a denominada nova direita. Portanto, as novas direitas estão em um constante processo de adaptação e de mudança, logo, não precisam compartilhar, necessariamente e fielmente, todas as características apontadas pelos autores.

<sup>15</sup> Para Thomson (2010, p. 03), a guerra cultural surgiu no final da década de 1960, quando os desafios dos valores tradicionais foram apelidados de contracultura.

2021, p. 31). O segundo elemento envolveria uma fenda geracional que escapou da esquerda, pois, pela primeira vez, ser de direita significaria ser de oposição. O terceiro envolveria o agravamento dos conflitos gerados pela crise geracional, devido ao crescimento de uma juventude de direita e de sua respectiva presença nas redes sociais. E, por fim, o quarto elemento teria relação com a ocupação da direita nas ruas, espaço antes utilizado pela esquerda. Assim, “os quatorze anos de permanência do PT no governo federal alteraram de maneira profunda a ecologia da política brasileira, sem que tal abalo fosse imediatamente perceptível” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 33).

O autor ainda enuncia sobre a eleição de alguns candidatos considerados de direita pela América:

Assinale-se que o fenômeno ultrapassou as fronteiras nacionais e se alastrou por toda a América Latina e América do Norte. Na Argentina, a eleição de Mauricio Macri, em 2015; nos Estados Unidos, o triunfo de Donald Trump, em 2016; no Chile, o retorno à presidência de Sebastián Piñera, em 2018; no Brasil, a vitória de Jair Messias Bolsonaro – todos esses eventos relacionam-se à ascensão da direita no cenário internacional (CASTRO ROCHA, 2021, p. 133).

Ademais, Castro Rocha (2021) entende que as guerras culturais são inteligíveis na ascensão internacional da direita ao estabelecerem modelos de família, de valores, de educação, de política. Logo, no Brasil, o conflito de valores está associado diretamente ao crescimento da bancada evangélica no parlamento.

Em *A razão populista*, Laclau (2018, p. 47) define discursos “como totalidades estruturadas, que articulam tanto elementos linguísticos como não linguísticos. [...] O que importa é determinar as sequências discursivas por meio das quais uma força ou um movimento social conduz seu desempenho político global”. Para o autor, definir algo em um conceito consiste num movimento de exclusão, visto que não há como esgotar o sentido. Assim, entendemos que o movimento da nova direita possui algumas características, mas estas não correspondem à totalidade do conceito, nem agora ou para sempre.

Sobre o populismo, Laclau (2003, p. 05, grifos no original) afirma que “um movimento não é populista porque apresenta, em sua política ou ideologia, *conteúdos* reais, identificáveis como populistas, mas porque mostra uma *lógica* particular *de articulação* desses conteúdos, quaisquer que sejam eles”. Além disso, um governo populista tem como característica indispensável a eleição de um inimigo, isto é, o populismo precisa da construção discursiva de um inimigo para existir. Nesse sentido, observamos que ocorre a nomeação de inimigos da nação no discurso bolsonarista, no qual é dito, por exemplo, “quando os inimigos da pátria, da

ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas” (BOLSONARO, 2019a, n.p).

Dando continuidade, segundo Laclau (2003), uma hegemonia representa o processo em que uma exigência particular se transforma em uma cadeia de equivalência. Todavia, o que leva à hegemonia é o processo de pobreza dos símbolos. Em vista disso,

A construção de uma subjetividade popular só é possível com base na produção discursiva de significados tendencialmente vazios. A chamada “pobreza” dos símbolos populistas é a condição para a sua eficácia política. [...] os símbolos só o conseguem ao reduzir a um mínimo o seu conteúdo particularista. No limite, esse processo alcança um ponto em que a função homogeneizadora é levada a cabo por um nome puro: o nome do líder (LACLAU, 2003, p. 10).

Essa cadeia de equivalência é consolidada por meio de elementos que lhe oferecem propriedade, caracterizando-a enquanto totalidade. Laclau (2003) complementa que o populismo existe por meio de práticas discursivas e políticas, as quais constituem um sujeito popular, sendo preciso construir fronteiras internas. Ao tratar sobre as formas de identificação, o autor dá ênfase na forma que aborda os laços entre membros de um grupo. O que qualifica essa forma de identificação é um laço com o líder e “seu denominador comum é a *idealização* do objeto, que dessa forma se torna imune à crítica” (LACLAU, 2018, p. 100-101, grifos no original).

Ademais, de acordo com Laclau (2018), todos os movimentos são populistas, sendo alguns mais ou menos, dependendo das cadeias de equivalência, pois “nenhum movimento político será totalmente isento de populismo, porque nenhum deixará de interpelar, até certo ponto, o ‘povo’ contra um inimigo, por meio da construção de uma fronteira social” (LACLAU, 2003, p. 14). Nesse sentido, o autor conclui que populismo é sinônimo de política, pois ambos pressupõem divisões sociais.

Em suma, o retorno da (nova) direita na América estaria relacionado ao declínio da esquerda. Nesse sentido, Safatle (2012, p. 15) ressalta que a esquerda precisa voltar a discutir com a população sobre “questões eminentemente políticas”. Assim, o autor entende que a esquerda deixou de ser popular, omitindo problemas sociais de camadas mais vulneráveis, uma vez que, como observado, a nova direita tem traços populistas visíveis e que, aparentemente, vem conquistando a maioria dos eleitores.

#### 4.3 A GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL

Considerando as características da nova direita latino-americana expostas na seção anterior e que uma particularidade desta direita é o (neo)liberalismo econômico, observamos que o presidente Bolsonaro, no discurso de posse, faz menção a este liberalismo ao destacar que “precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o *viés ideológico*” (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos). Além disso, o ministro da economia na gestão bolsonarista, Paulo Guedes, afirmou, também em discurso de posse, que o governo seguiria uma vertente liberal, abrindo a economia para novos horizontes<sup>16</sup>. Nesse sentido, analisamos algumas concepções relacionadas ao liberalismo a partir das noções foucaultianas.

O interesse de Foucault pelo liberalismo é evidente por meio da leitura dos dois últimos cursos ministrados no *Collège de France*, na década de 1970, intitulados *Segurança, Território e População* (2008) e *Nascimento da Biopolítica* (2018c). Na passagem do liberalismo para o neoliberalismo, o que se observa é que se deve governar pouco, pois, de acordo com Foucault (2018c, p. 55), é preciso “limitar do interior o exercício do poder de governar”, ou seja, o governo deve ser prudente e econômico no uso dos recursos e ter o mínimo possível de intervenção no mercado.

A análise foucaultiana (2018c) ocorre sob dois modelos teórico neoliberais: o ordoliberalismo, de origem alemã, e a Escola de Chicago, de origem estadunidense, sendo que ambos são caracterizados por uma “fobia ao Estado” (FOUCAULT, 2018c). No primeiro, a fobia aparece a partir de três diferentes vertentes, como ressalta Foucault (2018c, p. 108): “Fobia ao Estado, [...] que certamente se alimentou de muitas fontes desde há muito tempo, como a experiência soviética desde os anos 20 a experiência alemã do nazismo, a planificação inglesa do pós-guerra, etc.”. Este modelo neoliberal é determinado pelas liberdades nos processos econômicos que, por meio do aparato jurídico, delimita a intervenção estatal. Já o neoliberalismo estadunidense é descrito como anarconeoliberalismo, ou seja, ultrapassa as barreiras econômicas de mercado e imerge na vida pessoal e familiar, organizando-a e modelando-a, dando nascimento ao empresário de si mesmo, o *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2018c). A fobia ao Estado teria como principal evento as políticas do *New Deal*.

---

<sup>16</sup> Em discurso de posse, o ministro afirmou que “depois de 30 anos de aliança política de centro-esquerda, há agora uma aliança entre conservadores, em princípios e costumes, e liberais na economia”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/02/discurso-de-paulo-guedes-ao-assumir-cargo-de-ministro-da-economia-frases.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2020.

O modelo estadunidense é uma maneira de ser e pensar, na qual a análise econômica é interligada a uma ciência do comportamento humano.

Para o autor francês, o liberalismo corresponde a um método de racionalização do exercício do governo que deriva do mercado. Segundo Foucault (2008, p. 127), “[...] a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia”. Logo, o liberalismo é caracterizado pela liberdade, pelo consumo de liberdade de expressão, de propriedade, de vendedor, de mercado, etc. Assim, é preciso

[...] deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laissez-faire*, *laissez-passer*, e *laissez-aller*, quer dizer essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma (FOUCAULT, 2008, p. 62-63, grifos no original).

Todavia, a vertente neoliberal, essa nova arte governamental, por ser consumidora da liberdade, é também apresentada como gestora desta, pois além da produção, também realiza o processo de organização e “venda” desta liberdade, ou seja, isso “implica que se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc.” (FOUCAULT, 2018c, p. 94). Nesse sentido, esse desejo por libertação dos sujeitos inseridos no regime liberal é necessário, pois permite ao governo que regule os comportamentos. No Brasil, como observado em algumas SDs dos *corpora* desta pesquisa, Bolsonaro considera a liberdade como um princípio fundamental, pois há uma regularidade do desejo em libertar o povo brasileiro das “amarras ideológicas”, da “submissão ideológica” e do “viés ideológico” (BOLSONARO, 2019a, n.p).

Entretanto, existem perigos que envolvem os sujeitos e que funcionam enquanto equilíbrio das liberdades e instigam o desejo à segurança, pois, de acordo com Foucault (2018c, p. 97), “não há liberalismo sem a cultura do medo”. Nesse sentido, a liberdade de propriedade é essencial ao liberalismo e perpassa a liberdade do indivíduo, a qual deve ser protegida por meio da segurança. Assim, o papel do Estado é o de proteger a propriedade privada, visando a manutenção da economia de mercado. Observamos que no discurso de posse os mecanismos de crítica às noções vinculadas ao viés ideológico funcionam tanto como estímulo à liberdade – no sentido de instigar o povo a desejar a libertação desse viés –, como também se relacionam ao medo, pois despertam a vontade de eliminar esse inimigo e promover segurança à população brasileira.

Sobre o conceito de inimigo, Castro Rocha (2021) afirma que a nomeação – e a manutenção – de inimigos pelo governo Bolsonaro auxilia na manutenção dessa gestão, visto



que a partir dessa *guerra* é possível manter as massas digitais mobilizadas, direcionando as energias da população para estes supostos inimigos, favorecendo o que o autor (2021, p. 19) chama de um “impulso de eliminação do adversário”. Ademais, Castro Rocha (2021) ironiza a nomeação do comunismo como nova ameaça ao Brasil. Na opinião do autor, o comunismo tarda, se atrasa e nunca chega, isto é, está sempre em uma ideia de futuro.

Isso posto, consideramos que o neoliberalismo – modelo econômico adotado pelo presidente brasileiro – deriva do liberalismo, o qual é um sistema econômico e social. Todavia, para sobreviver, esse sistema se adapta aos momentos históricos, reinventando-se e sendo flexível, mesmo sem perder suas características principais, como por exemplo, a liberdade do mercado econômico. Assim, a governamentalidade liberal age sobre a sociedade civil, mas deixa o mercado impenetrável.

## 5 O OBJETO DE DISCURSO SOB OLHAR INVESTIGATIVO

No capítulo final desta dissertação, seguimos com o percurso do movimento pendular, afinal, nessa perspectiva metodológica, “[...] o analista suspende o pêndulo e, imediatamente depois, passa a acompanhá-lo nas idas e vindas da teoria para a análise, perpassando de diferentes maneiras os elementos constitutivos do corpus [...]” (PETRI, 2013, p. 47). Nesse sentido, dialogamos com as noções teóricas e metodológicas debatidas no decorrer da pesquisa, visando identificar o lugar da ideologia nos *corpora* e os efeitos de sentido produzidos por essa noção.

Em 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro tomou posse como 38º presidente do Brasil. No Congresso Nacional em Brasília, logo depois de assumir formalmente o cargo, discursou aos deputados federais e aos senadores (ANEXO A) – e também à população brasileira. Em seguida, dirigiu-se ao parlatório do Palácio do Planalto para cerimônia de recebimento da faixa presidencial, onde discursou para o público presente no local (ANEXO B). Esses dois discursos<sup>17</sup> constituem o nosso arquivo e foram selecionados como *corpora* para esta pesquisa por se tratarem de um evento em que Bolsonaro, agora com a posse oficial, se direciona aos principais representantes políticos e ao povo, reafirmando o compromisso assumido em sua campanha eleitoral de lutar contra o denominado *viés ideológico*. Além disso, entendemos que esses discursos conferem maior visibilidade e peso ao dizer numa posição-sujeito presidente que se inscreve no discurso de posse e de recebimento da faixa, pois se tratam de discursos oficiais do mandatário da nação e não de promessas de campanha.

Para analisarmos esses discursos e atendermos aos objetivos desta pesquisa, retiramos SDs dos *corpora*. Reiteramos a utilização da noção de SD a partir de Courtine (2016), o qual, ao entender que a ideologia se materializa no discurso – enquanto instância material –, define a eficácia ideológica como processo de repetições relativamente regulado e no qual as palavras formam redes de reformulações. Assim, “uma sequência discursiva são essas reformulações tomadas na rede dos enunciados e na rede de lugares enunciativos que instauram o sujeito no fio do discurso” (COURTINE, 2016, p. 51).

As SDs analisadas são organizadas na ordem em que aparecem nos pronunciamentos do presidente, iniciando pelo discurso de posse no Congresso e depois pelo discurso na

---

<sup>17</sup> No corpo da dissertação – mais precisamente neste capítulo – apresentamos apenas as SDs que são analisadas. Contudo, o leitor pode consultar na íntegra os dois pronunciamentos ao final da dissertação, nos Anexos A e B. Entendemos que a leitura completa dos *corpora* contribuirá na compreensão das investigações propostas, além de abrir possibilidades para novas interpretações e inquietações.

cerimônia de recebimento da faixa presidencial no Planalto. Além disso, as SDs foram selecionadas após olhar minucioso dos pesquisadores sobre os *corpora*. Elegemos as SDs que julgamos pertinentes para a compreensão do discurso político do viés ideológico, mesmo que algumas delas não apresentem literalmente o uso dos termos *ideologia* ou *viés ideológico*.

Na primeira seção, *Análise do discurso de posse: a construção dos sentidos da missão de Bolsonaro*, investigamos o pronunciamento de Bolsonaro no Congresso Nacional a partir de sete SDs. Já na segunda seção, *Análise do discurso de recebimento da faixa: ideologias nefastas e a discursivização do medo*, direcionamos nossas análises para o pronunciamento do presidente realizado no Palácio do Planalto, do qual retiramos cinco SDs. Embora discursos distintos, se complementam. Assim, de certo modo, no decorrer da apresentação de nosso gesto de análise ocorrem momentos de relação entre um e outro discurso.

## 5.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA MISSÃO DE BOLSONARO

O discurso de posse de Bolsonaro é iniciado com cumprimentos às autoridades presentes no Congresso. Em seguida, em um primeiro momento, se desenvolve com sentidos de agradecimento à vida e de retomada ao passado. Neste último, o presidente faz alusão ao período em que era deputado federal, cargo que ocupou por sete mandatos.

**SD1:** *Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operou um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus! Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

Com relação ao primeiro sentido observado, o de agradecimento à vida, refletimos sobre uma ocorrência no período eleitoral, na qual Bolsonaro sofreu um atentado<sup>18</sup>. Neste episódio, o então candidato à presidência estava em um ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais, quando foi atingido no abdômen com uma arma branca. Devido à gravidade da lesão e do longo período de recuperação, Bolsonaro prosseguiu sua campanha eleitoral por meio de mídias

---

<sup>18</sup> “Bolsonaro leva facada em atentado durante campanha em Juiz de Fora”. Matéria disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-leva-facada-em-atentado-durante-campanha-em-juiz-de-fora/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

sociais, ausentando-se dos debates em redes nacionais. Dito isto, ao mencionar a ocorrência de um *verdadeiro milagre* – isto é, a sua recuperação –, verificamos elementos que dialogam com uma FD religiosa. Notamos que o agradecimento é direcionado à Deus, o qual teria salvo a vida do presidente por intermédio dos profissionais de saúde, deixando em segundo plano a cientificidade, os saberes médicos e clínicos. Como será verificado posteriormente, o discurso científico é, frequentemente, questionado no discurso bolsonarista.

Sobre o segundo sentido observado, o de retomada ao passado, destacamos, num primeiro momento, a articulação de que o presidente possui experiência no campo político, exercendo, durante um período de *28 anos*, a *missão* de servir ao povo brasileiro. Assim, após ser salvo por Deus e por profissionais, Bolsonaro pode continuar a sua missão, agora como presidente. Enfatizamos essa construção no discurso de posse: o mandatário possui longa carreira política, com mais de 28 anos de serviço, e o acúmulo de *aprendizados* e de *experiências*, resultando em um candidato autointitulado *maduro*, como mencionado na SD1. Reforçamos ao leitor essa narrativa, pois no decorrer dos discursos de posse e de recebimento da faixa, ocorrem divergências sobre esta construção, as quais são apresentadas no decorrer das análises.

A primeira alusão à ideologia no discurso de posse ocorre no que parece ser uma tentativa de caracterizar a ideologia como conjunto de ideias que controlam o sujeito, ou seja, o povo brasileiro seria submisso à ideologia. Observamos na SD2 elementos que aparentam contribuir para a constituição do objeto viés ideológico como um *status quo* contra o qual é necessário se erguer. Essa submissão ideológica estaria interligada ao domínio de elementos como a corrupção, a criminalidade e a irresponsabilidade econômica.

**SD2:** *Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

Como mencionado anteriormente, o discurso de posse do presidente é carregado de elementos que dialogam com uma FD religiosa. *Missão, libertação e jugo* – termos presentes na SD2 – e *Deus, milagre e servir* – presentes da SD1 – são alguns dos elementos de intertextualidade que apontam para uma conexão com o universo semântico da religião cristã. Desse modo, percebemos uma tentativa de construção de sentidos. Constrói-se uma narrativa em que o então candidato teria sido salvo do atentado e eleito, para agora, como um messias,

salvar a pátria da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica, entre outros elementos mencionados na SD2. Além disso, observamos um peso no ato de *convocar* os políticos brasileiros nesta missão, a qual se estenderá, posteriormente, ao povo. Assim, o presidente assume essa posição de mandatário e de líder e requisita ações.

A alusão a FD religiosa também está presente no slogan da campanha bolsonarista, “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!” (BOLSONARO, 2019a, n.p), o qual inclusive conclui o discurso de posse e de recebimento da faixa presidencial, que será analisado na próxima seção. A religião também é mencionada na SD3, na qual observamos a defesa de concepções vistas como tradicionais – como a família e a religião.

**SD3:** *Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

O combate ao que não se encaixa nos valores elegidos é mencionado, todavia, produzindo um ponto de deriva. Sobre este conceito, retomamos Pêcheux (2015, p. 53, grifos nossos), o qual diz que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de *pontos de deriva* possíveis, oferecendo lugar a interpretação”. Assim, na SD3 não existe alusão direta aos valores, ou seja, fica o questionamento: quais valores devem ser conservados? Entretanto, é possível identificar, de modo indireto, que os valores a serem preservados envolveriam a valorização da família, das religiões e da tradição judaico-cristã, além do combate à denominada *ideologia de gênero*. O presidente cita o respeito às religiões, no plural, mas enfatiza a herança judaico-cristã. De certo modo, coloca as outras em um espaço periférico. Além disso, ao mencionar *nossos valores*, Bolsonaro distribui o peso da defesa destes valores, isto é, eles não são apenas do presidente, afinal, são também compartilhados, supostamente, pela nação. Logo, é necessário conservar – na narrativa do presidente – os valores de todos.

Na SD2 ocorre a primeira citação ao universo ideológico, com a expressão *submissão ideológica*, enquanto que na SD3, dando sequência ao discurso do presidente, a palavra ideologia surge conectada ao gênero, novamente, em sentido negativo. Ocorre efeito de deslize de sentidos ao optar-se pela substituição de *teoria de gênero* – campo acadêmico-científico – para *ideologia de gênero*. Na SD3, em específico, *ideologia* faz referência a um espaço muito específico, o qual envolve os debates sobre gênero. Além disso, parece estar interligada às denominadas *amarras ideológicas* que devem ser combatidas pelo povo e pelo Estado. Nesse

sentido, ao optar-se por uma escolha lexical e não outras há efeitos de sentido que se instauram, apontando para a rejeição de teoria, pois no discurso bolsonarista nega-se a cientificidade das ciências humanas.

Ao investigar as diferenças entre *teoria de gênero* e *ideologia de gênero*, Guimarães (2020) defende que a utilização de *gênero* como uma categoria de análise consiste na rejeição de conceitos fixos. A escolha lexical de *ideologia* de gênero corresponde, principalmente, à relação deste termo envolver valores de moralidade e de família. Assim,

A “ideologia de gênero” tornou-se receptáculo e transmissora de variadas concepções reacionárias, que utilizam a retórica dos valores morais em nome do combate a qualquer forma de reivindicação dos direitos das mulheres e dos sujeitos cuja orientação sexual e identidade de gênero desafiem a heteronormatividade estabelecida (GUIMARÃES, 2020, p. 12).

Nesse sentido, o entendimento precipitado e errôneo sobre a *teoria de gênero* foi deslocado para *ideologia de gênero*, iniciando uma campanha contra o gênero, entendido como ideologia. A autora esclarece que a adjetivação de *ideologia* corresponde ao significado que Napoleão utilizou, atacando os intelectuais que eram contra sua forma de governar. Desse modo, “empregam o conceito de ideologia como sinônimo de mentira, falseamento ou manipulação da realidade, no qual o critério de averiguação consiste unicamente na [...] alegação de que o discurso do outro é ideológico porque é contrário ao seu” (GUIMARÃES, 2020, p. 17). Verificamos que o uso de *ideologia* de gênero no discurso bolsonarista carrega esse sentido negativo e contribui para a popularização de sentidos equivocados e que contribuem para o preconceito com relação ao gênero, uma vez que a posição-sujeito em que Bolsonaro se insere emana autoridade e, conseqüentemente, influência sob outros sujeitos.

Para Castro Rocha (2021, p. 08, grifos no original), as *fake news* que mais contribuíram para a vitória de Bolsonaro nas eleições foi “o inexistente ‘kit gay’ e a deturpação completa de uma área de estudos, *gender studies*, numa delirante ‘ideologia de gênero’”. Ademais, o autor entende que as críticas dirigidas a uma imaginária ideologia de gênero serviram como ponte para conquistar o eleitorado evangélico e conservador. Segundo Castro Rocha (2010), trata-se de uma distorção da área dos estudos de gênero, inaugurada, principalmente, nas universidades norte-americanas.

No Brasil, Guimarães (2020) afirma que a circulação de *ideologia de gênero* passou a ser maior quando vinculada aos projetos da Escola sem Partido<sup>19</sup>. O Projeto de Lei n.º 193/2016,

---

<sup>19</sup> “Uma educação apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias. Esses são os princípios defendidos no projeto Escola sem Partido (EsP), que tem despertado profunda polêmica. O tema ganhou força em 2015 e se tornou

conhecido como *Escola sem Partido*, de acordo com Capaverde, Lessa e Lopes (2019, p. 205), buscaria “tipificar e repreender, punir o ‘assédio’ ideológico nas escolas”, além de fiscalizar o trabalho do professor, o qual não poderia se aproveitar de seu exercício docente para promover suas opiniões ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. O foco do projeto estaria em uma suposta “proteção” aos estudantes sobre temas que envolvessem questões ideológicas, de gênero e de partidos. Assim, Guimarães (2020) afirma que o entendimento errado sobre o conceito, produz a ideia de que a *ideologia de gênero* seria uma ideologia *antifamília* e que transformaria os jovens em homossexuais. A autora também enfatiza que durante a campanha eleitoral de Bolsonaro, havia palavras de ordem contra a suposta doutrinação da ideologia de gênero “sem qualquer base empírica ou fundamento científico” (GUIMARÃES, 2020, p. 18), desqualificando as disciplinas correspondentes aos estudos de gênero.

A filósofa estadunidense Butler (2003), em *Problemas de gênero*, problematiza a heterogeneidade da noção de gênero. Ao estudar Foucault, a autora contempla a regulação dos sujeitos e sua representação a partir de sistemas jurídicos de poder, como no discurso sobre o sujeito mulher. Em 2017, no Brasil, Butler participou de um seminário intitulado *Os Fins da Democracia* e foi recebida por protestos contrários e favoráveis à sua presença e ao que ela representa<sup>20</sup>. Em entrevista concedida ao canal TV Boitempo, a filósofa declarou que ao longo do tempo, construiu-se um imaginário de que o gênero ameaça a família, a moral e até mesmo a nação (BUTLER, 2017).

Em publicação no jornal *NewStatesman*, Butler (2019) menciona que eleições recentes em países como Costa Rica, Colômbia, França e Brasil tiveram o tema da denominada *ideologia de gênero* no discurso de candidatos. A autora afirma que o pronunciamento do Papa Francisco em 2016 aumentou as discussões sobre o tema da *ideologia*. Assim, constrói-se o imaginário de que *ideologia de gênero* seria algo diabólico, destruidor e doutrinador. Contudo, a autora defende que a verdadeira bandeira da *teoria de gênero* diz respeito “a abertura em direção a uma forma de liberdade política que poderia levar as pessoas a viver sem discriminação ou medo daquilo que é ‘dado’ ou daquilo que é ‘escolhido’ como seu gênero” (BUTLER, 2019,

---

mais evidente nas campanhas eleitorais de 2018 e no início do mandato do presidente da República Jair Bolsonaro”. Mais informações sobre a *Escola sem Partido* estão disponíveis em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

<sup>20</sup> Reportagem disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2017/11/filosofa-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

n.p, tradução nossa)<sup>21</sup>. Assim, põem-se em cheque a necessidade de discussões em diversos níveis – como na política e na família – sobre a verdadeira *teoria de gênero*.

Retomando o discurso do presidente, ao final da SD3, o presidente menciona novamente o universo ideológico, contudo, de modo muito mais amplo, utilizando a expressão *amarras ideológicas*. Retomamos Orlandi (2017) para enfatizar que os dizeres são interligados em redes de memória e se conectam a já-ditos, produzindo deslocamentos. Desse modo, ocorre um deslize de sentidos e não mera repetição de termos, pois se tem acréscimo de sentidos: a ideologia se desloca de um ponto específico, *ideologia de gênero*, para algo amplo, *amarras ideológicas*, que envolveria diversos espaços, mesmo não ocorrendo citação direta dos espaços que constituem essas amarras. Assim, as *amarras ideológicas* abrangem a memória e a historicidade.

Ademais, ao dizer que o país voltaria a ser livre, observamos um ponto de deriva, afinal, em qual momento do passado o Brasil foi livre das *amarras ideológicas*? Ou ainda, durante qual período o país esteve preso às *amarras ideológicas*? A partir dos discursos do presidente, podemos identificar que o período em que os partidos considerados de esquerda estiveram no poder parece ser o momento de maior submissão ideológica. Nesse sentido, as *amarras ideológicas* envolveriam principalmente noções do PT e da esquerda. Logo, o emprego do termo ideologia – neste caso, *amarras ideológicas* – constrói, no imaginário do sujeito que ouve esse discurso, um vínculo entre ideologia e partidos de esquerda, provocando sentidos negativos para essa união.

Além disso, no discurso em análise, há constante referência a um inimigo. Isso pode ser observado na SD4, na qual o presidente parece recordar do atentado sofrido durante a campanha eleitoral – evento mencionado anteriormente –, apontando que inimigos da pátria seriam os responsáveis pelo crime em questão. Ademais, verifica-se que o uso de *os* em *os inimigos* funciona como um determinante, mas quem de fato são estes inimigos fica obscuro. Todavia, podemos identificar que a esquerda política brasileira parece fazer parte desse grupo de inimizadas por meio de pistas como *pátria, ordem e liberdade*, contribuindo para a narrativa bolsonarista sobre a situação do país e o que e quem conduziu para esses eventos.

**SD4:** *Por isso, quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

---

<sup>21</sup> Do original: “the idea of gender opens toward a form of political freedom that would allow people to live with their “given” or “chosen” gender without discrimination and fear”.



Ao investigarem sobre as metáforas do cotidiano, Lakoff e Johnson (2002) afirmam que a metáfora permeia a linguagem, o pensamento e as ações dos sujeitos. Ao desenvolverem análises sobre o conceito de discussão, os autores investigam a metáfora de guerra – discussão é guerra –, pois a linguagem cotidiana é carregada de expressões que fazem alusão a esse universo. Nesse sentido, “embora não haja batalha física há uma batalha verbal, que se reflete na estrutura de uma discussão – ataque, defesa, contra-ataque, etc.” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 47). Olhando para o discurso de posse, observamos a presença da metáfora de guerra, pois são utilizadas palavras como *convocar, missão, combater, inimigos, embates, atendeu ao chamado, Forças Armadas* (BOLSONARO, 2019a). Essa escolha de palavras produz uma metáfora de guerra com inúmeras menções ao campo militar, construindo uma biografia do sujeito presidente, o qual se apresenta como militar. Inclusive, ao cumprimentar o vice-presidente, Hamilton Mourão, no início do pronunciamento, o presidente menciona a “Academia Militar de Agulhas Negras” (BOLSONARO, 2019a, n.p), funcionando como um elemento biográfico articulado à argumentação e à construção da metáfora de guerra.

A personificação de objetos (LAKOFF; JOHNSON, 2002) também é observada em diálogo com a metáfora de guerra, pois esse objeto é elegido como adversário, fornecendo modos de pensar e de agir sobre o inimigo. Nesse sentido, no discurso bolsonarista a ideologia é personificada e escolhida como adversária do povo brasileiro, a qual pode atacar, ferir, alienar, roubar e destruir a nação. Esse uso metafórico do campo ideológico no discurso do presidente justifica futuras ações políticas, econômicas e sociais por parte do governo. Assim, a narrativa e a construção de um inimigo interno estão presentes no discurso do presidente por meio de alusões à ideologia, ao comunismo, ao esquerdismo, ao petismo, entre outros.

Castro Rocha (2021) entende que o vocabulário utilizado por Bolsonaro tem influência de Olavo de Carvalho, pois

[...] sem a ação inicialmente positiva de Olavo de Carvalho, na década de 1990, a ascensão da direita não teria encontrado a linguagem que hoje a irmana, tampouco teria desenvolvido uma visão de mundo própria, que, embora elaborada com base em intrincadas teorias conspiratórias, permite uma coesão social impressionante e, sobretudo, propicia um alto grau de resistência ao mais elementar princípio de realidade (CASTRO ROCHA, 2021, p. 48-49).

Assim, a presença de um inimigo constante no discurso bolsonarista remete à noção de retórica do ódio<sup>22</sup> elaborada por Castro Rocha (2021), pois o objetivo desta retórica é a transformação do outro em um nada, permitindo a sua eliminação – “a retórica do ódio é uma técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 160). O autor complementa as características desse estilo: “a disseminação da retórica do ódio como forma de desqualificar adversários; o palavirão como argumento de autoridade; a reconstrução revisionista da história da ditadura militar; a identificação do comunismo como inimigo eterno a ser eliminado uma e outra vez (e sempre de novo)” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 62).

No discurso, o presidente também menciona um grupo específico de brasileiros. Assim, na SD5 o uso de *daqueles brasileiros* distingue os brasileiros, ou seja, o Estado responderá à vontade de um determinado grupo de brasileiros, entendidos aqui como os cidadãos de bem. Estes sujeitos almejam, de acordo com o pronunciamento, boas escolas, liberdade, empregos, saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico e respeito. Todavia, sem *militância política e pelo mérito* (BOLSONARO, 2019a, n.p).

**SD5:** *Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana **daqueles brasileiros** que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e **não para a militância política**; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, **pelo mérito**, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

A militância política parece indicar para um ataque às discussões políticas no campo educacional, na qual regularmente são vistas como tentativas de doutrinação para ideais da esquerda – vinculado ao Projeto do Escola sem Partido. Já as conquistas por mérito fazem referência às críticas ao sistema de cotas sociais e raciais, evidenciando um posicionamento do presidente sobre o tema. Ademais, ao mencionar uma suposta vontade soberana de brasileiros específicos, o presidente evidencia que as ações do governo serão direcionadas aos anseios de seus eleitores e não da população em geral.

---

<sup>22</sup> O autor diferencia retórica do ódio e discurso de ódio: “[...] no Brasil, é muito importante distinguir retórica do ódio e discurso de ódio: enquanto aquela é objetiva em seus procedimentos, este muitas vezes depende de reações subjetivas para sua determinação” (CASTRO ROCHA, 2021. p. 161).

Observamos que na SD3 o termo *tradicional* é condicionado a algo positivo – *tradição judaico-cristã* – e que deve ser preservado. Já na SD6 a tradição se conecta a um sentido negativo, *o tradicional viés político*, e que se difere dos valores e dos costumes tradicionais a serem seguidos – tradição e conservadorismo defendidos pelo governo Bolsonaro. Novamente, temos um ponto de deriva que parece fazer referência ao período em que partidos de esquerda estiveram no poder. Assim, na construção do discurso, o tradicional viés político teria tornado o governo incapaz e corrupto, fazendo alusão aos escândalos de corrupção da política brasileira.

**SD6:** *Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto [...]. Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

Conseqüentemente, o discurso funciona a partir de uma construção, ou melhor, um ciclo: o viés ideológico faz parte do tradicional viés político, os quais geram um governo ineficiente e corrupto. Assim, na esteira do discurso bolsonarista, esses são os fatores que levaram à atual situação política, econômica e social do Brasil. Logo, o governo que assume o poder deve se desvincular do tradicionalismo político-ideológico, o que, conseqüentemente, tornará o Estado eficiente e livre da corrupção.

Ademais, identificamos na SD6 uma associação de termos, isto é, uma consonância de termos que contribuem para a assimilação de um com outro. Em outras palavras, *sem o (tradicional) viés político* e *sem o viés ideológico*, por promoverem sentidos negativos no discurso bolsonarista, funcionam como elementos de ligação entre si, contribuindo para o efeito de sentido em que *viés político* e *viés ideológico* são nocivos para o Estado. Logo, produz-se um efeito metafórico: o sujeito que ouve esse discurso constrói a imagem de que a política tradicional é ideológica – viés político é igual a viés ideológico.

O discurso do modelo econômico do liberalismo é apresentado na SD6, no qual o governo incentiva a competição e a produtividade econômica para conseguir a confiança do povo e buscar parcerias internacionais. Nesta parte do discurso, temos a presença do termo *viés ideológico*. Assim, o discurso desenvolve, aos poucos, uma narrativa e um imaginário do país, para defender a tese de combater o denominado *viés ideológico* em todas as instâncias políticas, sociais e econômicas brasileiras. Retomamos Laclau (2003) para enfatizar que, de acordo com o autor, governos populistas apresentam a construção discursiva de um inimigo. Logo, o

discurso populista de Bolsonaro interpela, de algum modo, o povo brasileiro contra um adversário, construindo barreiras e impondo medo.

Ademais, conforme Foucault (2008), no liberalismo se deixa fazer, se deixa andar, isto é, as coisas seguem seu caminho sem interferências. O livre mercado entraria nessa lógica do deixar fazer, contudo, na SD6, Bolsonaro impõe restrições na liberdade econômica. Isso acontece, pois, ao discursar sobre o viés ideológico, o presidente não permite uma liberdade propriamente livre: é preciso haver liberdade, mas a partir de uma vigilância anti-ideológica.

Castro Rocha (2021) analisa um livro conhecido popularmente como *Orvil – livro de trás para frente* –, o qual foi produzido pelo exército em uma espécie de relatório do período da ditadura militar no Brasil. A partir das análises, o autor (2021) identifica uma narrativa que apresenta tentativas de tomada de poder pela esquerda. Enfatizamos a quarta tentativa, a qual consistiria na infiltração da esquerda em instituições culturais, educacionais, de entretenimento, da imprensa, entre outros. Posto isso, Castro Rocha (2021) verifica que o objetivo do governo de direita não seria governar, propriamente dito, mas destruir instituições aparelhadas ideologicamente e que estariam prejudicando o Estado democrático. Logo,

Na mentalidade bolsonarista o objetivo de chegar ao poder não significa necessariamente propor um projeto nacional construtivo, não importa em que direção; na verdade, o propósito real é promover a destruição das instituições que foram aparelhadas no decurso da quarta tentativa de tomada do poder pela esquerda! Daí, o modelo desastroso de um governo enquanto arquitetura da destruição, movido por uma narrativa conspiratória (CASTRO ROCHA, 2021, p. 280-281).

Ao final de seu discurso de posse, o presidente sinaliza ser preciso romper com práticas denominadas *nefastas*, produzindo um novo ponto de deriva. Com base na construção e nos elementos que constituem o discurso, realizamos um gesto de leitura de que essas *práticas nefastas* seriam *práticas ideológicas*. Estas práticas teriam, na percepção bolsonarista, levado o país a um momento de crise, envolvendo, principalmente, a ética e a moral, aludindo aos valores tradicionais a serem defendidos. Isso é evidenciado na SD7.

**SD7:** *A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso. A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história. Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história* (BOLSONARO, 2019a, n.p, grifos nossos).

Ademais, as denominadas *práticas nefastas* teriam manchado a imagem dos políticos brasileiros, promovendo desilusão dos eleitores sobre a classe política. Desse modo, os eleitores depositariam um voto de confiança no governo eleito para que, por intermédio do combate às *práticas nefastas* – ideológicas – o Brasil seja renovado e afaste as crises mencionadas.

Inclusive, o discurso parece apontar que Estado e povo juntos, sem os denominados *viés, amarras e submissões ideológicas*, construirão uma nova era, pautada na responsabilidade econômica e na preservação da ética e da moral tradicional. Ao mencionar um novo momento histórico sem ideologia, o discurso bolsonarista entende que, antes da posse do presidente, a ideologia estava impregnada nas instâncias sociais e políticas brasileiras. A noção de progresso – *Ordem e Progresso* – também é citada, aludindo a questões econômicas e sociais. A retórica de Bolsonaro busca, por meio da alusão a questões políticas negativas, inscrever-se como local da verdade e da salvação, como residência da eliminação e da verdade da ideologia.

Assim, apresentadas as análises do discurso de posse do presidente, podemos verificar que ocorre uma organização de sentidos para a construção de uma narrativa da missão de Bolsonaro. Essa narrativa é solidificada a partir do uso dos elementos apresentados, como a FD religiosa, a metáfora de guerra, a valorização e a retomada ao passado de aspectos tradicionais e de moral, como valores, família, religião, e também a errônea associação de aspectos negativos ao denominado *viés ideológico*, como por exemplo, a *ideologia* de gênero. Como mencionado no início deste capítulo, ambos os discursos se complementam em alguns pontos, portanto, o leitor observará que muitos destes recursos discursivos estão presentes no discurso de recebimento da faixa presidencial, promovendo novos deslizos e efeitos de sentido.

## 5.2 ANÁLISE DO DISCURSO DE RECEBIMENTO DA FAIXA: IDEOLOGIAS NEFASTAS E A DISCURSIVIZAÇÃO DO MEDO

Depois do pronunciamento de posse no Congresso, Bolsonaro se dirigiu ao Planalto para a cerimônia de recebimento da faixa presidencial e para se comunicar com as pessoas que ali o aguardavam. Após cumprimentar o vice-presidente Mourão, a esposa do vice e sua própria esposa, o presidente se dirige aos presentes e enfatiza a importância daquele momento. Na SD8, Bolsonaro reafirma o compromisso de “libertar” o país de eventos que têm prejudicado – na perspectiva do governante – a imagem nacional.

**SD8:** *Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos*

*temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo. É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto* (BOLSONARO, 2019b, n.p, grifos nossos).

Constatamos o emprego de palavras que mobilizam a metáfora bélica – *servir, libertar* –, a FD religiosa – *Deus preservou a minha vida* – e o sentimento de patriotismo – *pátria, destaque que ele [Brasil] merece no mundo, nação, povo*. O presidente retoma novamente o episódio do atentado, assim como observado na SD1 e na SD4, mantendo esse evento presente na memória dos sujeitos ouvintes.

Ao mobilizar a noção de memória, Courtine (2014, p. 104, grifos no original) enfatiza que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – *faz circular* – formulações anteriores, já enunciadas [...], como um efeito de memória na atualidade de um acontecimento”. Assim, o autor estabelece diálogo com o conceito de FD de Foucault (2017), afinal, as formulações apresentam em si formulações outras, que se transformam, se repetem, se contrariam. Além disso, Courtine (2014, p. 106-106) afirma que a memória discursiva corresponde à “existência histórica do enunciado” nas práticas discursivas reguladas por AIE. Conseqüentemente, a memória discursiva contribui para a origem de novos discursos e para a manutenção de velhos discursos.

Considerando as discussões sobre memória e discurso, Courtine (2014) indica duas direções que podem ser seguidas no estudo desses temas. O primeiro é relacionado à noção de repetição. Segundo o autor, a memória pode tomar a forma de repetição dentro do discurso, com citações e remissões, se transformando, desaparecendo e ressurgindo no decorrer dos enunciados. O segundo corresponde à noção de comemoração. A FD, de acordo com Courtine (2014, p. 239), é resultado da história real e é criação de uma história fictícia. Assim, os discursos podem possuir “rituais verbais” (COURTINE, 2014, p. 239) que conectam um recorte do tempo ao momento da enunciação. Portanto, “a memória discursiva constrói aqui a ficção de uma história imóvel, funciona como *crystalização do tempo histórico*, no qual se forma a discursividade” (COURTINE, 2014, p. 240, grifos no original). Posto isto, Courtine (2014) convida o analista de discurso a compreender os sentidos produzidos pelas lembranças, esquecimentos e repetições do sujeito enunciatador regulado pelas FDs.

Logo, direcionamos nosso olhar para a SD8 e observamos a presença de elementos que contribuem para a narrativa de salvação. Isto é constatado quando o governante afirma que o

dia de sua posse marca o início de um período de libertação, tanto do denominado *socialismo*, quanto da *inversão de valores*, do *gigantismo estatal* e do *politicamente correto* (BOLSONARO, 2019b). Aqui, pontos de deriva são identificados. O *socialismo* dialoga com elementos da mesma FD como comunismo, esquerdismo, petismo. A *inversão de valores* parece estar vinculada ao *viés ideológico*, pois trata de noções tradicionais, como valores e família. O *gigantismo estatal* faz menção ao plano econômico do liberalismo, proposta muito enfatizada durante a campanha eleitoral. O *politicamente correto* faz parte do conjunto de críticas do governo Bolsonaro, e que tem respaldo em falas do então guru bolsonarista, Olavo de Carvalho<sup>23</sup>. No bolsonarismo, o politicamente correto é rejeitado, pois provocaria nos sujeitos medo de punição devido a determinada opinião, especialmente sobre temas polêmicos.

Dando sequência ao pronunciamento, destacamos a SD9 na qual, entre outros elementos, o presidente menciona o termo *ideologias nefastas*, corroborando com a análise realizada na seção anterior, na qual associamos a expressão *práticas que se mostram nefastas* (BOLSONARO, 2019a), na SD7, com a noção de viés ideológico empregada pelo presidente. Assim, uma rede de memória é ativada, na qual termos associados a uma FDB se deslocam e se complementam, afinal “não há dizer que não se faça a partir da repetição” (ORLANDI, 2017, p. 173).

**SD9:** *Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente. Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação* (BOLSONARO, 2019b, n.p, grifos nossos).

De acordo com Courtine (2016), os discursos podem repetir-se sincronicamente em seu desenvolvimento ou diacronicamente no tempo, fazendo com que temas, figuras, formulações

---

<sup>23</sup> Olavo de Carvalho afirma que o código do politicamente correto é uma besteira e faz mal. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/18/interna\\_politica,855993/bolsonaro-posta-critica-de-olavo-carvalho-ao-politicamente-correto.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/18/interna_politica,855993/bolsonaro-posta-critica-de-olavo-carvalho-ao-politicamente-correto.shtml). Acesso em: 16 abr. 2021.

se repitam. Mas, esse retorno ao já dito não ocorre de modo literal, palavra por palavra. Assim, para o autor, as repetições fazem os discursos. Contudo, como esse retorno ocorre em outro lugar e em outro tempo, se constitui como outro, visto que “a repetição é ela mesma ínfima diferença que permite seu reconhecimento e seu esquecimento” (COURTINE, 2016, p. 46).

Nesse sentido, considerando que os discursos se repetem, percebemos que o pronunciamento em questão – de recebimento da faixa – faz alusão a diversos elementos encontrados no pronunciamento anterior – de posse –, além de eventos da história do país. A menção de que o governo Bolsonaro conseguiu se eleger com uma campanha mais barata em comparação com outros governos e de que não existem acertos ou conchavos políticos contribui para a narrativa de que o novo chefe de Estado não tem conexão direta com outros partidos políticos<sup>24</sup> e que, por isso, não teria “dívidas” ou “favores” pendentes. Além de que, ao estar “livre” dessas amarrações políticas, o novo governo seria fiel às propostas de campanha e estaria protegido de influências ideológicas. Podemos fazer um gesto de leitura de que o governo bolsonarista busca apresentar à população a noção de que estaria coligado a um único partido e, portanto, a um partido descontaminado – puro.

Na continuidade da SD9, os termos *ideologias nefastas* são mencionados pelo presidente. Essas supostas ideologias estariam dividindo o povo brasileiro e exercendo influências negativas nos valores, nas tradições e nas famílias. Verificamos outro ponto de deriva quando o governante menciona *ideologias*, no plural, mas não especifica o que seriam essas ideologias e nem como elas agiriam na destruição dos alicerces da sociedade. É possível verificar onde essas ideologias estariam concentradas – valores, tradições, família –, e o que é necessário fazer: *restabelecer padrões éticos e morais*. Assim, o não-dito nesta SD aponta que esses elementos estavam – até antes da eleição de Bolsonaro – em crise e que agora o povo disponibilizaria de um salvador.

Para complementar os impactos das denominadas *ideologias nefastas*, o discurso é direcionado – *corrupção, privilégios, vantagens e favores politizados, partidarizados* – para aspectos mais políticos e que se reportam aos escândalos de corrupção nos governos petistas. A utilização destes vocábulos conduz o leitor para o passado e fortalece a noção de um governo sem coligações. Assim, tem-se a tentativa de construção de imagem de um governo que preza por valores tradicionais – em sentido positivo –, mas que rejeita ações tradicionais dentro do

---

<sup>24</sup> É necessário lembrar que ao se candidatar para o cargo de presidente, Bolsonaro era filiado ao PSL e não possuía coligação com outros partidos. Além disso, o tempo de propaganda no rádio e na televisão era muito curto comparado com outros partidos. E, os recursos da campanha foram oriundos, em sua grande maioria, de doações na internet, com o uso de “vaquinhas virtuais”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313908>. Acesso em: 14 abr. 2021.



universo político – sentido negativo –, e que por isso conduzirá uma transformação verdadeira no país, com o Governo e a economia servindo à pátria.

Ao estudar as guerras culturais, Thomson (2010) afirma que as culturas americanas estão divididas entre aqueles que acreditam em verdades morais absolutas e aqueles que colocam a autoridade moral no julgamento individual. Assim, os guerreiros culturais – ortodoxos e progressistas – “[...] *se enfrentam em questões de aborto, homossexualidade, feminismo, religião na escola, multiculturalismo, cultura popular e currículos universitários. Como resultado, a população está cada vez mais polarizada*” (THOMSON, 2010, p. 01)<sup>25</sup>. Desse modo, ao mencionar que as ideologias nefastas dividem os brasileiros, Bolsonaro contribui para a narrativa da polarização, pois esclarece seu posicionamento sobre os valores morais e éticos, as tradições e os padrões que devem ser mantidos e preservados na sociedade.

Segundo Foucault (2018c), a liberdade é essencial no regime liberal. Mas, os perigos que rodeiam os sujeitos funcionam enquanto controle e equilíbrio de liberdades. Como consequência, os sujeitos buscam segurança – o liberalismo coexiste com a cultura do medo. Assim, esse desejo por libertação dos sujeitos é necessário, pois permite a regulação de comportamentos por parte do governo. Desse modo, o discurso de Bolsonaro instiga a liberdade – livrar o país do viés ideológico, da corrupção, da crise econômica – e, ao mesmo tempo, instiga o medo – medo do comunismo, do socialismo. Logo, o desejo por liberdade e o medo funcionam a favor dos objetivos do governo.

Como verificado nas análises da seção anterior, os usos que envolvem a palavra *ideologia* geram acréscimos de sentidos ao termo. Observamos que no pronunciamento de posse, *ideologia de gênero* era algo específico e que, conforme o presidente utiliza *viés ideológico* e *submissão ideológica*, sentidos foram amplificados. Posto isso, verificamos que o pronunciamento do recebimento da faixa também agrega sentidos à palavra, mas em um movimento oposto. Ao mencionar *ideologias nefastas* na SD9, há uma contemplação ampla de sentidos, enquanto que na SD10 ocorre especificação. Contudo, por meio de um olhar amplo sobre os dois discursos, todas as menções ao campo ideológico contribuem para agregar ao sentido global de ideologia na FDB.

**SD10:** *Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da*

---

<sup>25</sup> Do original: “*clash on issues of abortion, homosexuality, feminism, school prayer, multiculturalism, popular culture, and university curricula. The population is increasingly polarized as a result*”.

*desconstrução da família. [...] Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.* (BOLSONARO, 2019b, n.p, grifos nossos).

Identificamos em *ideologização de nossas crianças* outro ponto de deriva, pois não ocorre esclarecimento sobre o que seria essa denominada *ideologização*. A partir da construção das análises já realizadas, entendemos que, no uso deste termo, há referência à denominada *ideologia de gênero* e às práticas escolares que vão ao desencontro da proposta da Escola sem Partido, visto que esses foram os principais pontos de discussão relacionados à infância durante os discursos do presidente. Além disso, Castro Rocha (2021) afirma que, ao se enunciar sobre família e crianças, o discurso é automaticamente remetido à pauta dos costumes e que funciona como “senha” para ataques à denominada *ideologia de gênero*. Assim, a distorção dos estudos de gênero contribuiu para o aumento da bancada evangélica e tornou o então deputado Bolsonaro uma figura nacional, o qual denunciava um suposto “kit gay” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 344).

De acordo com Halliday (1999, p. 16), “a retórica governamental serve, basicamente, para dois fins: (1) obter a cooperação do povo para exercer controles sociais necessários à ordem social; (2) legitimar o exercício do poder”. Assim, as construções feitas nos pronunciamentos contribuem para convencer a população sobre os benefícios do novo governo e, conseqüentemente, para justificar futuras ações. Nesse sentido, os demais elementos que constituem a SD10 auxiliam na narrativa e fornecem mais particularidades do que seriam os impactos do viés ideológico no Brasil. Desse modo, crises na economia, recordes nas taxas de desemprego, ideologização de crianças, distorções nos direitos humanos, dismantelamentos nas famílias, defesa de bandidos e criminalização da polícia fazem parte das conseqüências da ideologia no país. E, mesmo que essas conseqüências sejam sentidas no presente – no caso, em 2019, momento do pronunciamento –, elas são efeito das ações dos governos anteriores. De acordo com Halliday (1999), para que o ouvinte mude de opinião, o comunicador recria experiências na mente de quem ouve, para que, posteriormente, transforme o modo como esse sujeito entende o assunto e, concomitantemente, justifique o que é apresentado como verdade. Logo, ao apontar efeitos do denominado *viés ideológico*, o governante constrói uma narrativa e tenta sustentá-la como verdade.

O cientista político Faganello (2015) investigou o aumento de bandeiras e de discursos de direita nas discussões da população. Isso, conseqüentemente, tem deixado marcas na representação política:

O aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais; as discussões em torno de projetos como o da redução da maioria penal; da terceirização das atividades-fim; o *lobby* das indústrias de armas contra o Estatuto do Desarmamento; as resistências em torno dos projetos de criminalização da homofobia e da inclusão de discussões de gênero no currículo escolar (FAGANELLO, 2015, p. 145).

De acordo com o autor (2015), esses exemplos são sintomas da denominada *onda conservadora* e os representantes políticos que fazem parte dessa onda podem ser divididos em três grupos: bancada empresarial – defensores do liberalismo econômico e da redução do Estado na economia; bancada religiosa – defensores da moralização e da família e opositores de políticas que defendam direitos de homossexuais, direito ao aborto, entre outros; e a Bancada da Bala – defensores da redução da maioria penal, da revogação do Estatuto do Desarmamento, do combate pesado à criminalidade, entre outros. Os discursos dessa última bancada fazem referência ao que encontramos na SD10, quando Bolsonaro menciona o que ele chama de “*desvirtuamento dos direitos humanos*”. Na Bancada da Bala, acredita-se que os bandidos são defendidos pelos direitos humanos – *desvirtuamento dos direitos humanos* (BOLSONARO, 2019b, n.p) –, enquanto que a polícia, as vítimas e as famílias estão desprotegidas de direitos. Assim, no imaginário bolsonarista, existe uma *ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais* (BOLSONARO, 2019b, n.p). Portanto, o novo governo percebe a necessidade de armar a população e dar “carta branca” à polícia no combate ao crime<sup>26</sup>.

Na SD6, Bolsonaro menciona o denominado *viés ideológico* como elemento a ser retirado do ciclo econômico. Já na SD11, o presidente volta a usar a expressão, contudo, fazendo referência às relações internacionais. Verificamos que o uso de *viés ideológico* e suas redes de significação – como *submissão ideológica* na SD2 e *amarras ideológicas* na SD3 – se conecta a uma suposta falta de liberdade. Assim, a defesa da liberdade é um princípio do governo bolsonarista.

---

<sup>26</sup> Matéria jornalística disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/12/14/bolsonaro-diz-que-quer-dar-carta-branca-para-pm-matar-em-servico.htm>. Acesso em: 16 abr. 2021.

**SD11: Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros! Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País. Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso, vamos, dia e noite, perseguir o objetivo de tornar o nosso País um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta** (BOLSONARO, 2019b, n.p, grifos nossos).

Ao investigar o discurso bolsonarista (des)vinculado ao globalismo – noção que se associa com as *relações internacionais* –, Agnoletto (2020, p. 15) afirma que “o globalismo estaria associado a uma unificação mundial que provocaria a destruição de valores tradicionais, embora o País deva se aproximar das nações mais desenvolvidas como os Estados Unidos para realizar acordos comerciais”. Assim, um posicionamento antiglobal seria, igualmente, um posicionamento anti-ideológico. Como pode ser observado na SD6, a economia está associada à competição, a produtividade e a eficácia, e que fazem parte da discursividade do sistema capitalista. Todavia, o livre mercado, que poderia estar vinculado a essa discursividade, é barrado no discurso bolsonarista devido ao viés ideológico, pois há restrições nesta liberdade econômica – uma vez que, a liberdade deve acontecer sob vigilância para que não ocorram interferências ideológicas e globalistas.

A partir da SD11 e das pesquisas de Agnoletto (2020), compreendemos que, no discurso bolsonarista, o globalismo abrange aspectos negativos do movimento mundial alavancado pela globalização. Contudo, verifica-se que esse efeito de distanciamento com relação às trocas mundiais – denominadas *nefastas* – acontece em partes. Isso porque, a campanha eleitoral de Bolsonaro teve grandes proporções devido ao alcance nas mídias sociais, proporcionado pela internet. Assim, quando a globalização contribui para a divulgação da narrativa bolsonarista, é considerada aliada. Contudo, vinculados à economia, “os discursos antiglobalistas são atravessados por opiniões, crenças e categorizações que formam um imaginário sobre práticas nacionais e internacionais contrárias aos interesses do governo” (AGNOLETTI, 2020, p. 98). Desse modo, verificamos que a ideologia que não corresponde aos interesses do governo Bolsonaro está associada tanto à área econômica, quanto à área educacional – com a teoria de gênero.

Ainda na SD11, Bolsonaro menciona novamente os arranjos políticos que costumavam acontecer no país, produzindo o efeito de sentido de que em seu governo isso não acontecerá.

Ao enunciar a frase no passado – *o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros* (BOLSONARO, 2019b, n.p) –, o presidente produz na memória do leitor a imagem dos governos anteriores ao seu e, portanto, se remete aos governos petistas. Ademais, identificamos novos vocábulos relacionados às metáforas bélicas, como *enfrentar* – em *desafios que vamos enfrentar* (BOLSONARO, 2019b, n.p) – e *perseguir* – em *perseguir o objetivo* (BOLSONARO, 2019b, n.p). Segundo Halliday (1999), as metáforas bélicas, econômicas e médicas são comuns nas retóricas cotidianas e nos conduzem a um efeito de guerra, de batalha contra um adversário. Para Castro Rocha (2021, p. 389), no discurso bolsonarista a visão bélica de mundo “converte qualquer adversário em inimigo, cuja eliminação principia simbolicamente pelo recurso à retórica do ódio”.

Observamos na SD11 que o presidente faz referência às ações pós-eleição, ou seja, às ações futuras de seu mandato. Expressões como *vamos retirar*, *vamos em busca*, *vamos restabelecer*, *vamos enfrentar*, *queremos chegar*, *vamos perseguir* (BOLSONARO, 2019b, n.p) são exemplos de verbos que caracterizam pretensões futuras. Além disso, Bolsonaro convoca pessoas para a realização desse plano, afinal, usa com frequência a marcação nós, como nas expressões anteriores e na SD9 – “*Podemos, eu, você e as nossas famílias [...]*” (BOLSONARO, 2019b, n.p). Ademais, o presidente deixa bem marcado que os aspectos negativos se encontram no passado na nação, como em “*o País foi governado*” (BOLSONARO, 2019b, n.p), e que o novo governo busca um período de prosperidade – “*vamos em busca de um novo tempo para o Brasil*” (BOLSONARO, 2019b, n.p).

Por fim, direcionamos nosso olhar para a última SD dos pronunciamentos, a SD12. Essa SD é a última fala de Bolsonaro no Planalto em 1º de janeiro de 2019. Ao refletir sobre a arte retórica, Aristóteles (1998) escreve que o orador – após ter discursado suficientemente sobre o assunto aos seus ouvintes – dá um toque final à sua obra. Verificamos que Bolsonaro geralmente finaliza seus discursos com menções religiosas – como pode ser observado ao final do pronunciamento no Congresso e no Planalto. De acordo com Halliday (1999), slogans compõem expressões da retórica de manutenção. Assim, identificamos que o toque final da obra bolsonarista é o seu slogan, o qual funciona enquanto discurso de reforço. Voltando para o momento final de seu pronunciamento no Planalto, o presidente segura uma bandeira do Brasil e enuncia:

**SD12: *Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela*** (BOLSONARO, 2019b, n.p, grifos nossos).

Assim, ao dizer que a bandeira do Brasil *jamais será vermelha*, o presidente faz alusão a cor tradicional dos partidos considerados de esquerda, o que representa um ataque direto aos movimentos de esquerda. De acordo com o historiador Koenen (2018), o vermelho se tornou a cor do movimento dos trabalhadores a partir de 1830, ao se falar em revolução social seguida de revolução política, coincidindo com os conceitos modernos de socialismo e de comunismo. Assim, “o vermelho simbolizava o sonho de uma conexão universal entre o ‘proletariado de todos os países’ e a superação da inimizade entre os países e nações. A Internacional Socialista de 1889 elevou então a bandeira vermelha a seu símbolo principal” (KOENEN, 2018, n.p). O pesquisador também afirma que, nas lutas sociais em que trabalhadores de indústrias se colocaram à frente dos movimentos – antes e depois da virada do século –, o espaço simbólico da cor vermelha foi ampliado, formando o vermelho político. No Brasil, podemos observar que a maioria dos partidos denominados como de esquerda – destaque para o PT –, tem em suas bandeiras a presença da cor vermelha<sup>27</sup>, corroborando com o grito de guerra e de ameaça direta do presidente ao espectro político de esquerda.

Com a alegação de que, se for preciso, a bandeira do Brasil será suja de sangue para salvar a pátria de “bandeiras vermelhas”, a memória nos leva até o período da ditadura militar. Para compreender melhor essa interpretação, recorreremos à noção de acontecimento. O discurso não é concebido por Pêcheux (2015) apenas enquanto materialidade que une significante e significado, mas como uma materialidade conectada à historicidade. Assim, na busca pela compreensão do discurso enquanto objeto que transita entre a estrutura e o acontecimento, o autor desenvolve a noção de acontecimento, o qual se situa “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 16). Desse modo, observamos que um enunciado se encontra em uma estrutura vertical – FD que afeta o sujeito ou o interdiscurso – e uma estrutura horizontal – a prática discursiva do sujeito, o seu ato de enunciação. Logo, a estrutura vertical garante a existência anterior do enunciado, afinal ele não é criado pelo sujeito, e a estrutura horizontal garante a atualização do enunciado (SIQUEIRA, 2017).

Isto posto, entendemos que o enunciado de um sujeito acontece no encontro dessa estrutura vertical e horizontal, pois é onde a memória e a atualidade se encontram – local do acontecimento. Neste espaço, o enunciado é repetido, reformulado, atualizado, re-significado. Compreendemos que o acontecimento possibilita a produção de novos significados, mas não

---

<sup>27</sup> Reportagem disponível em: <https://www.abcdoabc.com.br/brasil-mundo/noticia/esquerda-diminuiu-representacao-brasil-73029>. Acesso em: 15 abr. 2021.

apaga os significados anteriores, promovendo uma relação entre memória – repetição – e discurso novo – re-significação. Afinal, “o efeito metafórico é retomada e esquecimento, deslize para outro lugar de sentido” (ORLANDI, 2017, p. 173). Assim, identificamos a repetição do discurso usado no período de ditadura militar, isto é, o governo poderá fazer uso da força, da morte, do sangue, para enfrentar e eliminar um inimigo interno – o comunismo, o socialismo, o esquerdismo, a ideologia –, o qual é, a partir do discurso bolsonarista, representado atualmente com mais força e, portanto, mais ameaçador, pelo petismo. O vermelho funciona enquanto metáfora. O vermelho do sangue tem sentido positivo frente ao vermelho do comunismo, que tem sentido negativo. Logo, o vermelho sangue combate o vermelho político. Para Halliday (1999, p. 54, grifos nossos),

*Os governos, em todos os tempos e países, procuram justificar o ato de matar dizendo que ele é “em nome” da pátria, da fé, da civilização cristã ou da segurança nacional. Na retórica da guerra, um eufemismo poderoso é a palavra “herói”, aplicada a um homem, geralmente jovem, que foi morto violentamente por outro e que também foi levado a matar violentamente jovens como ele. Serve para consolar pais, noivas, viúvas e órfãos e glorificar os exércitos. Define eufemisticamente a realidade da guerra como algo nobre; ameniza o ato de matar (que o soldado, quando criança, aprendeu ser crime ou pecado) e enaltece o destino de morrer sangrando ou aos pedaços, que nunca esteve nos planos das mães para seus filhos.*

Em vista disso e considerando as análises realizadas, identificamos que Bolsonaro refuta o denominado *viés ideológico* por entender que ele trouxe e continuará trazendo efeitos destrutivos para a nação brasileira, seja no campo econômico, social, educacional, entre outros. Além disso, o presidente se apresenta como um messias, um herói, um salvador da pátria, por estar isento dessa ideologia. Contudo, Bolsonaro, ao discursivizar, não está livre da ideologia. Na AD, a ideologia é constituinte dos discursos – do sujeito e dos sentidos (ORLANDI, 2015) –, isto é, a interpelação ideológica está na discursividade, o ato de interpretar já atesta a presença da ideologia. Orlandi (2015, p. 45) destaca que o indivíduo se constitui sujeito para dizer, logo, “[...] não há discurso sem sujeito”. Assim, Bolsonaro é sujeito interpelado pela ideologia, inscrito em FDs e em uma posição sócio histórica.

Durante as discussões de seu livro, Castro Rocha (2021) expõe ao leitor que Bolsonaro, em dezembro de 2017, quando ainda era pré-candidato à presidência, afirmou que havia algo maior em jogo do que a própria eleição, seria a “*derrubada da hegemonia cultural da esquerda no Brasil*” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 112, grifos no original). Assim, o presidente já anunciava uma luta contra a esquerda. Ademais, uma semana antes do segundo turno, Bolsonaro fazia campanha e se direcionava para milhares de brasileiros quando disse: “vamos

varrer do mapa os bandidos vermelhos”<sup>28</sup>. Antes, no início de setembro daquele mesmo ano, estava no Acre e afirmou: “Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre!”<sup>29</sup>. Assim, identificamos que Bolsonaro já vinha anunciando uma guerra contra a esquerda brasileira, construindo a narrativa de que a nação estaria sob ataque e de que a esquerda precisaria ser eliminada. Sobre isso, Castro Rocha (2021, p. 120, grifos no original) é enfático:

No fundo, as frases desses pronunciamentos explicitam o sentido da *guerra cultural bolsonarista: eliminação sumária do outro*, sempre visto como *inimigo*. Varrer, apagar, eliminar: verbos onipresentes na linguagem extremista. *Limpeza*: substantivo que evidencia a *incapacidade de lidar com a diferença*, a não ser pela sua aniquilação.

Refletimos sobre o quão importante é essa “missão” do presidente de eliminar inimigos. Essa narrativa parece funcionar a partir da construção da imagem de Bolsonaro como político *antissistêmico* (CASTRO ROCHA, 2021, p. 322), isto é, o político não-tradicional. Castro Rocha (2021) entende que essa apresentação do então candidato foi um dos maiores êxitos da campanha, embora Bolsonaro seja político há mais de três décadas e tenha membros de sua família também no ramo político. Esse desejo popular por políticos “novos” ficou evidente a partir das manifestações de junho de 2013. Para Castro Rocha (2021, p. 519), “Bolsonaro soube posicionar-se nesse conturbado panorama como nenhum outro político, transformando sua figura pública em ponto de fuga ideal do sentimento antipetista e antilulista, as forças dominantes no clima criado pela Operação Lava Jato”. Assim, o interesse da população sobre a política cresceu, mas sempre desprezando o político tradicional.

Desse modo, retomamos a narrativa do presidente no início do discurso de posse, quando destacamos na SD1 a volta ao passado, mencionando os mais de 28 anos de serviço político à nação brasileira. Contudo, verificamos que em alguns momentos do discurso presidencial, a tradição política é negada e criticada. Assim, ocorre uma contradição. Os brasileiros estariam buscando renovação política e Bolsonaro, com extensa carreira política, se apresenta como político novo e que lutará por tudo o que a nação anseia. Logo, a tradição política tem sentido negativo e deve ser eliminada, contudo, para o presidente, essa mesma tradição política contribuiu para a sua evolução.

Por fim, ao refletirmos sobre as análises do discurso de recebimento da faixa, observamos novamente a construção de uma imagem negativa sobre o denominado *viés*

<sup>28</sup> Matéria disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319\\_752998.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319_752998.html). Acesso em: 30 abr. 2021.

<sup>29</sup> Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/stf-da-10-dias-para-bolsonaro-explicar-declaracao-sobre-fuzilar-a-petralhada.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2021.



*ideológico*, o qual seria promovido via práticas nefastas. Assim, são utilizados elementos para uma narrativa que promova o medo na população e a busca e a eleição de um salvador. Logo, a discursividade do medo é presente no pronunciamento e associada à ideologia, devendo ser eliminada por meio da aliança entre Estado e povo, sendo este último movido pela fobia aos efeitos da ideologia na sociedade brasileira.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de pesquisa empreendido para a escrita desta dissertação, no qual lemos, escrevemos e pesquisamos, compreendemos que muitas percepções sobre o tema foram desconstruídas e outros inúmeros conhecimentos foram adquiridos. A proposta desta pesquisa é muito desafiadora, porém a consideramos fundamental para contribuir na reflexão e no debate crítico sobre os discursos do momento político contemporâneo. Elegemos como tarefa final olhar para os principais pontos da dissertação, a fim de rever e de refletir sobre os objetivos traçados. A partir do suporte teórico-metodológico da AD, analisamos dois discursos, compreendidos como *corpora*, com base em um recorte investigativo entendido como período de transição para o governo Bolsonaro. Para responder ao objetivo geral, analisar como o objeto de discurso *viés ideológico* é formulado e funciona no discurso dos *corpora*, organizamos esta pesquisa em quatro momentos, os quais também buscaram abarcar os objetivos específicos traçados.

Na primeira parte da pesquisa, adentramos no debate sobre uma arqueologia da ideologia. Esse procedimento de estudo e de reflexão possibilitou análises de diversas vertentes que abordam o conceito de ideologia, contribuindo para a desconstrução da ideia de que existe apenas uma verdade ou uma definição sobre o termo. A partir dos estudos de Thompson (2011), percorremos brevemente a história e acessamos uma espécie de evolução – não no sentido de melhora, mas de mudança – da ideologia, e seus usos críticos e neutros nas sociedades. O autor acaba por desenvolver sua noção sobre ideologia, a de que ela estabelece e sustenta relações de dominação. Feito este primeiro contato com uma parte do universo dos conceitos sobre ideologia, nos deslocamos ao campo dos estudos discursivos. Ao consultarmos Althusser (1985), observamos que o pensador reconhece a ideologia como um imaginário que media a relação do sujeito com sua condição de existência, sendo um sistema de ideias. Logo, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. O olhar do filósofo se volta ao Estado, o qual é permeado por Aparelhos Repressivos e Ideológicos. O segundo, por estar presente em aparelhos cotidianos, como o religioso, o familiar, o escolar e o jurídico, é morada da ideologia, mas também da luta de classes. Estes estudos de Althusser fazem parte do materialismo histórico, um dos pilares dos pressupostos teóricos de Pêcheux (1997; 2014). Assim, Pêcheux (1997; 2014) entende que os processos discursivos se inscrevem em relações ideológicas de classe. Ao entender que em uma FI, o que pode e deve ser dito é determinado por uma FD, Pêcheux (1997; 2014) compreende que os discursos são ideológicos. Desse modo, reafirmamos o já-dito ao final do primeiro capítulo: as concepções, neste caso as de ideologia, são analisadas, discutidas,

transformadas e esquecidas no decorrer do tempo, de acordo com as mudanças políticas e sociais das sociedades.

A construção do entendimento sobre a pluralidade em volta da noção de ideologia é o que conecta o primeiro capítulo ao segundo. Neste, começamos explorando o posicionamento de Foucault a respeito do uso do conceito de ideologia nos estudos discursivos. A partir da leitura de algumas obras do autor, verificamos que Foucault (2014b; 2015; 2017; 2018b) rejeita análises no campo da ideologia, desenvolvendo outro dispositivo de análise operante com a verdade. Assim, a diversidade da noção de ideologia pode ser observada em diversos espaços, como por exemplo, quando refletimos sobre os dois principais autores da AD, Pêcheux e Foucault, os quais têm posicionamentos diferentes sobre o sentido e o uso da ideologia. No prosseguimento deste segundo capítulo, enfatizamos a discussão sobre alguns conceitos dentro da AD e que auxiliaram para o entendimento e a análise das SDs dos *corpora*. Por isso, as noções de formação do objeto de discurso e de constituição da FD, com base nos estudos foucaultianos, foram exploradas. E também, consultamos Pêcheux (2014; 2015) e Orlandi (2015; 2017) para compreender como ocorrem os deslizamentos de sentidos dentro do discurso e como identificar os pontos de deriva que permitem a interpretação do analista de discurso.

Após essa construção com base mais metodológica, direcionamos nossa atenção para discussões no campo político, visto que os nossos *corpora* são discursos políticos. Consultamos Levin (2017) para compreender como surgiram as noções de direita e de esquerda dentro do espaço político e, de certo modo, como essas características iniciais se mantêm – e se desconstruem – no decorrer do tempo. Bobbio (1995) defende que, por existir a direita e a esquerda, há possibilidade de outros posicionamentos e, o fato do centro negar ambas, corrobora para suas existências. Partindo dos conhecimentos sobre direita e esquerda, enfatizamos o campo da direita, por entendermos – a partir de pronunciamentos outros – que Bolsonaro pertence mais à direita. Os pesquisadores da ciência política consultados e que discorrem sobre a ramificação política entre esquerda e direita auxiliaram na compreensão da emergência de uma nova direita política na América Latina. Ao investigarmos a obra de Cruz, Kaysel e Cudas (2015), identificamos características das denominadas *novas direitas*, as quais renascem no decorrer da história, sempre que governos mais de esquerda tomam o poder. Constatamos algumas características das novas direitas, como a defesa de políticas neoliberais, a defesa de concepções pró-família, de instituições tradicionais, de sentimentos patriotas, além de práticas populistas com eleição de um inimigo. Assim, considerando que o apoio às políticas econômicas neoliberais é uma particularidade dos governos de nova direita e considerando que, no discurso de posse, Bolsonaro menciona a busca por políticas econômicas sem a presença do

viés ideológico, nos aprofundamos em discussões sobre a governamentalidade liberal. A partir de estudos de Foucault (2008; 2018c), verificamos que, na passagem do liberalismo para o neoliberalismo, é preciso governar pouco, sem muitas intervenções do Estado. É necessário haver consumo de liberdade e deixar as pessoas fazerem, contudo, o governo exerce poder e controle sobre as liberdades e os comportamentos, agindo como gestor nos sujeitos.

Por fim, após a construção desses três primeiros capítulos, partimos para a quarta parte, na qual direcionamos nossos olhares aos *corpora*, em constante diálogo com noções teóricas e metodológicas discutidas nas etapas anteriores. A partir de um olhar crítico e interpretativo sob os *corpora*, retiramos sete SDs do discurso de posse do presidente e cinco SDs do discurso de recebimento da faixa presidencial. Estes discursos foram analisados individualmente na primeira e na segunda seção do capítulo.

Ao investigarmos o discurso de posse do presidente, identificamos a tentativa de construção de uma imagem de Bolsonaro como um messias e, conseqüentemente, a construção de uma narrativa de missão. O emprego de termos pertencentes a FD religiosa contribui para essa narrativa e imagem, além de colocar os conhecimentos científicos e acadêmicos em nível inferior às crenças religiosas. Os usos relacionados ao termo ideologia neste discurso – *submissão ideológica, ideologia de gênero, amarras ideológicas, viés ideológico* – promovem efeitos de sentido com carga negativa, isto é, o que não é elegido como positivo para o governo atual é classificado como ideológico. Além disso, o uso de expressões como *submissão, amarras* e *viés ideológico* possuem sentido amplo e vão agregando sentidos ao conceito de ideologia para Bolsonaro. Enquanto que em *ideologia de gênero* mobilizam-se sentidos específicos, ocorrendo deslize de sentidos na substituição – estratégica – de *teoria* por *ideologia*. Essa discursividade é complementada com a defesa de instituições tradicionais, como a família, a tradição judaico-cristã, os valores, contudo, apresentam-se diversos pontos de deriva, sem menção específica sobre o que seriam e quais seriam as noções defendidas. A metáfora de guerra também é recorrente no discurso de posse, construindo uma biografia do sujeito presidente militar, salvo após atentado, para libertar a população brasileira do denominado *viés ideológico*. Com isso, tem-se a nomeação de um inimigo a ser combatido, o qual em tempos passados teria contribuído para a destruição das instituições defendidas por Bolsonaro e para a disseminação da ideologia. Mesmo com a presença de vários pontos de deriva, identificamos que esse inimigo seria caracterizado pelos governos petistas, entendidos na FDB como comunistas, esquerdistas. Além disso, constatamos que no uso de *tradicional*, memórias são articuladas no discurso de modo a funcionar a favor da narrativa de Bolsonaro. Isso porque, o presidente se apresenta como messias e salvador, alguém que a população estaria

buscando, mesmo sendo um político *tradicional*, com mais de 28 anos de serviços. Ainda, quando é mencionado o *tradicional viés político* há referência de elementos negativos, fazendo alusão aos escândalos de corrupção, de violência, de ineficiência política, entre outros. Já o uso de *tradição judaico-cristã* é positivo e precisa ser valorizado pelo Estado e pela população.

Com relação ao discurso de recebimento da faixa presidencial, verificamos a presença de aspectos negativos que causam danos ao país, nomeados como *ideologias nefastas*, assim como a discursivização para promover medo na população e, conseqüentemente, apoio ao presidente. A FD religiosa se faz presente neste discurso, bem como a narrativa do messias. As *ideologias nefastas* promovem, na perspectiva bolsonarista, a destruição da nação, dos valores, da ética, da moral, das tradições, da família, dividindo os brasileiros. Há a discursivização de que a corrupção e os acertos políticos fazem parte do passado da nação, do passado repleto de ideologias, pois agora o novo governo se apresenta como livre delas. Contudo, todos estes pontos negativos corroboram para a narrativa do medo – do comunismo, da esquerda –, logo, instiga-se a liberdade dessas amarras nefastas a partir do pavor. Novamente, a *ideologia de gênero* é mencionada, contudo, intitulada como *ideologização de crianças*, mas provocando novo ponto de deriva, afinal, não há explanação sobre esta suposta prática. No discurso, o presidente dá indícios das práticas futuras do governo, isto é, combate às ideologias que promovem, por exemplo, crises na economia, recordes nas taxas de desemprego, ideologização de crianças, distorções nos direitos humanos, desmantelamentos nas famílias, defesa de bandidos e criminalização da polícia. Com relação à economia, a busca pela retirada do *viés ideológico* nas relações internacionais representa um posicionamento anti-globalista e, conseqüentemente, anti-ideológico. Logo, a economia deve ser liberal, mas sob patrulhamento anti-ideológico do governo, funcionando pela fobia. Por fim, Bolsonaro, em tom de ameaça e de promessa, afirma à população que a luta contra tudo o que seu governo entende como ameaçador à nação – e nisto inclui-se o viés ideológico – poderá derramar sangue, deslizando o sentido ao passado, à memória da ditadura militar, a qual foi instaurada por motivo de uma possível supremacia comunista. O vermelho do sangue a ser derramado representaria a verdade e o anti-ideológico, erguendo-se contra o vermelho do PT, do esquerdismo, do comunismo, da ideologia.

A partir das análises dos *corpora*, pudemos chegar a algumas considerações, as quais também respondem aos objetivos propostos. A regularidade do *viés ideológico* nos discursos de posse e de recebimento da faixa contribuem para a compreensão de que Bolsonaro entende o *viés ideológico* como *o diferente*, o oposto de suas concepções. Assim, por não conseguir lidar com o diferente, elege como *ideológico* tudo aquilo que se apresenta como divergente, e

consequentemente, como inimigo que deve ser eliminado. Castro Rocha (2021), mencionado nas análises, afirma que nos pronunciamentos de Bolsonaro é explícita a guerra cultural, com a “limpeza”, a eliminação dos inimigos, evidenciando a incapacidade do presidente de coexistir com a diferença. Além disso, as expressões referentes ao *viés ideológico* evidenciam os deslizamentos no discurso, com acréscimo de sentidos e, ao mesmo tempo, estabilização destes, visto que termos como *amarras* e *submissão* envolvem noções específicas, comparadas com o uso de *ideologias nefastas*. Ademais, fundamentados nos conceitos de deslizamento de sentido e de ponto de deriva, verificamos que o *viés ideológico* oferece ao ouvinte um certo lugar para a interpretação daquilo que Bolsonaro enuncia. A ideologia funciona como algo negativo no discurso bolsonarista e contribui para a construção da imagem de um sujeito político em um lugar supostamente desprovido de ideologia. Logo, esse suposto lugar é um efeito de sentido, construído a partir de um discurso oculto: quem tem ideologias são os outros, eu estou na verdade. Portanto, com base nessas discussões, entendemos que no discurso político, Bolsonaro usufruiu do *viés ideológico* como um operador – um recurso – para benefício político. Assim, o presidente não tem um discurso político *sobre* o viés, mas um discurso político *do* viés ideológico. Logo, o viés ideológico no discurso político de transição para o governo Bolsonaro é um operador entre outros – não tratados nesta dissertação – e que pertence e constitui uma FDB, a qual contribui para a guerra cultural empreendida pelo bolsonarismo.

Por fim, reiteramos a importância da realização desta pesquisa. A compreensão dos modos de funcionamento simbólico dos discursos políticos é de extrema importância, visto que estes dizeres mobilizam outros dizeres e produzem sentidos que interpelam sujeitos a se posicionarem concretamente. Por isso, os discursos políticos refletem e dizem muito sobre a visão do governante que enuncia, revelando objetivos, estratégias e leituras de mundo e de sociedade. Posto isto, destacamos que esta dissertação foi um gesto de leitura produzido com embasamento nos estudos discursivos. Consideramos que este trabalho não encerra os estudos sobre o viés ideológico no período de transição do governo Bolsonaro. Além disso, não homogeniza ou imobiliza efeitos de sentido e conceitos discutidos. Assim, pesquisas posteriores que mobilizem ou aprofundem outros discursos, outros *corpora* de análise, outros recortes temporais e sob outras perspectivas, podem acrescentar às análises que desenvolvemos e podem contribuir para a compreensão da FDB e da guerra cultural bolsonarista.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Estado. Filósofa Judith Butler é recebida no Brasil sob gritos de “bruxa”, protestos e bonecos queimados. **Diário de Pernambuco**. Publicado em 07 de nov. 2007. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2017/11/filosofa-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

AGNOLETTO, Ana Cristina. **Discursos antiglobalistas durante o período de transição para o governo Bolsonaro (2018/2019)**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3826>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica**. 16. ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

AVENDAÑO, Tom C. Lula, Dilma e toda a cúpula do PT, réus por corrupção. **El País**, São Paulo, 24 de nov. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/internacional/1543009671\\_306516.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/internacional/1543009671_306516.html). Acesso em: 29 abr. 2020.

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. **Estudos Linguísticos XXXIV**, p. 732-737, 2005.

BENEVIDES, Pablo Severiano. Verdade e Ideologia no pensamento de Michel Foucault. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 3, p. 88-101, 2013.

BENEVIDES, Pablo Severiano. Pesquisar com Michel Foucault. **Textura**, v. 18, p. 265-285, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 1995.

BOLSONARO leva facada em atentado durante campanha em Juiz de Fora. **Veja**, [S.l], 06 de set. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-leva-facada-em-atentado-durante-campanha-em-juiz-de-fora/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BOLSONARO assina desfiliação e deixa o PSL. **Exame**, [S.l.], 19 de nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-assina-desfiliacao-do-psl/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e Contra Ideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRYM, Robert; *et al.* **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Ernesto Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith P. Judith Butler no Brasil: quem tem medo de falar sobre gênero? **TV Boitempo**. [S.l.]. Publicado em 08 de nov. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BUTLER, Judith P. Judith Butler: the backlash against “gender ideology” must stop. **NewStatesman**. [S.l.]. Publicado em 29 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno de Souza; LOPES, Fernando Dias. “Escola sem Partido para quem?”. Ensaio: aval. pol. públ. **Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 204-222, jan./mar. 2019.

CARVALHO, Rosiene. Bolsonaro diz que quer dar “carta branca” para PM matar em serviço. **UOL**. [S.l.]. Publicado em 14 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/12/14/bolsonaro-diz-que-quer-dar-carta-branca-para-pm-matar-em-servico.htm>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CASTRO ROCHA, João Cezar. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Caminhos. Edição do Kindle. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 115-144, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, Bernard [*et al.*]. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.



COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CRUZ, Sebastião. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 13-48, 2015.

CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DISCURSO de Paulo Guedes ao assumir cargo de ministro da Economia; FRASES. **G1**, [S.l.], 02 de jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/02/discursos-de-paulo-guedes-ao-assumir-cargo-de-ministro-da-economia-frases.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2020.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ESQUERDA e direita na América do Sul. **Gazeta do Povo**, [S.l.], 10 de dez. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/>. Acesso em: 30 out. 2020.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conversadora. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 145-162, 2015.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber (1926-1984). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Curso no Collège de France (1978). 8. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). Com Introdução de Bruno Maçães. Tradução de Pedro Elói Duarte. Edições 70: Portugal. 2018c.

HALL, Stuart. **Significação, representação, ideologia**: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: Da diáspora. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. **O que é retórica**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 26. ed. – São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2017.

HERBERT, Thomas [Michel PÊCHEUX]. **Observações para uma teoria geral das ideologias**. Rua, Campinas, p. 63-89, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. **II Seminário de Análise de Discurso (SEAD)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

GUIMARÃES, Gêssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0107, jan./abr. 2020.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 49-74, 2015.

KOENEN, Gerd. O empalidecimento de uma cor política. Entrevista concedida a Sarah Klein. **Goethe Institut**. Tradução de Renata Ribeiro da Silva. [S.l.]. Publicado em abril de 2018. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/hum/21254970.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LACLAU, Ernesto. Populismo – o que existe num substantivo? **Margens/Márgenes: Revista de Cultura**, n. 03, p. 4-15, 2003.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Mercado de Letras. São Paulo: Educ, 2002.

LEVIN, Yuval. **O Grande Debate**: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MAZETTO, Marcela. Entenda o que é o Centro na Política: veja mais aqui. **Direitos**, [S.l.], 05 de jun. 2018. Disponível em: <https://www.direito2.com.br/o-centro-na-politica/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Bolsonaro a milhares em euforia: “Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos”. **El País**. São Paulo: 22 out. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319\\_752998.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319_752998.html). Acesso em: 30 abr. 2021.

NOTÍCIAS falsas sobre eleição nos EUA têm mais alcance que notícias reais. **G1**, São Paulo, 17 de nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/noticias-falsas-sobre-eleicoes-nos-eua-superam-noticias-reais.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

ODILLA, Fernanda. Eleições 2018: os candidatos à Presidência e quais dificuldades têm de superar durante a campanha. **BBC News Brasil**, Londres, 12 de set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313908>. Acesso em: 14 abr. 2021.

OLIVEIRA, Mariana. STF dá a Bolsonaro 10 dias para explicar declaração sobre ‘fuzilar a petralhada’. **G1**. Brasília: 06 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/stf-da-10-dias-para-bolsonaro-explicar-declaracao-sobre-fuzilar-a-petralhada.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 3. ed. Campinas: SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do ‘dispositivo experimental’ da análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs). **Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, p. 39-48, 2013.

REDAÇÃO ABCdoABC. Esquerda diminui representação no Brasil. **ABCdoABC**. [S.l.]. Publicado em novembro de 2018. Disponível em: <https://www.abcdoabc.com.br/brasil-mundo/noticia/esquerda-diminuiu-representacao-brasil-73029>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVA, Evelyn Melo. O surgimento do termo fake news nas eleições brasileiras, comparando a campanha de 2016 e 2018, e o que esperar para a campanha de 2020. **UOL Migalhas**, [S.l.], 12 de nov. 2019. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/>. Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, v. 9, n. 1, p. 157-180, jan./abr. 2009.

SIQUEIRA, Vinicius. Acontecimento discursivo – Michel Pêcheux. **Colunas Tortas**. [S.l.]. Publicado em 27 de novembro de 2017. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/acontecimento-discursivo/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SIQUEIRA, André. ‘Único partido de direita’, PSL quer 1 milhão de filiados até fim de 2020. **Veja**, [S.l.], 13 de ago. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/unico-partido-de-direita-psl-quer-1-milhao-de-filiados-ate-fim-de-2020/>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro posta crítica de Olavo Carvalho ao “politicamente correto”. **Correio Braziliense**. [S.l.]. Postado em 18 de maio de 2020. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/18/interna\\_politica,855993/bolsonaro-posta-critica-de-olavo-carvalho-ao-politicamente-correto.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/18/interna_politica,855993/bolsonaro-posta-critica-de-olavo-carvalho-ao-politicamente-correto.shtml). Acesso em: 16 abr. 2021.

SOUZA, Isabela; CHAGAS, Inara. Escola sem Partido: entenda a polêmica. **Politize**, [S.l.], 29 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SOUZA, Pedro de. **Análise do discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 197-212, 2015.

THOMSON, Irene Taviss. **Culture Wars and Enduring Ameican Dilemmas**. University of Michigan Press, 2010. Disponível em: <https://www.press.umich.edu//1571954>. Acesso em: 08 jun. 2021.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Esclarecimentos sobre informações falsas veiculadas nas eleições 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/esclarecimentos-informacoes-falsas-eleicoes-2018/index.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

VALENTE, Jonas. Fake news sobre candidatos inundam redes sociais em período eleitoral. **Agência Brasil**, Brasília, 06 de out. 2018. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/um-dia-da-eleicao-fake-news-sobre-candidatos-inundam-redes-sociais>. Acesso em: 29 set. 2020.

VEJA as propostas de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. **Agência Brasil**, Brasília, 28 de out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-propostas-de-governo-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 26 out. 2020.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 163-176, 2015.

VILHENA, Junia de. Repensando a Família. **Psicologia**. ISSN 1646-6977. 2004.

## ANEXO A – Discurso de posse

### **Discurso I: Fala do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Posse no Congresso Nacional em 01 de janeiro de 2019**

Excelentíssimo presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira. Senhoras e senhores chefes de Estado, chefes de Governo, vice-chefes de Estado e vice-chefes de Governo, que me honram com suas presenças.

Vice-presidente da República Federativa do Brasil, Hamilton Mourão, meu contemporâneo de Academia Militar de Agulhas Negras. Presidente da Câmara dos Deputados, prezado amigo e companheiro, deputado Rodrigo Maia

Ex-presidentes da República Federativa do Brasil, senhor José Sarney, senhor Fernando Collor de Mello. Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli.

Senhoras e senhores ministros de Estado e comandantes das Forças aqui presentes.

Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge.

Senhoras e senhores governadores, senhoras e senhores senadores e deputados federais.

Senhoras e senhores chefes de missões estrangeiras acreditados junto ao governo brasileiro.

Minha querida esposa Michelle, da aqui vizinha Ceilândia. Meus filhos e familiares aqui presentes – a conheci aqui na Câmara

Brasileiros e brasileiras. Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operou um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus!

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso país e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas.

Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa.

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do poder Central para estados e municípios.

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas.

Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontânea, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar a nossa liberdade e a democracia.

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à “Ordem e ao Progresso”. Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa.

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.

Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar o respaldo jurídico para os policiais realizarem seu trabalho.

Eles merecem e devem ser respeitados!

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.

Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico.

Nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente. Dessa forma, todo setor produtivo terá um aumento da eficiência, com menos regulamentação e burocracia.

Esses desafios só serão resolvidos mediante um verdadeiro pacto nacional entre a sociedade e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de novos caminhos para um novo Brasil.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história. Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história.

Um capítulo no qual o Brasil será visto como um país forte, pujante, confiante e ousado.

A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil.



Senhoras e senhores Congressistas.

Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a missão de representar o povo brasileiro.

Com a bênção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos. Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!

Fonte: Site do Planalto (BOLSONARO, 2019a, n.p).

## **ANEXO B – Discurso de recebimento da faixa presidencial**

### **Discurso II: Fala do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial em 01 de janeiro de 2019**

Meu prezado general,

Paula,

Minha esposa,

Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do Estado Democrático, guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu. Vamos promover as transformações que o País precisa.

Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso. Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados.

Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação.

Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente. Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

Com este propósito iniciamos nossa caminhada. Com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.

Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos.

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!

Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso, vamos, dia e

noite, perseguir o objetivo de tornar o nosso País um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela.

Fonte: Site do Planalto (BOLSONARO, 2019b, n.p).